

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE MANHUAÇU LTDA.
Mantenedora

FACULDADE DO FUTURO
Mantida

PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA

MANHUAÇU / MINAS GERAIS
2018

O Projeto Pedagógico do Curso foi atualizado e adequado pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Farmácia da Faculdade do Futuro, composto pelos professores:

Lidiane Meire Kohler

Coordenadora do Curso de Farmácia

Hermínio Oliveira Medeiros

Docente do Curso de Farmácia

Patrícia Dolabela Costa

Docente do Curso de Farmácia

Rafael Perígolo Vicente

Docente do Curso de Farmácia

Renata Domingos Alves

Docente do Curso de Farmácia

Dra. Lidiane Meire Kohler

Coordenadora do Curso de Farmácia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO.....	6
1. DADOS INSTITUCIONAIS.....	6
1.1. MANTENEDORA.....	6
1.2. MANTIDA.....	6
2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	6
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO.....	9
3.1. DENOMINAÇÃO.....	9
3.2. VAGAS.....	9
3.3. DIMENSIONAMENTO DAS TURMAS.....	9
3.4. REGIME DE MATRÍCULA.....	9
3.5. TURNO DE FUNCIONAMENTO.....	9
3.6. DURAÇÃO DO CURSO.....	9
3.7. TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO.....	10
3.8. BASE LEGAL.....	10
3.9. FORMAS DE ACESSO.....	10
3.10. ATO LEGAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	12
ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO.....	12
1. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	12
1.1. CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO.....	12
1.1.1. Caracterização Regional.....	12
1.1.2. Pirâmide Populacional.....	18
1.1.3. População no Ensino Médio Regional.....	18
1.1.4. Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior.....	Erro! Indicador não definido.
1.1.5. Taxas Bruta e Líquida de Matriculados na Educação Superior.....	Erro! Indicador não definido.
1.1.6. Metas do Plano Nacional de Educação.....	Erro! Indicador não definido.
1.1.7. Demanda pelo Curso.....	19
1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	27
1.3. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	29
1.4. OBJETIVOS DO CURSO.....	30
1.4.1. Objetivo Geral.....	30
1.4.2. Objetivos Específicos.....	31
1.5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	31
1.6. PERSPECTIVAS / POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	34
1.7. ESTRUTURA CURRICULAR.....	38
1.7.1. Conteúdos Curriculares.....	38
1.7.2. Matriz Curricular.....	43
1.7.2.1. Estrutura das Disciplinas.....	46
1.7.2.2. Distribuição das Disciplinas por Semestre.....	50
1.7.2.3. Relação entre Conteúdos Teóricos e Práticos.....	50
1.7.2.4. Núcleos Interdependentes.....	50
1.7.3. Ementário e Bibliografia.....	54
1.7.4. Oferta dos Componentes Curriculares Optativos.....	104
1.7.5. Estágio Supervisionado.....	105
1.7.6. Trabalho de Conclusão de Curso.....	111
1.7.7. Atividades Complementares.....	117
1.8. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	126

1.9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	127
1.10. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	128
1.11. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO	131
1.11.1. Investigação Científica no Curso	131
1.11.2. Extensão no Curso	133
1.12. INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS).....	135
1.13. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE.....	135
2. APOIO AO DISCENTE.....	136
2.1. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA.....	136
2.2. ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL.....	136
2.3. MONITORIA	137
2.4. MECANISMOS DE NIVELAMENTO	137
2.5. INTERMEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS.....	138
2.6. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE.....	138
2.7. PARTICIPAÇÃO EM CENTROS ACADÊMICOS.....	139
2.8. INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	139
2.9. AÇÕES INOVADORAS.....	139
3. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	140
<u>ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO.....</u>	<u>141</u>
1. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	141
2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	143
3. COORDENAÇÃO DE CURSO	148
3.1. TITULAÇÃO ACADÊMICA.....	148
3.2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, NA DOCÊNCIA SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA	148
3.3. REGIME DE TRABALHO.....	148
3.4. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO.....	148
3.5. PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO	150
4. COLEGIADO DE CURSO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO.....	173
5. CORPO DOCENTE.....	174
5.1. TITULAÇÃO	174
5.2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	176
5.3. REGIME DE TRABALHO.....	177
5.4. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA	178
<u>INFRAESTRUTURA DO CURSO.....</u>	<u>178</u>
1. ESPAÇO FÍSICO.....	178
1.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	178
1.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR DE CURSO.....	178
1.3. SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	179
1.4. SALAS DE AULA.....	179
2. EQUIPAMENTOS	179
2.1. ACESSO DOS ALUNOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	179
2.2. REDE DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA (INTERNET).....	180
2.3. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA.....	180
2.4. PLANO DE EXPANSÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS.....	180
3. BIBLIOTECA.....	181
3.1. INSTALAÇÕES.....	181

3.2. ACERVO.....	182
3.3. SERVIÇOS.....	182
3.4. PLANO DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO.....	183
4. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS.....	185
4.1. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	185
4.2. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	186
5. LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE.....	187
6. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	187
7. PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PATRIMONIAL.....	187
8. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	188
9. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	191

APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. MANTENEDORA

DADOS DA MANTENEDORA	
NOME	Sociedade de Ensino Superior de Manhuaçu Ltda.
CNPJ	04.808.030/0001-80
ENDEREÇO	Rua Duarte Peixoto, nº 259
MUNICÍPIO	Manhuaçu
ESTADO	Minas Gerais
TELEFONE	(33) 3331-1214
FAX	(33) 3331-1214

1.2. MANTIDA

DADOS DA MANTIDA	
NOME	Faculdade do Futuro – FAF
ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	Faculdade
ENDEREÇO	Rua Duarte Peixoto, nº 259, Coqueiro
CEP	36.900-000
MUNICÍPIO	Manhuaçu
ESTADO	Minas Gerais
TELEFONE	(33) 3331 1214
FAX	(33) 3331 1214
E-MAIL	flavio@faculdedofuturo.edu.br
SITE	www.faculdedofuturo.edu.br
DIRIGENTE PRINCIPAL	Flávio José Ribeiro de Almeida
PORTARIA DE CREDENCIAMENTO	Portaria MEC nº 2.039 de 25/07/2003, publicada no DOU de 28/07/2003
ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO	Portaria nº 525 de 23/08/2006
PORTARIA DE RECDENCIAMENTO	Portaria MEC nº 1.266 de 18/10/2012, publicada no DOU de 19/10/2012

2. BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Faculdade do Futuro, com limite territorial circunscrito ao município de Manhuaçu, no Estado de Minas Gerais, é uma instituição isolada de ensino superior, mantida pela Sociedade de Ensino Superior de Manhuaçu Ltda.

A Sociedade de Ensino Superior de Manhuaçu Ltda. é uma pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na Rua Duarte Peixoto, nº 259, no município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais. Seu estatuto foi registrado no Cartório de Registros e Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Manhuaçu, sob nº 1927 nº C-1, fls. 965, em 04 de

dezembro de 2001.

Em 2003 foi credenciado o Instituto de Educação Superior de Manhuaçu, conforme a Portaria MEC nº 2.039 de 25/07/2003, publicada no DOU de 28/07/2003.

Nessa mesma data foi autorizado, pela Portaria MEC nº 2.040 de 25/07/2003, publicada no DOU de 28/07/2003, o funcionamento do Curso de Graduação em Enfermagem, modalidade bacharelado, com 120 vagas anuais no turno noturno. O Curso de Graduação em Enfermagem foi reconhecido pela Portaria SESu nº 856 de 01/11/2006, publicada no DOU de 06/11/2006. O reconhecimento do curso foi renovado conforme Portaria MEC nº 348 de 03/06/2014, publicada no DOU de 04/06/2014.

O Curso de Graduação em Enfermagem foi criado para atender uma demanda social loco-regional. O município de Manhuaçu e regiões vizinhas não possuíam cursos de graduação na área da saúde o que favorecia o êxodo de jovens após a conclusão do ensino médio para cursar o ensino superior na área da saúde nos grandes centros. Alia-se a este fato o inovador modelo de vigilância epidemiológica. Este modelo adotado pelo Sistema Único de Saúde, sistematizado pelo Programa da Saúde da Família (PSF) e coordenado pelo enfermeiro aumentaram a necessidade deste profissional na região onde a Faculdade do Futuro está inserida.

Posteriormente, a denominação do Instituto de Educação Superior de Manhuaçu foi alterada para Faculdade do Futuro, conforme Portaria nº 525 de 23/08/2006, que também aprovou as alterações no Regimento da IES.

Também no ano de 2006, pela Portaria SESu nº 30 de 22/05/2006, publicada no DOU de 24/05/2006, foram autorizados os Cursos de Graduação em Ciências Biológicas, modalidade licenciatura, Educação Física, modalidade licenciatura, e Farmácia, modalidade bacharelado, cada um com 100 vagas anuais, no turno noturno.

O Curso de Graduação em Ciências Biológicas, modalidade licenciatura, foi reconhecido pela Portaria nº 302 de 27/12/2012, publicada no DOU de 31/12/2012. O reconhecimento do curso foi renovado conforme Portaria MEC nº 1.093 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015.

O Curso de Graduação em Educação Física, modalidade licenciatura, foi reconhecido pela Portaria nº 1.675 de 14/10/2010, publicada no DOU de 18/10/2010. O curso teve renovado o seu reconhecimento pela Portaria nº 286 de 21/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012. O reconhecimento do curso foi renovado conforme Portaria MEC nº 1.093 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015.

O Curso de Graduação em Farmácia, modalidade bacharelado, foi reconhecido pela Portaria nº 1.429 de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011. O curso teve renovado o seu reconhecimento pela Portaria nº 01 de 06/01/2012, publicada no DOU de 09/01/2012.

Em 2011 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Engenharia Civil, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 121 de 13/06/2011, publicada no DOU de 14/06/2011. Este curso foi reconhecido pela Portaria nº 1.035 de 23/12/2015, publicada no DOU de 24/12/2015.

Em 2012 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Educação Física, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 110 de 13/06/2011, publicada no DOU de 14/06/2011. Este curso foi reconhecido pela Portaria nº 328 de 24/07/2013, publicada no DOU de 25/07/2013. O curso teve renovado o seu reconhecimento pela Portaria nº 1.344 de 15/12/2017, publicada no DOU de 18/12/2017.

Em 2013 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Psicologia, pela Portaria nº 632 de 28/11/2013, publicada no DOU de 29/11/2013.

Em 2014 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 719 de 27/11/2014, publicada no DOU de 28/11/2014.

Em 2015 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Administração, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 917 de 27/11/2015, publicada no DOU de 28/11/2015.

Em 2015 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Engenharia de Produção, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 1.041 de 23/12/2015, publicada no DOU de 24/12/2015.

Em 2015 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 1.041 de 23/12/2015, publicada no DOU de 24/12/2015.

Em 2017 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Agronomia, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 867 de 11/08/2017, publicada no DOU de 14/08/2017.

Em 2017 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Medicina Veterinária, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 867 de 11/08/2017, publicada no DOU de 14/08/2017.

Em 2017 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 867 de 11/08/2017, publicada no DOU de 14/08/2017.

Em 2018 foi autorizado o funcionamento do Curso de Graduação em Direito, modalidade bacharelado, pela Portaria nº 186 de 17/03/2018, publicada no DOU de 22/03/2018.

No campo da pós-graduação lato sensu são oferecidos 05 (cinco) cursos, são eles: Oncologia Multiprofissional, Gestão de Negócios, Neurociência e Educação, Gerenciamento de Obras e Treinamento Personalizado.

A Faculdade do Futuro possui o Conceito Institucional (CI) igual a 4 (2011) e o Índice Geral de Cursos (IGC) igual a 3 (2015).

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO CURSO

3.1. DENOMINAÇÃO

Curso de Graduação em Farmácia, bacharelado.

3.2. VAGAS

O curso possui 100 vagas anuais, autorizadas.

O número de vagas do curso está fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, consubstanciados no item 1. CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO DO, integrante da ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO deste PPC, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino.

3.3. DIMENSIONAMENTO DAS TURMAS

São formadas turmas de 50 alunos, sendo que, nas atividades práticas, as turmas têm as dimensões recomendadas pelo professor, com aprovação do Colegiado de Curso, sempre respeitado o limite máximo de 25 alunos por turma prática.

3.4. REGIME DE MATRÍCULA

O regime de matrícula é o semestral.

3.5. TURNO DE FUNCIONAMENTO

O Curso de Graduação em Farmácia funciona no período noturno, sendo aulas teóricas noturnas e atividades práticas e de estágios diurnos.

3.6. DURAÇÃO DO CURSO

O Curso de Graduação em Farmácia tem a duração de 4.000 horas, conforme determina a Resolução CNE/CES nº 04/2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

3.7. TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

O Curso de Graduação em Farmácia possui o prazo mínimo de integralização de 10 e máximo de 15 semestres letivos.

3.8. BASE LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia, observados os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), foi concebido com base na Resolução CNE/CES nº 02/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Considera, também, as recomendações das Conferências Nacionais de Educação Farmacêutica; as determinações da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960 e do Decreto nº 85.878, de 07 de abril de 1981, no tocante ao exercício da profissão de Farmacêutico; e o Código de Ética da Profissão Farmacêutica (Resolução CFF nº 417/2004) do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

O PPC de Farmácia atende a Resolução CNE/CES nº 04/2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

O PPC atende ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelecem as políticas de educação ambiental; na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

O PPC está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da IES.

3.9. FORMAS DE ACESSO

As principais formas de acesso aos cursos da Faculdade do Futuro são:

- a) Processo Seletivo Discente (Vestibular): processo seletivo que permite ao candidato, com o ensino médio completo, aprovado e classificado em concurso específico, o ingresso no curso;
- b) Transferência: processo seletivo para alunos de outras instituições de ensino superior, transferidos para o mesmo curso ou de outras áreas afins, ou ainda de

outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital específico;

c) Portadores de diploma de nível superior: processo seletivo para graduados em cursos de outras áreas afins, ou ainda de outras áreas, com o mínimo de duas disciplinas iguais ou equivalentes, obedecendo ao número de vagas fixadas em edital específico.

O processo seletivo discente da Faculdade do Futuro destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas para cada curso. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constam os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos e a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação, desempate e demais informações. No ato da inscrição para o processo seletivo, está à disposição do candidato uma relação geral de cursos oferecidos pela Instituição.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estipulados pela Instituição. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la, ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa dentro dos prazos fixados. Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderão ser recebidos alunos transferidos.

Os candidatos classificados no processo seletivo e convocados para ingresso nos cursos de graduação devem comparecer no setor de Secretaria de Registros e Controle Acadêmicos, no prazo fixado, apresentando o original dos documentos requeridos: requerimento de matrícula; certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente; histórico escolar do ensino médio concluído; cédula de identidade; título de eleitor; prova de regularidade com as obrigações do serviço militar, se do sexo masculino; certidão de nascimento ou casamento; comprovante de pagamento das taxas regulamentares e CPF; comprovante de residência; foto 3 x 4.

O candidato classificado que não se apresentar para matrícula – no prazo estabelecido e com os documentos exigidos – perde o direito de se matricular, em favor dos demais candidatos a serem convocados por ordem de classificação, mesmo que tenha efetuado o pagamento das taxas exigidas.

A matrícula deve ser renovada semestralmente e, ao final do primeiro semestre letivo, o aluno deve preencher – na Secretaria – requerimento a fim de confirmar a continuidade de seus estudos para o próximo semestre ou solicitar trancamento.

Ressalvado o caso de trancamento de matrícula, a não renovação da mesma implica renúncia do curso e desvinculação do aluno à Faculdade do Futuro.

O resultado do processo seletivo é válido apenas para o semestre letivo a que se vincula.

3.10. ATO LEGAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Graduação em Farmácia foi autorizado pela Portaria SESu nº 30, de 22 de maio de 2006, publicada no DOU nº 98 de 24 de maio de 2006, seção 1, p. 33. Foi reconhecido pela Portaria nº 1.429 de 15/02/2011, publicada no DOU de 17/02/2011 e teve renovado o seu reconhecimento pela Portaria nº 01 de 06/01/2012, publicada no DOU de 09/01/2012.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

1. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

1.1. CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E EDUCACIONAL DA ÁREA DE INSERÇÃO

1.1.1. Caracterização Regional

A Faculdade do Futuro tem limite territorial circunscrito ao município de Manhuaçu, no Estado de Minas Gerais.

O município de Manhuaçu está localizado na região leste do Estado de Minas Gerais, nas proximidades da fronteira com o Estado do Espírito Santo.

É considerado polo econômico de uma região de mais de 20 municípios mineiros e capixabas, compreendendo, entre outros: Simonésia, Santa Bárbara do Leste, Vermelho Novo, Caputira, Matipó, Luisburgo, Manhumirim, Reduto, Raul Soares, Alto Caparaó, Caparaó, Alto Jequitibá, Abre Campo, Chalé, Durandé, Lajinha, Martins Soares, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu e São José do Mantimento.

No contexto da divisão macro regional mineira, o município de Manhuaçu está localizado na Zona da Mata e corresponde a uma microrregião que recebe seu nome e influência. A Microrregião é composta pelos municípios de Abre Campo, Alto Caparaó, Pedra Bonita, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Durandé, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento e Simonésia. Segundo estimativas do IBGE, possui 293.200 habitantes em 2016.

A importância do município de Manhuaçu pode ser medida por seu potencial de agregar serviços e órgãos de representação dos governos estadual e federal. Além disso, Manhuaçu possui 2.952 empresas, 216 unidades locais das entidades sem fins lucrativos (fundações privadas e associações) e 09 (nove) hotéis.

A região é muito rica em plantações, especialmente, no plantio do café devido ao clima e solo apropriados, fundamentais para a sua economia. Destaca-se também a produção de cebola, mandioca, milho e tomate.

Segundo o IBGE, possui 55% das vias públicas arborizadas, 73% de esgotamento sanitário adequado e 36% de urbanização de vias públicas, demandando ações de educação ambiental que se encontram em consonância com as políticas da Faculdade do Futuro.

O PIB per capita de Manhuaçu, divulgado para o ano de 2014, foi de 21.266,39 reais. E o PIB a preços correntes, 1.826.974 mil reais. Por outro lado, a composição do Produto Interno Bruto de Manhuaçu, apresentado a seguir, confirma a importância do setor de serviços para o município.

- Valor adicionado bruto da agropecuária = 80.175 mil reais
- Valor adicionado bruto da indústria = 373.323 mil reais
- Valor adicionado bruto dos serviços = 926.705 mil reais

O município de Manhuaçu apresenta, também, uma destacada importância na área de saúde, em razão da presença de 380 estabelecimentos de saúde ao todo (incluindo consultórios isolados), que disponibilizam 206 leitos (destes, 11 complementares, 195 geral menos complementares e 134 leitos SUS), maternidade, UTI e mais de 1.400 empregos diretos.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Manhuaçu é 0,689, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,839, seguida de Renda, com índice de 0,692, e de Educação, com índice de 0,563.

População no Ensino Médio Local

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2015, em Manhuaçu, a proporção de jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa é de 42,0%. O percentual municipal está significativamente abaixo do observado em Minas Gerais (70,4%), na Região Sudeste (74,8%) e no Brasil (66,8%). E distante da Meta 3 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) para o ensino médio, de "universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%". Assim sendo, a necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do PNE, sendo evidenciada na região de inserção da Faculdade do Futuro.

De acordo com os Resultados Finais do Censo Escolar (INEP, 2015), foram registradas, no Município de Manhuaçu, 5.003 matrículas iniciais no ensino médio, sendo 3.083 matrículas iniciais no ensino regular, 1.035 na educação

profissional (nível técnico), 464 em EJA presencial (nível médio), 402 em EJA semipresencial (nível médio) e 19 na educação especial (médio e técnico), o que confirma a existência de demanda potencial para a formação superior no Município de Manhuaçu.

Assim, o ingresso na educação superior assume para o jovem da região de inserção da IES um caráter de tarefa evolutiva em si mesma, continuidade natural a ser assumida por quem termina o ensino médio e uma alternativa disponível de inserção no mundo do trabalho.

Estando prevista a expansão do ensino médio, a oferta de vagas e a democratização do acesso à educação superior foram também algumas das metas estipuladas pelo PNE. Tais metas estão associadas a programas governamentais como o Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de educação superior a alunos de baixa-renda, egressos do ensino médio de escolas públicas, e o Financiamento Estudantil (Fies), programa do MEC que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). A Faculdade do Futuro aderiu ao Prouni e ao Fies, considerando-os importantes mecanismos de inserção e manutenção de alunos de baixa renda na educação superior.

Na região de inserção da Faculdade do Futuro o ensino médio apresentou crescimento nas últimas décadas, o que pode ser associado à melhoria do ensino fundamental, à ampliação do acesso ao ensino médio e a uma maior demanda pela educação superior.

Metas do PNE e Atendimento na Educação Superior

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE) tem-se como meta que trata diretamente da Educação Superior:

Meta 12 - Acesso à educação: superior elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro está alinhado com os objetivos e as metas do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) no que tange aos seguintes aspectos:

- Aumentar a oferta de vagas no ensino superior no Município e no Estado de Minas Gerais, contribuindo para elevação da taxa bruta e líquida de matrículas nesse nível de ensino, que distam da meta estabelecida no PNE 2014-2024;
- Contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior, especificamente na área da saúde;

- Interiorizar e diversificar, regionalmente, o sistema de ensino superior, mediante a oferta um curso de grande importância, que visa a contribuir com o Sistema Único de Saúde, a educação ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico loco regional e a inclusão social;
- Assegurar a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pela Faculdade do Futuro de forma a melhor atender às necessidades diferenciais e às peculiaridades regionais;
- Facilitar a inclusão na educação superior, através de programas de compensação de deficiências de formação anterior (nivelamento), permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições com os demais estudantes;
- Institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa, que promova a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão acadêmica.

A oferta do Curso de Graduação em Farmácia é uma medida que contribui para o fortalecimento da cidadania e ampliação das condições de acesso a serviços de saúde de qualidade na região de inserção da Faculdade do Futuro, com elevado grau de comprometimento social.

E considerando as metas estabelecidas no PNE, as atuais taxas de escolarização líquida e bruta calculadas para o Município de Manhuaçu, Minas Gerais, Região Sudeste e Brasil demonstram claramente as deficiências do setor de ensino superior em relação aos jovens que residem na região ou no país, e a necessidade de ampliação da cobertura educacional.

TAXA BRUTA E LÍQUIDA DE MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2015)				
INDICADOR	BRASIL (%)	REGIÃO (%)	ESTADO (%)	MUNICÍPIO (%)
Taxa Bruta (Meta: 50%)	32,6	34,1	33,8	17,7
Taxa Líquida (Meta: 33%)	21,3	23,5	22,2	10,3

Fonte: Simec/MEC, 2018.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro está alinhado com os objetivos e as metas do PNE (2014-2024), no que tange aos seguintes aspectos:

- Ofertar Educação Superior disponibilizando vagas no Município e na região, contribuindo para elevação das taxas bruta e líquida de matrículas nesse nível de ensino, que estão distantes da Meta estabelecida no PNE;
- Contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de educação superior;

- Interiorizar e diversificar, regionalmente, o sistema de ensino superior, mediante a oferta um curso de grande importância, que visa a contribuir para o desenvolvimento da região, promovendo a inclusão social e contribuindo para o fortalecimento da cidadania;
- Assegurar a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pela Faculdade do Futuro de forma a melhor atender às necessidades diferenciais e às peculiaridades regionais;
- Responder as demandas dos mercados de trabalhos ou necessidades para o desenvolvimento regional e do país;
- Institucionalizar um sistema de avaliação interna e externa, que promova a melhoria da qualidade do ensino, da extensão e da gestão acadêmica.

Quantidade de Vagas Ofertadas na Educação Superior

Quanto ao ensino superior, em Manhuaçu, dos jovens adultos de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, apenas 10,3% estavam cursando o ensino superior em 2015. Em 2010, eram 8,65%, no ano 2000 eram 3,54% e em 1991, 1,89%.

Em 2018 são ofertadas vagas em 44 (quarenta e quatro) cursos de graduação presenciais em Manhuaçu (e-MEC, 2018). Além disso, o Município sedia 3 (três) instituições de ensino superior: a Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu (FACIG), a Faculdade Comunitária de Manhuaçu (FCM) e a Faculdade do Futuro (FAF).

De acordo com os dados obtidos no Cadastro e-MEC, no município de Manhuaçu são oferecidas 4.079 vagas em cursos de graduação.

Instituição(IES)	Sigla	Nome do Curso	Vagas Autorizadas
FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	FACIG	ADMINISTRAÇÃO	200
	FACIG	ADMINISTRAÇÃO	100
	FACIG	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	40
	FACIG	ARQUITETURA E URBANISMO	60
	FACIG	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	50
	FACIG	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	100
	FACIG	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	90
	FACIG	DIREITO	120
	FACIG	ENFERMAGEM	50

	FACIG	ENGENHARIA CIVIL	50
	FACIG	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	50
	FACIG	GESTÃO AMBIENTAL	45
	FACIG	GESTÃO DE TURISMO	100
	FACIG	HISTÓRIA	50
	FACIG	MARKETING	45
	FACIG	MATEMÁTICA	100
	FACIG	MEDICINA	36
	FACIG	ODONTOLOGIA	100
	FACIG	PEDAGOGIA	120
	FACIG	PSICOLOGIA	100
	FACIG	SERVIÇO SOCIAL	45
FACULDADE DO FUTURO	FAF	ADMINISTRAÇÃO	100
	FAF	AGRONOMIA	80
	FAF	ARQUITETURA E URBANISMO	100
	FAF	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	100
	FAF	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	100
	FAF	DIREITO	120
	FAF	EDUCAÇÃO FÍSICA	100
	FAF	EDUCAÇÃO FÍSICA	100
	FAF	ENFERMAGEM	108
	FAF	ENGENHARIA AMBIENTAL	150
	FAF	ENGENHARIA CIVIL	100
	FAF	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	100
	FAF	FARMÁCIA	100
	FAF	MEDICINA VETERINÁRIA	80
	FAF	PSICOLOGIA	100
FACULDADE DOCTUM DE MANHUAÇU - DOCTUM	FCM	ADMINISTRAÇÃO	80
	FCM	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	80
	FCM	DIREITO	250
	FCM	ENGENHARIA	80
	FCM	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	100
	FCM	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	100
	FCM	GESTÃO PÚBLICA	100
	FCM	LOGÍSTICA	100

Total de Vagas			4.079
----------------	--	--	-------

Fonte: Cadastro e-MEC
04/09/2018.

Em relação ao Curso de Farmácia, a FAF disponibiliza em Manhuaçu um total de 100 vagas anuais, na modalidade presencial. E em Matipó, a Faculdade Vértice oferta 60 vagas anuais. Dessa forma, são ofertadas 160 vagas anuais para cursos de Farmácia na Microrregião de Manhuaçu.

1.1.2. Pirâmide Populacional

A população do município de Manhuaçu, segundo Estimativas da População do IBGE (2018), é de 89.256 habitantes. Na Microrregião residem 293.200 pessoas.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,73% ao ano, passando de 67.059 para 79.574 habitantes. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,6% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 8,4% da população, já em 2010 detinha 10,1% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010, com média de 0,1% ao ano. Crianças e jovens detinham 30,0% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 20.131 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 25,5% da população, totalizando 20.257 habitantes.

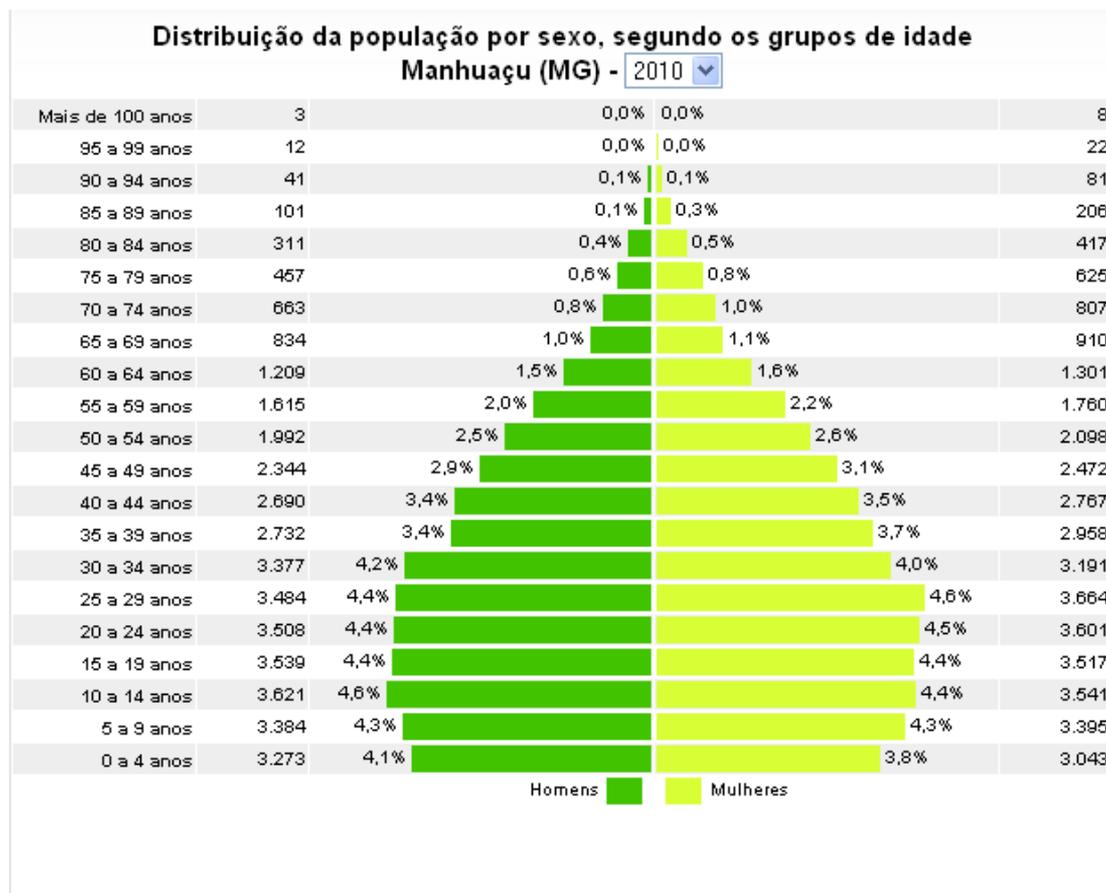
No quadro a seguir são apresentados os dados da população residente no município de Manhuaçu em 2010, por faixa etária e sexo.

POPULAÇÃO RESIDENTE POR FAIXA ETÁRIA E SEXO, 2010 - MANHUAÇU			
FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Mais de 100 anos	3	8	11
95 a 99 anos	12	22	34
90 a 94 anos	41	81	122
85 a 89 anos	101	206	307
80 a 84 anos	311	417	728
75 a 79 anos	457	625	1.082
70 a 74 anos	663	807	1.470
65 a 69 anos	834	910	1.744
60 a 64 anos	1.209	1.301	2.510
55 a 59 anos	1.615	1.760	3.375
50 a 54 anos	1.992	2.098	4.090
45 a 49 anos	2.344	2.472	4.816
40 a 44 anos	2.690	2.767	5.457
35 a 39 anos	2.732	2.958	5.690
30 a 34 anos	3.377	3.191	6.568
25 a 29 anos	3.484	3.664	7.148
20 a 24 anos	3.508	3.601	7.109
15 a 19 anos	3.539	3.517	7.056
10 a 14 anos	3.621	3.541	7.162

5 a 9 anos	3.384	3.395	6.779
0 a 4 anos	3.273	3.043	6.316
TOTAL	39.190	40.384	79.574

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas.

Observa-se que a população municipal possui uma estrutura jovem, com uma pirâmide populacional de ápice estreito e estreitamento de sua base.



1.1.7. Demanda pelo Curso

A presença da Faculdade do Futuro na região, identificada principalmente com as características regionais, contribui para dinamizar a qualidade de formação dos profissionais que a região necessita.

A área de inserção da IES é um espaço social e econômico que demanda por uma intervenção qualificada para a geração de desenvolvimento. Neste sentido, cada vez mais, um conjunto de profissionais bem qualificados estão sendo solicitados no mercado de trabalho, para servir a sociedade.

A crescente preocupação mundial com a saúde, tal como a assunção geral de que a melhoria da qualidade de vida das pessoas passa obrigatoriamente pela promoção da saúde, tem conduzido à valorização dos serviços prestados neste setor.

Ações fundamentais para melhorar a saúde da população, no seu sentido mais amplo, envolvem questões como saneamento básico, desenvolvimento de métodos e produtos tecnológicos, implementação de processos educativos, dentre outros, todos centrados em mecanismos que visem conservação ambiental e que contribuam efetivamente para a formação integral do ser humano, dirimindo desigualdades. A 12^a Conferência Nacional de Saúde, realizada de 7 a 11 de dezembro de 2003 em Brasília, cujo tema foi “Saúde: um Direito de Todos e Dever do Estado – A Saúde que Temos, o SUS que Queremos”, reiterou a relevância das questões supracitadas a partir das discussões sobre os direitos à saúde; a seguridade social no contexto da saúde; a intersetorialidade das ações; o controle social e gestão participativa; o trabalho na saúde; ciência e tecnologia na saúde dentre outros.

De todas as áreas do conhecimento humano, a Farmácia assume um papel social de relevada importância por ser o campo de pesquisa científica e tecnológica para a produção e controle de medicamentos, dos quais depende, em grande parte, a recuperação da saúde. Em adição, o egresso do curso de Farmácia terá uma profissão a serviço do ser humano, tendo por fim a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, individual e coletiva, atuando em benefício do indivíduo, da coletividade e do meio ambiente, sem discriminação de qualquer natureza. Deve recorrer ao aprimoramento contínuo de conhecimentos, colocando-os a serviço da saúde, da sua pátria e da humanidade, conforme ressalta o próprio Código de Ética do Farmacêutico.

Para tanto, o Farmacêutico com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva irá atuar em todos os níveis de saúde, exercendo suas atividades dentro dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se esgota com o ato técnico per se, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo.

A Organização Mundial de Saúde – OMS, no documento “El papel del farmacéutico en el sistema de salud” – Genebra (1990), afirmou que nos países em desenvolvimento é comum encontrar uma proporção de profissional Farmacêutico/população menor do que 1:100.000. Em um mesmo país, esta proporção pode variar entre 1:12.000, na capital, e 1:700.000, nas menores localidades. São números que refletem a má distribuição de recursos humanos em saúde. Nos países industrializados esta relação fica em torno de 1:2.300. A OMS ressalta ainda a gravidade da escassez de farmacêuticos nos países em desenvolvimento, especialmente nos serviços de saúde pública, destacando:

Para asegurar una sustitución eficaz se necesitan farmacéuticos en los puestos de dirección, administración y educación para organizar, supervisar, dar apoyo y capacitar a los farmacéuticos y trabajadores de salud no especializados en farmacia que prestan servicios farmacéuticos esenciales al público. También se necesitan farmacéuticos para llenar puestos de importancia capital en el gobierno relacionados con el control de la calidad de los medicamentos nacionales e importados, la fabricación local de medicamentos, la regulación de medicamentos, la

legislación relativa a farmacia, la elaboración de políticas sobre medicamentos y la asesoría en este campo y, en general, la garantía del funcionamiento de los programas nacionales de medicamentos esenciales.

Las principales categorías profesionales de farmacéuticos están constituidas por:

- farmacéuticos de la comunidad y de los hospitales,
- especialistas en los diversos aspectos científicos de la farmacia,
- especialistas ocupacionales, sobre todo farmacéuticos industriales que se dedican particularmente a tecnología e investigación farmacéutica, y
- profesores, y gerentes y administradores de servicios y sistemas farmacéuticos.

Atualmente, em que pese o crescente número de farmacêuticos no país, cerca de 218.157 farmacêuticos segundo dados da CAEF (2018), verifica-se, ainda, um forte déficit em relação à demanda existente, sendo premente a necessidade de formação de profissionais nesta área específica, principalmente no interior do país.

O mercado de trabalho para o Farmacêutico tem como característica principal a ampla área de inserção profissional, ante as múltiplas possibilidades de seu campo de atuação. O Farmacêutico pode exercer as atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos.

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 572, de 25 de abril de 2013, as especialidades farmacêuticas estão agrupadas em dez linhas de atuação: alimentos; análises clínico-laboratoriais; educação; farmácia; farmácia hospitalar e clínica; farmácia industrial; gestão; práticas integrativas e complementares; saúde pública e toxicologia.

Para efeito de registro de certificados e títulos na carteira profissional, estão previstas 135 especialidades, sendo que quatro delas foram publicadas após a edição desta resolução:

1. Alimentos funcionais e nutracêuticos
2. Análises clínicas
3. Análises toxicológicas
4. Antroposofia
5. Assistência farmacêutica
6. Assuntos regulatórios
7. Atenção farmacêutica
8. Atenção farmacêutica domiciliar
9. Atendimento farmacêutico de urgência e emergência
10. Auditoria em saúde
11. Avaliação de tecnologia em saúde
12. Bacteriologia clínica
13. Banco de leite humano
14. Banco de materiais biológicos
15. Banco de órgãos, tecidos e células

16. Banco de sangue
17. Banco de sêmen
18. Biofarmácia
19. Biologia molecular
20. Bioquímica clínica
21. Biotecnologia industrial
22. Citogenética
23. Citologia clínica
24. Citopatologia
25. Citoquímica
26. Controle de qualidade
27. Controle de qualidade de alimentos
28. Controle de qualidade e tratamento de água
29. Controle de vetores e pragas urbanas
30. Cultura celular
31. Dispensação
32. Docência do ensino superior
33. Educação ambiental
34. Educação em saúde
35. Empreendedorismo
36. Epidemiologia genética
37. Estratégia Saúde da Família (ESF)
38. Farmácia clínica domiciliar
39. Farmácia clínica em cardiologia
40. Farmácia clínica em cuidados paliativos
41. Farmácia clínica em geriatria
42. Farmácia clínica em hematologia
43. Farmácia clínica em oncologia
44. Farmácia clínica em pediatria
45. Farmácia clínica em reumatologia
46. Farmácia clínica em terapia antineoplásica
47. Farmácia clínica em unidades de terapia intensiva
48. Farmácia clínica hospitalar
49. Farmácia comunitária
50. Farmácia hospitalar e outros serviços de saúde
51. Farmácia magistral
52. Farmácia oncológica
53. Farmácia veterinária
54. Farmacocinética clínica
55. Farmacoeconomia
56. Farmacoepidemiologia
57. Farmacogenética
58. Farmacogenômica
59. Farmacologia clínica
60. Farmacovigilância
61. Garantia da qualidade
62. Gases e misturas de uso terapêutico
63. Genética

64. Gerenciamento dos resíduos em serviços de saúde
65. Gestão ambiental
66. Gestão da assistência farmacêutica
67. Gestão da qualidade
68. Gestão de farmácias e drogarias
69. Gestão de risco hospitalar
70. Gestão e controle de laboratório clínico
71. Gestão em saúde pública
72. Gestão farmacêutica
73. Gestão hospitalar
74. Hematologia clínica
75. Hemoderivados
76. Hemoterapia
77. Histocompatibilidade
78. Histoquímica
79. Homeopatia
80. Imunocitoquímica
81. Imunogenética
82. Imunohistoquímica
83. Imunologia clínica
84. Imunopatologia
85. Indústria de cosméticos
86. Indústria de farmoquímicos
87. Indústria de saneantes
88. Indústria farmacêutica e de insumos farmacêuticos
89. Logística farmacêutica
90. Marketing farmacêutico
91. Medicina tradicional chinesa-acupuntura
92. Metodologia de ensino superior
93. Micologia clínica
94. Microbiologia clínica
95. Microbiologia de alimentos
96. Nanotecnologia
97. Nutrição enteral
98. Nutrição parenteral
99. Nutrigenômica
100. Parasitologia clínica
101. Pesquisa clínica
102. Pesquisa e desenvolvimento
103. Pesquisa e desenvolvimento de alimentos
104. Planejamento e gestão educacional
105. Plantas medicinais e fitoterapia
106. Produção de alimentos
107. Radiofarmácia
108. Reprodução humana
109. Saúde ambiental
110. Saúde coletiva
111. Saúde do trabalhador

112. Saúde ocupacional
113. Segurança no trabalho
114. Tecnologia de fermentação
115. Termalismo social/crenoterapia
116. Toxicogenética
117. Toxicologia ambiental
118. Toxicologia analítica
119. Toxicologia clínica
120. Toxicologia de alimentos
121. Toxicologia de cosméticos
122. Toxicologia de emergência
123. Toxicologia de medicamentos
124. Toxicologia desportiva
125. Toxicologia experimental
126. Toxicologia forense
127. Toxicologia ocupacional
128. Toxicologia veterinária
129. Vigilância epidemiológica
130. Vigilância sanitária
131. Virologia clínica

E as demais foram publicadas após edição da Resolução CFF N^o 572, de 25/04/2013:

132. Floralterapia (Resolução n^o 611/2015)
133. Perfusão sanguínea (Resolução n^o 624/2016)
134. Saúde Estética (Resoluções n^{os} 573/2013, 616/2015 e 645/2017)
135. Vacinação (Resolução n^o 654/2018)

No Brasil, o Farmacêutico encontra-se inserido no contexto da saúde pública. Cabe destacar que recentemente foi promovida uma reorientação da atuação do farmacêutico, como membro da equipe multiprofissional de saúde, no processo de consolidação do Sistema Único de Saúde, que deixa de ser centrada no medicamento e passa a ser voltada para os usuários, (re)aproximando a farmácia e atuação à atenção direta aos usuários.

No Brasil, a promoção da atenção farmacêutica vem sendo feita institucionalmente desde 2001, a partir de uma consulta de experiências e da elaboração da proposta de Consenso Brasileiro em Atenção Farmacêutica. No documento, a partir de referências internacionais e das experiências dos participantes, foi sugerido um conceito de atenção farmacêutica para o País, mais tarde incorporado à Política Nacional de Assistência Farmacêutica, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde:

É um modelo de prática farmacêutica, desenvolvida no contexto da Assistência Farmacêutica e compreendendo atitudes, valores éticos, comportamentos, habilidades, compromissos e co-responsabilidades na prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, de forma integrada à equipe de saúde. É a interação direta do farmacêutico com o usuário, visando uma

farmacoterapia racional e a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Esta interação também deve envolver as concepções dos seus sujeitos, respeitadas as suas especificidades bio-psico-sociais, sob a ótica da integralidade das ações de saúde.

Com a publicação da Portaria nº 698/2006, inseriu-se o Farmacêutico, de forma efetiva, nesse cenário, revolucionando o seu papel no Sistema Único de Saúde – SUS.

Com base em sua regulamentação, o Farmacêutico está autorizado a atuar na atenção básica, contando com a garantia de recursos federais disponíveis a viabilizar a sua atuação no SUS. Esta nova realidade vem ao encontro de uma reivindicação antiga dos profissionais da área, que, como agentes de saúde, não poderiam permanecer à margem do contexto da atenção básica.

O atual conceito de atenção básica inclui, no caso dos Farmacêuticos, serviços em todos os postos de saúde e o gerenciamento do ciclo completo da assistência. Também, fazem parte da atenção básica o Programa Saúde da Família – PSF, os programas de controle da Tuberculose, da Hanseníase, de Hipertensão, de Diabetes, de Saúde Mental e de Saúde Bucal. Em todos esses programas, o farmacêutico poderá atuar.

Adicionalmente, o ritmo de crescimento e aperfeiçoamento da área de Farmácia, como um todo, também ressalta o atual déficit do número de profissionais disponíveis no País em relação à demanda e evidencia a necessidade de formação de profissionais nesta área específica.

A necessidade de fiscalização dos medicamentos presentes no mercado, e daqueles que buscam nele ingressar, é objeto de políticas públicas em todo o território nacional, devido à sua importância e urgência. A dificuldade que se encontra para coibir a comercialização de medicamentos falsificados está diretamente relacionada com a falta de Farmacêuticos presentes nos Municípios brasileiros. Cabe ao farmacêutico a verificação do medicamento, a fim de auferir se este está de acordo com a legislação vigente, conferindo o registro no Ministério da Saúde, sua composição química, as alterações de fórmulas ou irregularidades na embalagem. Desta forma, o escândalo da falsificação de remédios em 1998 contribuiu para o aumento de emprego na indústria farmacêutica.

A Lei nº 5.991/1973 prevê a presença obrigatória de um Farmacêutico durante o horário de funcionamento de farmácias. Além da obrigatoriedade quanto ao número de horas de dedicação do Farmacêutico em farmácias, é necessária a atividade do profissional nas farmácias e nos laboratórios farmacêuticos interessados no fracionamento de medicamentos.

Foi publicada, no Diário Oficial da União do dia 20 de maio de 2005, a RDC nº 135/2005, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que define as regras para o fracionamento de medicamentos. De acordo com a normativa,

somente os estabelecimentos com licença de Farmácia poderão exercer essa prática. O fracionamento deverá ser feito no estabelecimento onde o consumidor entregar a receita. O Farmacêutico deve estar identificado e não pode atribuir à outra pessoa a tarefa de fracionar.

Cabe destacar que o município de Manhuaçu possui ampla infraestrutura de saúde, com diversas oportunidades profissionais na área de Farmácia.

Assim, com a oferta do Curso de Graduação em Farmácia, a Faculdade do Futuro está contribuindo para a ampliação das oportunidades de acesso à formação superior em área cuja atual oferta não é capaz de absorver as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

O Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro prepara profissionais da saúde com formação humanista, crítica, reflexiva e generalista, capacitados para o exercício de atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos. E com capacidade de atuar ao lado de outros profissionais da saúde, participando ativamente na construção de um sistema de saúde cada vez mais efetivo.

Adicionalmente, deve-se considerar que a realidade nacional demanda, cada vez mais, a inserção de profissionais capazes de promover o desenvolvimento de novos fármacos, especialmente àqueles que utilizam o potencial da biodiversidade brasileira, respaldada em pesquisa científica e tecnologia avançada.

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, estimada em cerca de 20% do número total de espécies do planeta. Esse imenso patrimônio genético, já escasso nos países desenvolvidos, tem na atualidade valor econômico-estratégico inestimável em várias atividades, mas é no campo do desenvolvimento de novos medicamentos onde reside sua maior potencialidade.

O interesse pela biodiversidade para a produção de medicamentos aumentou sensivelmente com a conclusão do genoma humano, uma vez que o número de possíveis alvos terapêuticos aumentou de cerca de 500 para mais de 6 mil.

A exploração das espécies nativas brasileiras está diretamente ligada à produção dos fitomedicamentos, também conhecidos como fitoterápicos. Esses medicamentos constituem-se em preparações contendo extratos padronizados de uma ou mais plantas, hoje amplamente comercializados em países pobres ou ricos. De acordo com a definição proposta pela OMS, os fitomedicamentos são substâncias ativas presentes na planta como um todo, ou em parte dela, na forma de extrato total ou processado. Os constituintes responsáveis pela atividade farmacológica são, em geral, pouco conhecidos e se acredita que a ação farmacológica desses produtos envolva a interação de inúmeras moléculas presentes no extrato.

O grande desafio para o aproveitamento racional da biodiversidade brasileira visando à produção de medicamentos é, sem dúvida, como transformar um imenso patrimônio genético natural em riquezas, criando indústrias de base tecnológica e gerando empregos qualificados. Nesse sentido, a formação de profissionais farmacêuticos, ainda que generalistas, mas orientada pelas demandas e expectativas de desenvolvimento do setor de saúde na região, precisa ser estimulada.

1.2. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de ensino, investigação científica e extensão, constantes no PDI, estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

A oferta e consolidação do Curso de Graduação em Farmácia ocorreu mediante a utilização das políticas institucionais aprovadas no âmbito do PDI. O PDI estabelece as políticas e as diretrizes institucionais, ações estratégicas a serem implantadas, num determinado horizonte temporal, para o cumprimento dessas políticas institucionais.

As políticas institucionais – concebidas como instrumentos que estabelecem a lógica de funcionamento dos processos gerenciais da Faculdade do Futuro –, que especificam as diretrizes, as regras, os conceitos e as responsabilidades das instâncias acadêmicas e os parâmetros de atuação de cada uma, estão contempladas no PDI e norteiam a implantação e a consolidação dos cursos de graduação.

Foram projetadas em conformidade com o objetivo de formar um profissional que esteja de fato qualificado a integrar o mercado de trabalho, que consiga atender às exigências da empregabilidade e que se sinta estimulado a atuar como empreendedor, em áreas relacionadas à sua formação, sempre pautado nos valores da ética e nos princípios de cidadania.

Para a graduação, concretizam-se pelo estímulo às práticas de estudo autônomo; pelo encorajamento ao desenvolvimento crescente das habilidades e competências adquiridas nos diversos cenários de ensino e aprendizagem – especialmente as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação do aluno; pelo fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), a realização de estágios e a forte participação em atividades de investigação científica e extensão; pela condução de avaliações periódicas, que utilizem instrumentos variados e complementares e que sirvam para orientar processos de revisão do projeto pedagógico do curso; pela promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política.

A Faculdade do Futuro implantou as políticas previstas para o ensino, na modalidade presencial, de forma coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais (PDI e PPC). Tem por meta fundamental a formação de um

profissional preparado para o mercado de trabalho e promove as condições necessárias para garantir que os futuros egressos possam atuar de acordo com os valores da ética e com os princípios da cidadania. A formação superior ora apresentada tem como objetivo proporcionar ao aluno um conhecimento dinâmico do mundo, capacitando-o para um exercício profissional sempre pautado pela ética, em tempos de rápidas e profundas mudanças.

A política de ensino foi concebida em sintonia com a política de investigação científica e de extensão institucional da Faculdade do Futuro. Busca alcançar horizontes que indicam a promoção de ensino de qualidade – atento aos avanços da ciência e dos processos de ensino–aprendizagem, com base em princípios de interdisciplinaridade e na articulação das áreas do saber. Em paralelo, as políticas afetas ao corpo docente apresentam como foco o processo de aperfeiçoamento continuado e a estimulação ao aprimoramento da ação curricular, com base no desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias de ensino.

No Curso de Graduação em Farmácia, as atividades de investigação científica – continuamente incentivadas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso, para a qualificação e o aprimoramento constante do ensino – estão voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Faculdade do Futuro está inserida. Essas atividades estão alinhadas a um modelo de desenvolvimento que privilegia, além do crescimento econômico, a promoção da qualidade de vida da comunidade regional.

As atividades de extensão relacionadas ao curso visam o envolvimento com a sociedade e à sua articulação com a atividade de ensino, de forma a transferir para a comunidade os conhecimentos produzidos na Faculdade do Futuro e a captar dela demandas e necessidades que possam orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos. É coerente afirmar, portanto, que as atividades de extensão desenvolvidas pela Faculdade do Futuro, no âmbito do Curso de Graduação em Farmácia, viabilizam a prática e o compartilhamento de saberes – o sistematizado pelo saber humano e aquele produzido na Instituição, em parceria com a comunidade.

A condução de ações de responsabilidade social faz com que a Faculdade do Futuro cumpra a sua função social e que se torne uma estrutura fundamental para a melhoria da qualidade de vida, no contexto local, regional e nacional, destacando-a das demais instituições de ensino superior da região.

A gestão da Faculdade do Futuro, coligada à gestão do curso, segue as políticas estabelecidas nos documentos oficiais – destacando-se o Regimento, o PDI e o PPC – que norteiam o cumprimento das políticas de gestão. São realizadas reuniões com a Diretoria e a Coordenação, para discutir assuntos de interesse do curso. O Conselho Superior, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa, conta com a participação dos Coordenadores de Curso, membros do Colegiado de Curso e do NDE. Os assuntos de interesse do curso tratados pelo NDE e pelo Colegiado de Curso são, quando determinado regimentalmente, encaminhados à Direção e ao Conselho Superior.

1.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia, observados os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), foi concebido com base na Resolução CNE/CES nº 02/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Considera, também, as recomendações das Conferências Nacionais de Educação Farmacêutica; as determinações da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960 e do Decreto nº 85.878, de 07 de abril de 1981, no tocante ao exercício da profissão de Farmacêutico; e o Código de Ética da Profissão Farmacêutica (Resolução CFF nº 417/2004) do Conselho Federal de Farmácia (CFF).

O PPC de Farmácia atende a Resolução CNE/CES nº 04/2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

O PPC atende ao disposto no Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e ao Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para portadores de necessidades especiais; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, que estabelecem as políticas de educação ambiental; na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e na Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

O PPC está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da IES.

O propósito principal do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro é, portanto, oferecer uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitando o egresso para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, sustentado pela ética, com sólida base científica e intelectual, buscando interdisciplinaridade e a necessidade de repensar constantemente os conhecimentos da área farmacêutica em decorrência da velocidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como seu papel social.

O egresso estará capacitado para o exercício de atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos. Esse profissional deve se pautar em princípios éticos, com compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

O processo de formação do Farmacêutico, na Faculdade do Futuro, contempla as necessidades sociais da saúde, a atenção integral da saúde no

sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro pauta-se nos seguintes princípios:

- Abordar as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos, fundamentais à formação profissional e acadêmica;
- Compreender as necessidades sociais da saúde, fazendo interface com as Ciências Exatas, Biológicas, Humanas e Sociais;
- Contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural;
- Atender aos interesses mais específicos/atualizados, sem perda dos conhecimentos essenciais ao exercício da profissão, com flexibilidade intelectual que lhe permita interagir com outros profissionais da área de saúde, com capacidade de analisar e criar soluções diante de novas situações, com responsabilidade e comprometimento ético e social;
- Comprometer com o avanço técnico associado ao bem estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos;
- Respeitar a ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas;
- Aprimorar e capacitar continuamente.

Para tanto, o Curso de Graduação em Farmácia propõe uma ruptura com as concepções tradicionais do ensino e, fundamentalmente, com as formas acadêmicas desvinculadas da prática real da profissão do Farmacêutico.

O modelo pedagógico adotado no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

1.4. OBJETIVOS DO CURSO

1.4.1. Objetivo Geral

Os objetivos do curso estão implementados, e consideram o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

O objetivo geral do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro é oferecer uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva,

capacitando o egresso para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, sustentado pela ética, com sólida base científica e intelectual, buscando interdisciplinaridade e a necessidade de repensar constantemente os conhecimentos da área farmacêutica em decorrência da velocidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como seu papel social.

1.4.2. Objetivos Específicos

São objetivos específicos do Curso de Graduação em Farmácia:

- Assegurar a articulação entre o ensino, investigação científica e extensão, garantindo uma formação humanista, crítica, reflexiva e generalista, que leve a construção do perfil almejado;
- Ministrar os conteúdos essenciais previstos na estrutura curricular por meio das atividades teóricas e práticas, de forma integrada e interdisciplinar;
- Desenvolver as competências e habilidades desejadas do Farmacêutico articuladas aos contextos sócio-político-cultural nacional e local;
- Promover a articulação das atividades teóricas e práticas desde o início do processo de formação do Farmacêutico, permeando-a de forma integrada e interdisciplinar
- Favorecer a flexibilização curricular de forma a atender interesses mais específicos/atualizados, sem perda dos conhecimentos essenciais ao exercício da profissão;
- Disponibilizar tempo para a consolidação dos conhecimentos e para as Atividades Complementares objetivando progressiva autonomia intelectual do aluno;
- Desenvolver atitude investigativa que favoreça o processo contínuo de construção do conhecimento, por meio da investigação científica e da extensão;
- Fomentar a valorização das dimensões éticas e humanísticas da profissão, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade.

1.5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O perfil do profissional formado no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro está pautado na Resolução CNE/CES nº 02/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia.

Nesse sentido, o perfil do egresso do Curso de Graduação em Farmácia repousa em formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar na atenção a saúde como um todo, sustentado pela ética, com sólida base científica e intelectual, buscando interdisciplinaridade e a necessidade de repensar

constantemente os conhecimentos da área farmacêutica em decorrência da velocidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como seu papel social.

O egresso estará capacitado para o exercício de atividades referentes aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos. Esse profissional deve se pautar em princípios éticos, com compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade. Pode atuar nos diferentes campos de atuação da profissão farmacêutica, com destaque para a produção e controle de qualidade de medicamentos na área referente aos medicamentos fitoterápicos.

O Farmacêutico tem como atribuições essenciais a prevenção, a promoção, a proteção e a recuperação da saúde humana, desenvolvendo atividades associadas aos fármacos e aos medicamentos, às análises clínicas e toxicológicas e ao controle, produção e análise de alimentos.

De modo geral, na formação do profissional, devem ser desenvolvidas competências que permitam ao aluno transformar-se em um profissional capaz de atuar em diferentes áreas e contextos, a partir de conhecimentos e recursos instrumentais derivados de orientações teóricas contemporâneas, cuja relevância se define a partir da realidade sócio-cultural. Assim, o aluno do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro deve ter oportunidade de:

- Assumir os principais pressupostos conceituais e metodológicos dos sistemas teóricos em Ciências Farmacêuticas, Ciências Exatas, Biológicas, Humanas e Sociais;
- Articular a produção de conhecimento com a atuação profissional, sabendo buscar, usar e gerar conhecimento científico;
- Criar projetos que possibilitem a inserção de Farmácia nas mais distintas instituições;
- Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- Buscar aperfeiçoamento constante, em nível de autoconhecimento, relacionamento interpessoal ou incremento de conhecimento teórico;
- Refletir a postura ética que o exercício profissional e a cidadania requerem.

Na formação profissional os alunos devem exercitar as seguintes habilidades básicas:

- Ler, resumir e analisar livros-texto, de preferência no original, extraindo as principais idéias do autor;

- Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios técnicos na área de Farmácia;
- Identificar os objetivos, a metodologia, as análises, a validade dos resultados e a pertinência das interpretações contidos nos artigos de pesquisa;
- Buscar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais eletrônicos;
- Identificar, definir, formular e justificar questões de investigação científica, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa;
- Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para análise e apresentação de dados e para a preparação de instrumentais nas atividades profissionais em Farmácia.
- Utilizar os recursos das Ciências Humanas, Sociais e Biológicas para a resolução de problemas de saúde na atenção farmacêutica;
- Ser capaz de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas;
- Ser capaz de realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- Estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;
- Inserção contínua no campo do conhecimento científico através de uma postura pró-ativa em relação ao seu processo de capacitação e aprimoramento.

Tendo em vista que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia recomendam um perfil de formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, o Farmacêutico formado na Faculdade do Futuro deve ter domínio dos diversos campos de atuação, através do rigor científico, também como das Ciências Humanas, Sociais, Exatas e Biológicas, com discernimento ético e social para prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde. Nesse sentido, os conteúdos do Curso de Graduação em Farmácia, enquanto campo de conhecimento e atuação, têm princípios que asseguram uma base sólida capaz de desenvolver habilidades básicas na formação dos farmacêuticos.

O Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro, no processo de formação, também busca desenvolver as competências e habilidades

específicas, conforme determinadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, quais sejam:

- Analisar o campo de atuação do farmacêutico e seus desafios contemporâneos;
- Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre seus agentes sociais;
- Atuar profissionalmente, em diferentes contextos, na promoção da saúde, desenvolvimento e qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de intervenção, de caráter preventivo e/ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- Elaborar laudos, relatórios e outras comunicações profissionais; apresentar trabalhos e discutir idéias;
- Atuar na pesquisa, desenvolvimento, seleção, manipulação, produção, armazenamento e controle de qualidade de insumos, fármacos, sintéticos, recombinantes e naturais, medicamentos, cosméticos;
- Avaliar as interações medicamento/medicamento e alimento/medicamento;
- Atuar multiprofissionalmente com produtividade na promoção da saúde baseado na convicção científica, de cidadania e de ética.

Considerando ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, a formação do Farmacêutico, na Faculdade do Futuro, contempla as necessidades sociais da saúde, a atenção integral da saúde no sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS).

O perfil do profissional é parte integrante das informações iniciais fornecidas ao calouro, possibilitando que este assuma, junto à Faculdade do Futuro, compromisso de parceria sem o qual não é possível desenvolver uma didática transformadora e libertadora.

1.6. PERSPECTIVAS / POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

O campo de atuação profissional do Farmacêutico encontra-se estabelecido no Decreto nº 85.878, de 07 de abril de 1981, que regulamentou a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960.

De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 85.878/1981, são atribuições privativas dos profissionais Farmacêuticos:

I – desempenho de funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, quando a serviço do público em geral ou mesmo de natureza privada;

II – assessoramento e responsabilidade técnica em:

a) estabelecimentos industriais farmacêuticos em que se fabriquem produtos que tenham indicações e/ou ações terapêuticas, anestésicos ou auxiliares de diagnóstico, ou capazes de criar dependência física ou psíquica;

b) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se executem controle e/ou inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de produtos que tenham destinação terapêutica, anestésica ou auxiliar de diagnósticos ou capazes de determinar dependência física ou psíquica;

c) órgãos, laboratórios, setores ou estabelecimentos farmacêuticos em que se pratiquem extração, purificação, controle de qualidade, inspeção de qualidade, análise prévia, análise de controle e análise fiscal de insumos farmacêuticos de origem vegetal, animal e mineral;

d) depósitos de produtos farmacêuticos de qualquer natureza;

III – a fiscalização profissional sanitária e técnica de empresas, estabelecimentos, setores, fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;

IV – a elaboração de laudos técnicos e a realização de perícias técnico-legais relacionados com atividades, produtos, fórmulas, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica;

V – o magistério superior das matérias privativas constantes do currículo próprio do curso de formação farmacêutica, obedecida a legislação do ensino;

VI – desempenho de outros serviços e funções, não especificados no presente Decreto, que se situem no domínio de capacitação técnico-científica profissional.

Além dessas atribuições privativas, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 85.878/1981, são atribuições dos profissionais Farmacêuticos, as seguintes atividades afins, respeitadas as modalidades profissionais, ainda que não privativas ou exclusivas:

I – a direção, o assessoramento, a responsabilidade técnica e o desempenho de funções especializadas exercidas em:

a) órgãos, empresas, estabelecimentos, laboratórios ou setores em que se preparem ou fabriquem produtos biológicos, imunoterápicos, soros, vacinas, alérgenos, opoterápicos para uso humano e veterinário, bem como de derivados do sangue;

b) órgãos ou laboratórios de análises clínicas ou de saúde pública ou seus departamentos especializados;

c) estabelecimentos industriais em que se fabriquem produtos farmacêuticos para uso veterinário;

- d) estabelecimentos industriais em que se fabriquem insumos farmacêuticos para uso humano ou veterinário e insumos para produtos dietéticos e cosméticos com indicação terapêutica;
- e) estabelecimentos industriais em que se fabriquem produtos saneantes, inseticidas, raticidas, antissépticos e desinfetantes;
- f) estabelecimentos industriais ou instituições governamentais onde sejam produzidos radioisótopos ou radiofármacos para uso em diagnóstico e terapêutica;
- g) estabelecimentos industriais, instituições governamentais ou laboratórios especializados em que se fabriquem conjuntos de reativos ou de reagentes destinados às diferentes análises auxiliares do diagnóstico médico;
- h) estabelecimentos industriais em que se fabriquem produtos cosméticos sem indicação terapêutica e produtos dietéticos e alimentares;
- i) órgãos, laboratórios ou estabelecimentos em que se pratiquem exames de caráter químico-toxicológico, químico-bromatológico, químico-farmacêutico, biológicos, microbiológicos, fitoquímicos e sanitários;
- j) controle, pesquisa e perícia da poluição atmosférica e tratamento dos despejos industriais.

O Bacharel em Farmácia ou Farmacêutico atua na pesquisa, desenvolvimento, produção, gestão, manipulação e controle de qualidade de insumos, fármacos e medicamentos. Realiza a assistência farmacêutica em todos os níveis de atenção individual e coletiva à saúde; atua na vigilância de medicamentos e alimentos, de farmácias e de indústrias farmacêuticas. Pode realizar pesquisa, desenvolvimento, produção, manipulação, controle de qualidade de cosméticos, saneantes, domissanéantes e correlatos. Emite laudos e pareceres e coleta material biológico para análises clínico laboratoriais, toxicológicas, de hemoderivados, alimentos e do meio ambiente. Em sua atividade gerencia o trabalho e os recursos materiais de modo compatível com as políticas públicas de saúde. Atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo e da comunidade, primando pelos princípios éticos e de segurança.

O Farmacêutico atua nas áreas de gestão e serviços de saúde públicos ou privados em todos os níveis de atenção; em farmácias, dispensários, distribuidoras e importadoras de medicamentos; em ervanários; em indústrias farmacêuticas; em instituições de pesquisa. Pode atuar em indústrias de alimentos, de cosméticos, de insumos e correlatos; em bancos de leite e de sangue; em laboratórios de análises clínicas, toxicológicas, ambientais e de alimentos; em hemocentros e outros serviços de insumos biológicos para a saúde. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

O mercado de trabalho para o egresso do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro tem como característica principal a ampla área de inserção profissional, ante as múltiplas possibilidades de seu campo de atuação.

O mercado de trabalho do Curso de Graduação em Farmácia na região da Faculdade do Futuro apresenta como principal característica a diversidade de possibilidades de atuação do Farmacêutico.

Com base numa concepção integral de saúde, o profissional Farmacêutico poderá atuar em farmácias hospitalares ou não, da rede pública ou privada, desenvolvendo atividades técnico-administrativas, nas organizações, na coordenação, execução e direção dos serviços das unidades de saúde e nos programas de saúde técnico-assistenciais; na supervisão de produção, administração e pesquisa e em indústrias de alimentos na área de controle de qualidade, ainda nas diversas áreas de análises clínicas (bioquímica, toxicológica, parasitológica, microbiológica, hematológica, imunológica, perícias forenses, controle terapêutico e pesquisa), bem como em farmácias de manipulação e dispensação; ainda, nas atividades de educação para a saúde individual e coletiva. Poderá atuar nos seguimentos a seguir listados:

1 - Indústria de medicamentos: pesquisar, desenvolver e formular medicamentos; análise das matérias primas utilizadas, controle de qualidade, testar princípios ativos e a aplicação de novas drogas nas divisões científicas de indústrias farmacêuticas e farmácias de manipulação. Gerenciamento da produção de medicamentos, armazenamento distribuição e comercialização, como também na fiscalização da produção para evitar e detectar adulterações e falsificações, a fim de impedir danos à saúde pública.

2 - Indústria de cosméticos: formular cosméticos e produtos higiênicos em indústrias e farmácias de manipulação. Atuar no controle de qualidade.

3 - Indústria de alimentos: fazer controle de micro-organismos, preparo de soluções com todos os componentes necessários para a alimentação diretamente na veia, verificar interação medicamento-alimento, medicamento-medicamento, vigilância sanitária, controle de qualidade. Gerenciamento da produção de alimentos, armazenamento distribuição e comercialização, como também na fiscalização da produção para evitar e detectar adulterações e falsificações, a fim de impedir danos à saúde pública

4 - Farmácia: atuar na atenção farmacêutica, dispensação e manipulação de medicamentos, gerenciamento do estabelecimento. Interpretação, avaliação de prescrição quanto ao uso correto de medicamento.

5 - Farmácia Hospitalar - Controle da aquisição, armazenamento e dispensação de medicamentos no âmbito hospitalar, otimizando a terapia medicamentosa.

6 - Atenção Farmacêutica - Preconiza atender as necessidades da população, através da participação do acadêmico na assistência a paciente na dispensação e seguimento de um tratamento farmacoterapêutico, cooperando com os profissionais da saúde com a finalidade de obter resultados que melhorem a qualidade de vida do paciente. Também implica em atividades que proporcionem boa saúde e prevenção de doenças aos pacientes e comunidade

7 - Vigilância Sanitária: analisar medicamento, cosméticos, alimentos, estabelecimentos farmacêuticos para o pronto atendimento às necessidades do consumidor dentro das normas e padrões sanitários.

8 - Laboratórios de Análises clínicas: realização de exames em análises clínicas e toxicológicas, auxílio-diagnóstico, podendo gerenciar laboratórios, pesquisas na área das análises clínicas e toxicológicas, planejamento e gestão em serviços farmacêuticos na área de análises clínicas.

9 - Comercialização de Produtos farmacêuticos: comercializar medicamentos em drogarias ou fazer vendas para hospitais e postos de saúde. Preparar remédios individualizados, conforme prescrição médica.

10 - Atividades de Assessoria: prestar consultoria, planejamento e organização da assistência farmacêutica.

Mediante um campo de atuação tão vasto para o farmacêutico, há uma grande demanda desse profissional na região da Faculdade do Futuro. A participação dos farmacêuticos em todos os níveis de atenção à saúde é fundamental desenvolvendo ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde.

1.7. ESTRUTURA CURRICULAR

1.7.1. Conteúdos Curriculares

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Farmácia considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio). Além disso, evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta do componente curricular LIBRAS. Explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores.

A flexibilidade curricular é uma estratégia necessária para tornar o aprendizado mais significativo frente à diversidade e aos requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento regional e nacional. Assim, foi incorporada no curso por meio da(s): oferta de componentes curriculares optativos; previsão de Atividades Complementares, que são desenvolvidas na área de interesse do discente; previsão de componentes curriculares teórico-práticos e práticos; metodologia proposta, que aproveita todas as possibilidades e cenários de aprendizado possíveis; das estratégias de acessibilidade metodológica; gestão da matriz curricular (o órgão colegiado do curso e o NDE são os fóruns privilegiados de concepção e implantação da flexibilização); atividades de investigação científica e extensão (os conteúdos dos componentes curriculares não são a essência do curso, mas sim referência para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos discentes um sólido e crítico processo de formação, voltado ao contexto educacional, socioeconômico, ambiental e do mundo do trabalho).

No 9º e 10º semestre foram previstos componentes curriculares optativos de livre escolha pelo aluno, dentro de uma lista previamente estabelecida pela IES, que se volta à flexibilização da matriz curricular do curso. A lista pode ser ampliada ou modificada, tendo sempre por base as necessidades do mercado de trabalho e o perfil profissional que se deseja para o egresso. A “LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais” é oferecida entre os componentes curriculares optativos do curso, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005.

A estrutura curricular do curso foi elaborada de forma a valorizar a interdisciplinaridade, permitindo a formação de um profissional capaz de estabelecer conexões entre os saberes. Desta forma, foram incluídas, além dos componentes curriculares específicas da área do curso, componentes curriculares de áreas afins e que podem contribuir para a compreensão da área do curso em sua integralidade.

A organização dos componentes curriculares na matriz numa perspectiva interdisciplinar garantiu a integração horizontal e vertical de conteúdos. Considerou a necessária profundidade e complexidade crescente dos conteúdos, e a interação dos conhecimentos com as outras áreas ou unidades de ensino, incluindo temáticas transversais e de formação ética e cidadã, tais como: educação ambiental, direitos humanos, étnico-raciais e indígenas e aspectos sociais ou de responsabilidade social, éticos, econômicos e culturais. Assim, somente se justifica o desenvolvimento de um dado conteúdo quando este contribui diretamente para o desenvolvimento de uma competência profissional. Dessa forma, os componentes curriculares foram organizados ao longo dos semestres considerando os seus aspectos comuns em termos de bases científicas, tecnológicas e instrumentais. E a sequência dos componentes curriculares possibilitou a interligação dos conteúdos e a interdisciplinaridade.

A implantação de outras práticas interdisciplinares contribuiu para a sua efetivação, tais como:

- a) capacitações e reuniões de planejamento acadêmico dos docentes, visando a sincronização de atividades e programas e a coordenação comum das atividades pedagógicas;
- b) discussão coletiva sobre os problemas do curso;
- c) priorização da designação de docentes titulados, com experiência profissional e no exercício da docência superior (capacidade para abordagem interdisciplinar, apresentar exemplos contextualizados e promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral);
- d) desenvolvimento de avaliações e de projetos interdisciplinares etc.

No desenvolvimento dessas práticas os docentes têm claras as interfaces dos componentes curriculares e as possíveis interrelações, criando, a partir disso, novos conhecimentos de forma relacional e contextual.

A acessibilidade metodológica é caracterizada pela ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), etc. Para tanto, no desenvolvimento da política de formação e capacitação do corpo docente é priorizada a temática acessibilidade metodológica.

Para garantir a acessibilidade metodológica, a metodologia de ensino-aprendizagem, os recursos pedagógicos e tecnológicos e as técnicas de ensino e avaliação foram definidos e implementados de acordo com as necessidades dos sujeitos da aprendizagem, com amparo do setor de apoio psicopedagógico, da Coordenação de Curso, do NDE e do órgão colegiado de curso.

A carga horária total do curso (em horas-relógio), e o prazo mínimo para a sua integralização, foi definida com base na Resolução CNE/CES nº 04/2009, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

A estrutura curricular delineada para o curso permite ainda a articulação da teoria com a prática, de forma que o aluno reconheça a importância dos conhecimentos teóricos e perceba a sua aplicação prática. Para tanto, deve-se ultrapassar a visão reducionista a partir da qual os conteúdos não se comunicam e se mostram desconectados da realidade.

Os componentes curriculares possuem suas dimensões práticas. Foram organizados de modo a permitir a utilização de metodologias e práticas de ensino integradoras de conteúdos e de situações de prática, de modo que o futuro profissional compreenda e aprenda desde o início do curso as relações entre as diversas áreas de conhecimentos e a sua aplicação na complexidade da prática profissional. Considerou-se a necessidade de fortalecer a articulação da teoria com a prática. Assim, a metodologia implantada coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática. Além disso, a experiência profissional do corpo docente contribuiu na sua capacidade para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, e no desenvolvimento da interação entre conteúdo e prática. A contextualização e a atualização ocorrem no próprio processo de aprendizagem, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contextos para dar significado ao aprendido, sobretudo por metodologias que integrem a vivência e a prática profissional ao longo do processo formativo e que estimulem a autonomia intelectual.

A estrutura curricular torna-se inovadora na medida em que seus protagonistas são os docentes e discentes. Seus papéis, atitudes e performance também são modificados para a ela se adaptar. Considerando isso, a fim de que a estrutura curricular seja implantada em sua plenitude, torna-se necessária sua constante avaliação, para a efetiva integração entre os diferentes componentes curriculares pelos docentes, discentes, NDE, CPA e órgão colegiado de curso. O

planejamento, desenvolvimento e avaliação da estrutura curricular e da sua operacionalização, favorecem ao corpo docente novos olhares sobre as concepções de ensinar e aprender. Aos discentes, induzem ao maior envolvimento, interconexão de conteúdos, aprofundamento de conhecimentos e de correlações entre teoria e prática nas abordagens estudadas, desdobrando num processo de aprendizagem mais significativo.

Os conteúdos curriculares possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro compreende os conteúdos essenciais relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional, que estão relacionados a 04 (quatro) áreas, quais sejam: Ciências Exatas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Farmacêuticas.

A área de Ciências Exatas inclui os conteúdos referentes aos processos, métodos e abordagens físicos, químicos, matemáticos e estatísticos como suporte às ciências farmacêuticas.

A área de Ciências Biológicas e da Saúde inclui todos os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, microbiológicos, imunológicos, genética molecular e bioinformática em todo desenvolvimento do processo saúde-doença, inerentes aos serviços farmacêuticos.

A área de Ciências Humanas e Sociais contempla os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo, como suporte à atividade farmacêutica.

A área de Ciências Farmacêuticas inclui os conteúdos teóricos e práticos relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, produção e garantia da qualidade de matérias primas, insumos e produtos farmacêuticos; legislação sanitária e profissional; ao estudo dos medicamentos no que se refere à farmacodinâmica, biodisponibilidade, farmacocinética, emprego terapêutico, farmacoepidemiologia, incluindo-se a farmacovigilância, visando garantir as boas práticas de dispensação e a utilização racional; conteúdos teóricos e práticos que fundamentam a atenção farmacêutica em nível individual e coletivo; conteúdos

referentes ao diagnóstico clínico laboratorial e terapêutico e conteúdos da bromatologia, biossegurança e da toxicologia como suporte à assistência farmacêutica.

Os conteúdos curriculares estabelecidos para o Curso de Graduação em Farmácia estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, estão atualizados e possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, de acordo com as políticas institucionais implantadas.

São relevantes e coerentes com os objetivos do curso, as necessidades locais e regionais, o perfil do egresso e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, contando com adequado dimensionamento da carga horária para o seu desenvolvimento.

O ementário explicita as linhas mestras dos conteúdos que são desenvolvidos em cada componente curricular, seguido de bibliografia básica e complementar. As bibliografias básicas e complementares utilizadas foram referendadas pelo NDE em relação aos componentes curriculares, à quantidade de títulos e de exemplares e ao número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos). A bibliografia está atualizada e considera os aspectos teórico-práticos da formação, a matriz curricular, o perfil do egresso.

Deve-se registrar que o estudo das políticas de educação ambiental, em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e ao Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, é realizado de modo transversal, contínuo e permanente. Contudo, foi também inserido na matriz curricular o componente curricular “Sustentabilidade e Educação Ambiental”. Por outro lado, no desenvolvimento de todos os componentes curriculares do curso, os estudos, as pesquisas/investigações científicas e as atividades de extensão observam os princípios básicos da educação ambiental previstos no artigo 4º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999: o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho na área do curso e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Nos termos da Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004, os aspectos concernentes à educação das relações étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito à história e cultura afro-brasileira e indígena, são abordados no componente curricular “Relações Étnico Raciais, Cidadania e Sociodiversidade”, que integra a matriz curricular do curso.

Conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 08/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 01/2012, os aspectos concernentes à educação em direitos humanos são abordados no componente curricular “Ética, Legislação Farmacêutica e Direitos Humanos”, que integra a matriz curricular do curso.

Os conteúdos curriculares são enriquecidos por Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares, que são atividades obrigatórias do curso.

1.7.2. Matriz Curricular

1º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Química Geral e Inorgânica	02	02	04	80
Técnicas de Estudo e Produção de Texto	02	-	02	40
Cito-Histologia	02	02	04	80
Introdução às Ciências Farmacêuticas	02	0	02	40
Matemática para às Ciências Farmacêuticas	02	-	02	40
Física para às Ciências Farmacêuticas	02	-	02	40
Carga Horária Total	12	04	16	320

2º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Bioestatística	02	-	02	40
Anatomia Humana	02	02	04	80
Metodologia de Pesquisa	02	-	02	40
Química Orgânica I	02	02	04	80
Genética e Embriologia	02	-	02	40
Físico-Química	02	-	02	40
Carga Horária Total	12	04	16	320

3º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Fisiologia Humana	04	-	04	80
Química Analítica	02	02	04	80
Imunologia	02	-	02	40
Química Orgânica II	02	02	04	80
Epidemiologia e Saúde Pública	02	-	02	40
Sociologia para as Ciências Farmacêuticas	02	-	02	40

Farmacobotânica	02	-	02	40
Carga Horária Total	16	04	20	400
Estágio I	-	-	02	40

4º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Relações Interpessoais nos Serviços de Saúde	02	-	02	40
Biologia Molecular	02	-	02	40
Patologia	02	-	02	40
Farmacognosia	02	02	04	80
Farmacologia I	06	-	06	120
Bioquímica	02	02	04	80
Carga Horária Total	14	04	18	400
Estágio II	-	-	02	40

5º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Farmacotécnica I	02	02	04	80
Farmacologia II	06	-	06	120
Sustentabilidade e Educação Ambiental	02	-	02	40
Parasitologia Básica	02	02	04	80
Fitoterapia	02	-	02	40
Ética, Legislação Farmacêutica e Direitos Humanos	02	-	02	40
Carga Horária Total	16	04	20	400
Estágio III	-	-	03	60

6º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Farmacotécnica II	02	02	04	80
Bioquímica Clínica	02	02	04	80
Parasitologia Clínica	02	02	04	80
Microbiologia Básica	02	02	04	80
Total	08	08	16	320
Estágio IV	-	-	03	60

7º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL

	Teórica	Prática	Total	
Hematologia Clínica	02	01	03	60
Toxicologia	02	01	03	60
Microbiologia Clínica	02	02	04	80
Farmácia Clínica	02	-	02	40
Bromatologia	02	02	04	80
Carga Horária Total	10	06	16	320
Estágio V	-	-	03	60

8º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Química Farmacêutica	02	02	04	80
Cosmetologia	02	-	02	40
Controle de Qualidade de Medicamentos	02	02	04	80
Farmácia Hospitalar	02	-	02	40
Carga Horária Total	08	04	12	240
Estágio VI	-	-	03	60

9º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
TCC I	02	-	02	40
Optativa I	02	-	02	40
Tecnologia Farmacêutica	02	-	02	40
Relações Étnico Raciais, Cidadania e Sociodiversidade	02	-	02	40
Carga Horária Total	08	-	08	160
Estágio VII	-	-	10	200

10º SEMESTRE				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
Gestão e Administração Farmacêutica	02	-	02	40
TCC II	02	-	02	40
Optativa II	02	-	02	40
Carga Horária Total	06	-	06	120
Estágio VIII	-	-	14	280

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	02	-	02	40

Homeopatia	02	-	02	40
Biossegurança	02	-	02	40
Análises de Exames Laboratoriais	02	-	02	40
Controle de Qualidade em Análises Clínicas	02	-	02	40
Custos	02	-	02	40
Construção de TCC	02	-	02	40
Operações Unitárias para a Indústria Farmacêutica	02	-	02	40
Oncologia	02	-	02	40
Primeiros Socorros e Técnicas de Aplicação de Injetáveis	02	-	02	40

QUADRO RESUMO DA CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO		
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	
	HORA/ RELÓGIO	%
Componentes Curriculares Teórico-Práticos	3.000	75
Estágio Supervisionado	800	20
Atividades Complementares (*)	200	5
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	4.000	100,00

(*) As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino do curso, que são prioritárias.

1.7.2.1. Estrutura das Disciplinas

Vive-se um momento histórico caracterizado por uma série de mudanças em todos os setores do conhecimento humano, uma delas, sobretudo, está na concepção de ciência. A concepção contemporânea de ciência deixa de lado a leitura fragmentada de René Descartes, isolando os saberes para dar lugar a complexidade e complementariedade dos conhecimentos. Considerando tal fato torna-se indispensável pensar uma arquitetura curricular que considere como eixo fundamental os conceitos de transdisciplinaridade e interdisciplinaridade. Dessa forma, a Faculdade do Futuro entende que transdisciplinaridade consiste numa nova abordagem científica, cultural e social dos conteúdos disciplinares, uma integração global das várias ciências. Ela alcança a perspectiva de transcendência que se aventura para além dos limites do saber propriamente dito.

Interdisciplinaridade, por sua vez, supõe uma nova epistemologia que ultrapassa a visão lógica e positiva dos saberes, que vai além da especialidade dos conhecimentos. O prefixo “inter” indica, uma justaposição; evoca um espaço comum, um fator de coesão entre saberes diferentes. Para isso, contudo, é necessário se aventurar pelo desconhecido das áreas específicas, é preciso ir além, supondo abertura de pensamento, curiosidade que se busca além do já estruturado.

Essa interação só se fará real diante de uma leitura dialogada de construção de saberes.

Ela, contudo, não nega as especialidades e as características de cada área, mas considera o que diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Qualquer estudo interdisciplinar supõe a agregação de um número maior de disciplinas e enfoques. São as disciplinas trabalhadas sobre esses dois prismas que permitirão o avanço do conhecimento sobre diversos conteúdos comuns e específicos, abrindo a possibilidade da descoberta e da relação dos conhecimentos.

Quando falamos da estrutura da disciplina, referimo-nos à forma de organização dos conhecimentos. As disciplinas se definem pelo seu objeto (o que estudam) e por seu método (a forma como estudam e demonstram a validade de suas proposições).

Esses problemas podem ser apresentados nos cursos de diversas formas, inclusive por meio de projetos, currículos integrados ou atividades interdisciplinares. De outra forma, o aluno aprende conhecimentos de forma fragmentada e limita sua capacidade de generalização. O Curso de Farmácia da Faculdade do Futuro privilegiará esta nova abordagem de ensino.

Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade coloca em confronto valores e conceitos, permitindo o desenvolvimento de uma consciência crítica e incentivando a formulação de soluções criativas.

A função da interdisciplinaridade não é comunicar ao indivíduo uma visão integrada de todo o conhecimento, mas desenvolver nele um processo de pensamento que o torne capaz de, frente a novos objetos de conhecimento, buscar uma nova síntese.

Dentro dessa perspectiva é apresentada a construção de uma proposta viável no contexto do Curso de Graduação em Farmácia que permite a implantação de uma ação educativa orientada para práticas integradoras.

A proposta do Curso de Farmácia da Faculdade do Futuro centra-se na realização de projetos conjuntos de pesquisa que reúnem o referencial teórico das diferentes disciplinas para dar fundamento às pesquisas de campo e análise dos dados.

A ideia é trabalhar a produção do conhecimento juntamente com o aluno, envolvendo todos os professores dentro de uma perspectiva crítica que estimule a reflexão.

Os objetivos da proposta são voltados para a viabilização de uma educação dentro dos parâmetros definidos pela realidade existente. Esta realidade engloba o papel do Curso enquanto produtor de conhecimento e um espaço destinado para práticas interdisciplinares.

- Abordar a análise interdisciplinar como elemento estratégico fundamental na construção do currículo e definição dos conteúdos, ampliando o olhar para a compreensão da complexibilidade.
- Adequar a prática interdisciplinar à estrutura administrativa do Curso.
- Desenvolver modelos interdisciplinares que favoreçam o fluxo de comunicação.

Com relação à prática pedagógica desenvolvida no Curso de Farmácia da Faculdade do Futuro, pode-se afirmar que:

- A prática pedagógica interdisciplinar permite o aperfeiçoamento do conhecimento do corpo docente no âmbito de suas disciplinas específicas, e possibilita uma visão interativa dos conteúdos da arquitetura curricular.
- A prática pedagógica interdisciplinar realizada em grupo desenvolve o espírito de equipe e familiariza o aluno com o trabalho de equipe, incentivando-o a participar da construção do conhecimento.
- Fluxo de informações entre as disciplinas, definindo conteúdos, estimulando a pesquisa e relações de interação tanto do corpo docente quanto discente, otimiza a ação pedagógica.

Práticas de Ensino

A Faculdade do Futuro mantém as práticas educativas do Curso de Graduação em Farmácia adequadas ao novo paradigma educacional.

A evolução tecnológica são possibilidades da ação educativa por meio do uso de recursos como o computador, vídeo e mídias diversificadas. A qualidade das informações contidas e apresentadas por estes meios não justifica a existência de professores que são apenas repetidores de conteúdos e informação. As aulas são criativas, dando oportunidades ao aluno de ouvir conhecimentos, análises e interpretações que não constam dos livros e de agir participando dos trabalhos em equipe, desenvolvendo a capacidade de reflexão e crítica.

A função do professor neste contexto é orientar o aluno em meio à grande profusão de informações, impedindo que o excesso de informação se transforme em desinformação.

A viabilidade no contexto institucional e nas estruturas burocráticas não é uma tarefa fácil.

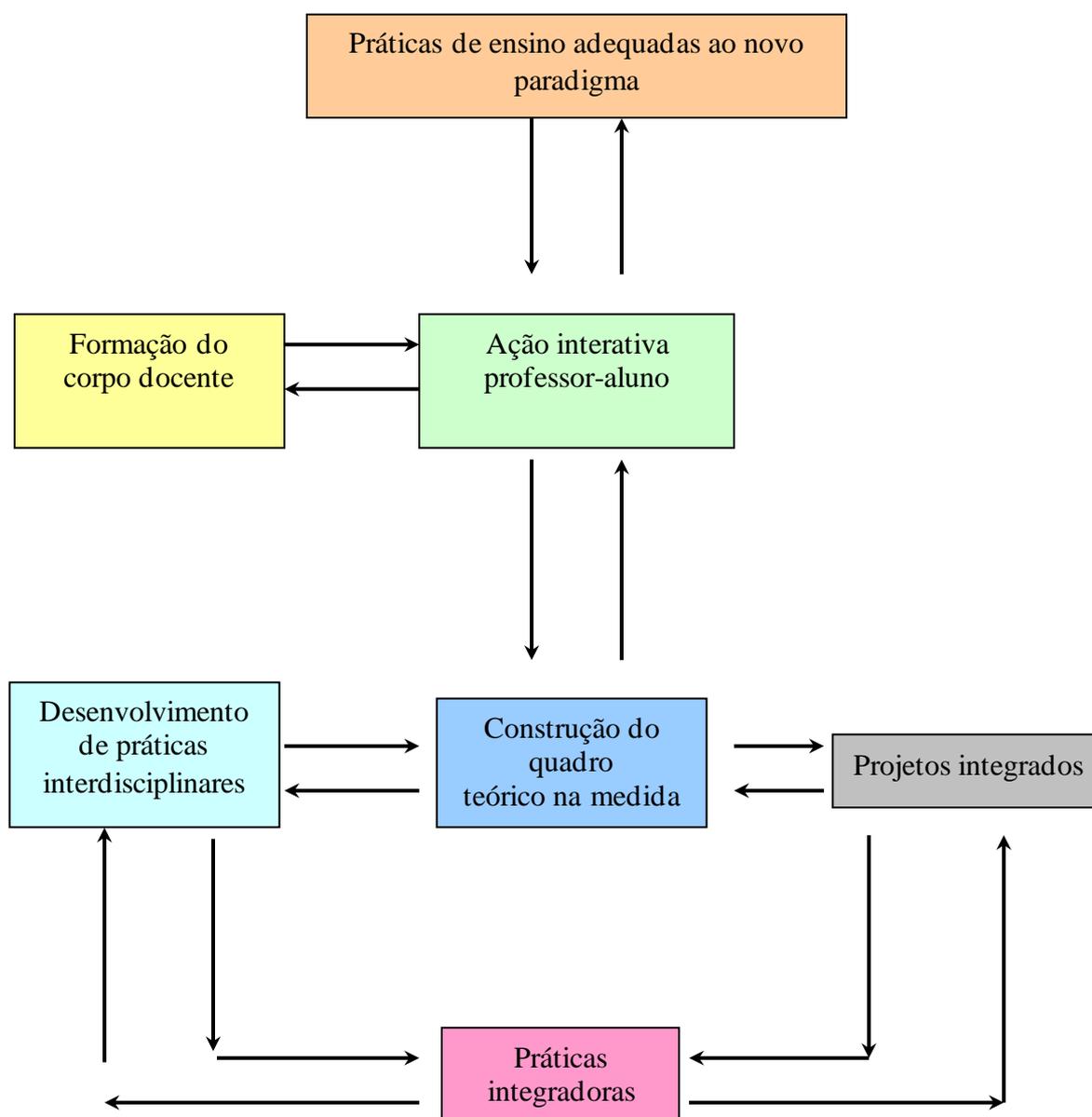
A interdisciplinaridade não é uma síntese proposta pela estrutura administrativa. Ela deve resultar a partir da própria evolução das disciplinas com professores que atuam de forma interdisciplinar.

A interdisciplinaridade encontra-se, como proposta, adequadamente difundida no espaço educacional sem que ainda tenha encontrado um método

que lhe seja próprio. Observa-se que grande parte dos projetos ditos interdisciplinares muitas vezes são nada mais do que tentativas que esbarram na “ponta” do processo que é o professor. Muitas vezes, o professor tenta atuar de forma interdisciplinar, mas acaba por retornar às antigas práticas, abandonando a tarefa, na maior parte das vezes, por falta de informações e orientações sobre como deve proceder. Existe uma enorme carência de propostas práticas para o docente iniciar o método e permitir que o professor efetue a sua própria atualização ao mesmo tempo em que inicia o aluno (e se inicia) na interdisciplinaridade.

O projeto interdisciplinar é fundamental para que a realização das práticas interdisciplinares seja socializada de modo a permitir tanto a crítica quanto a assimilação destas experiências pelos demais membros do Curso.

Estruturação e Filosofia de Trabalho do Curso de Graduação em Farmácia



A ação interdisciplinar é uma filosofia de trabalho, da Faculdade do Futuro. É preciso encarar o papel da ação pedagógica numa dimensão que vá além de seu caráter técnico de instrumento de ensino e capacitação profissional. Uma formação profissional globalizante e coerente se reflete num projeto qualitativo dentro de parâmetros curriculares definidos.

1.7.2.2. Distribuição das Disciplinas por Semestre

A média das disciplinas por semestre é de cinco, possibilitando ao aluno desenvolvê-las em um período diário de três horas e meia diárias e 20 horas semanais. No primeiro ano do curso, a carga horária total é dimensionada em 320 horas por semestre, permitindo ao aluno se ambientar ao universo do ensino superior e se organizar no turno livre para estudos e/ou lazer.

1.7.2.3. Relação entre Conteúdos Teóricos e Práticos

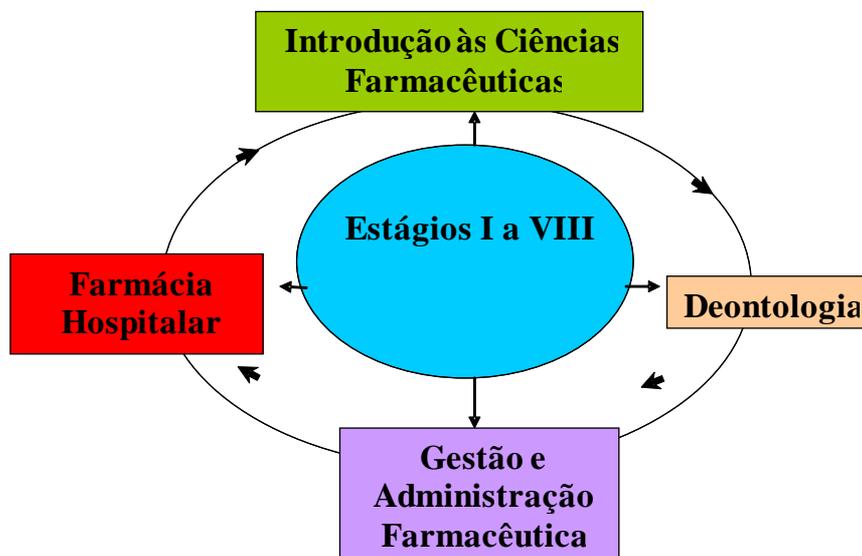
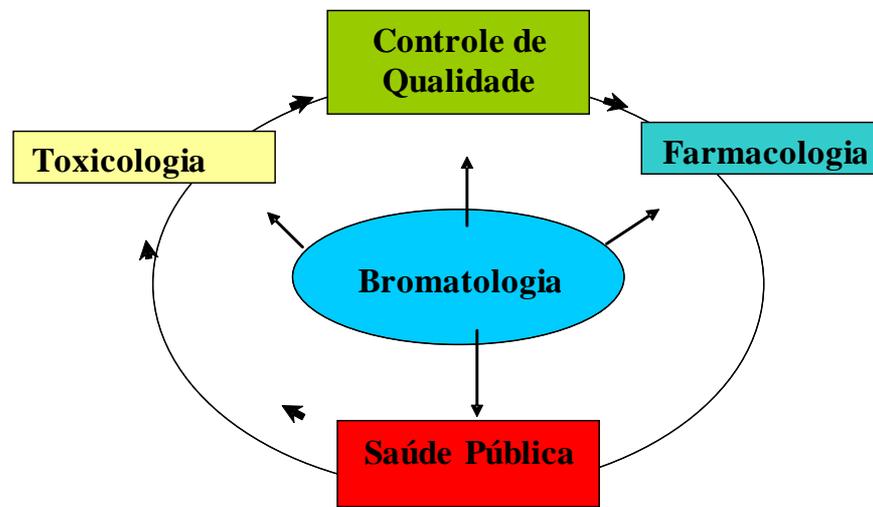
O Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro mantém um equilíbrio entre a teoria e prática. Neste projeto constata-se a mudança como perspectiva que valoriza não só a aplicação do conhecimento (prática) mas também a fundamentação dos processos (teoria). Este enfoque no projeto pedagógico torna-se uma orientação integradora em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia.

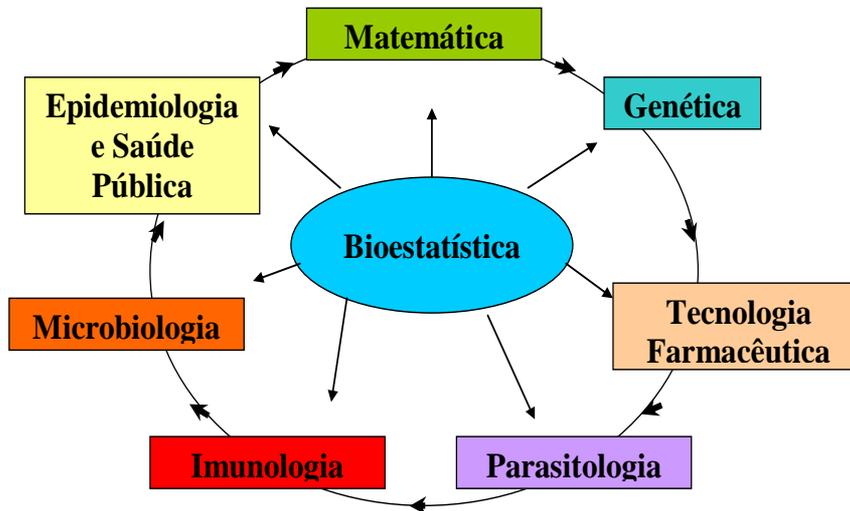
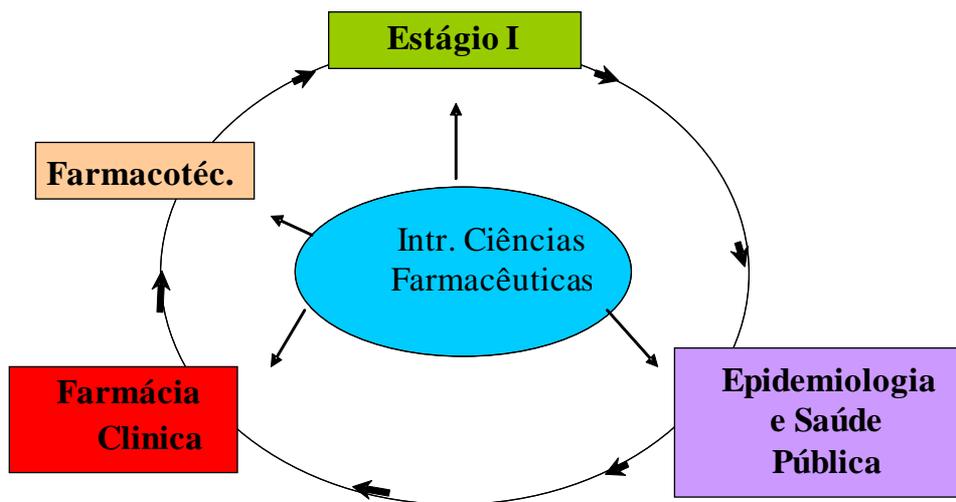
1.7.2.4. Núcleos Interdependentes

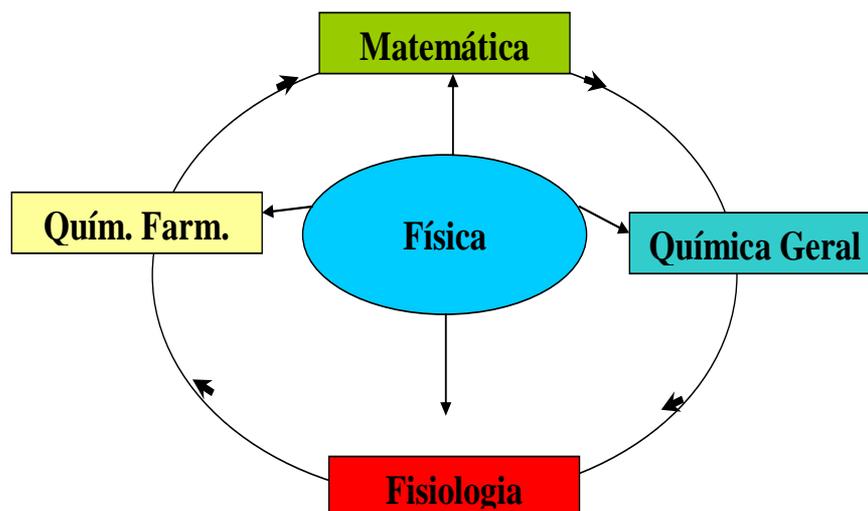
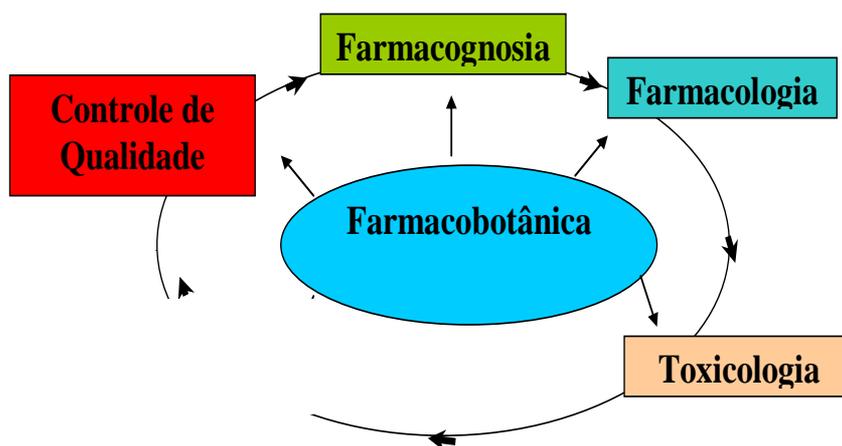
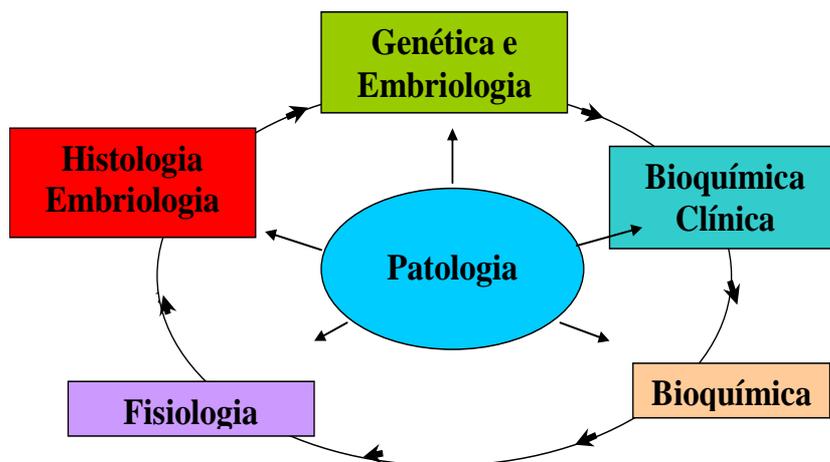
A matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro leva em consideração as novas tendências na formação do atual modelo profissional farmacêutico e abre possibilidades para que o aluno construa o seu percurso acadêmico, através dos núcleos interdisciplinares. As atividades de cada disciplina devem contemplar, além da construção de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas, processos avaliativos, fortemente subsidiadas por objetivos claros e integrados as disciplinas com metas comuns, formando núcleos interdependentes e estimulando a iniciativa à aprendizagem, indispensável no processo de formação continuada.

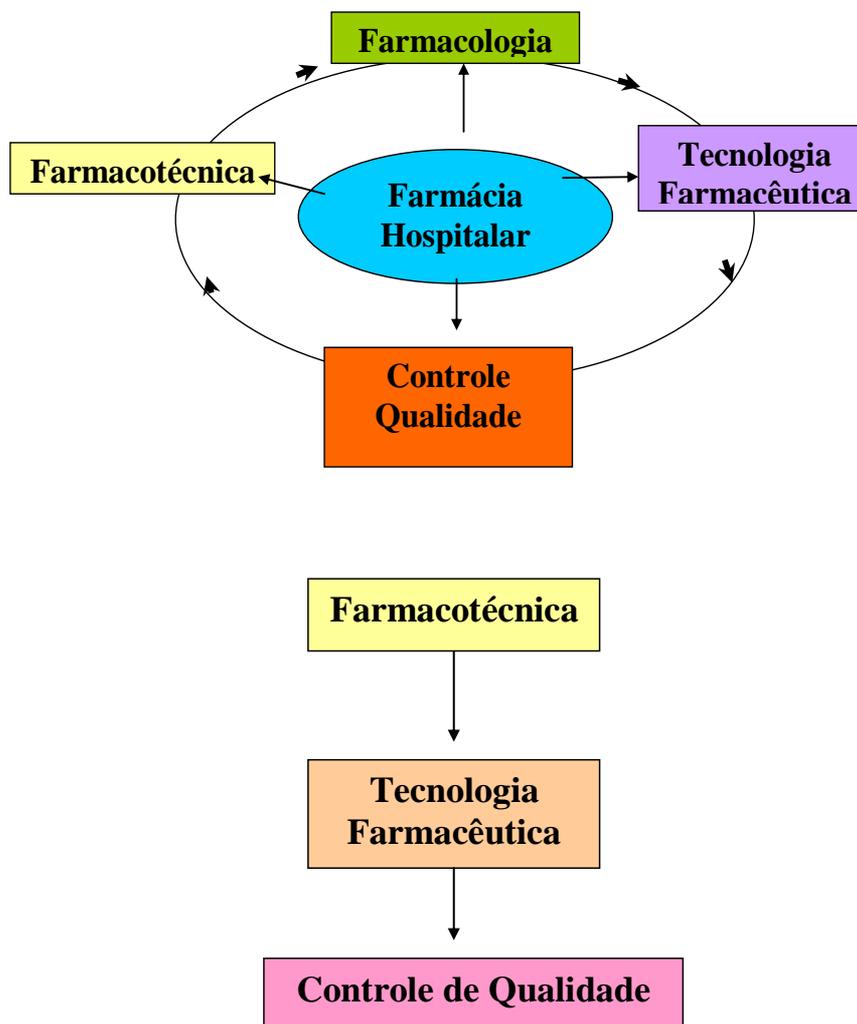
O alcance das competências e atribuições previstas pelas diretrizes curriculares está diretamente relacionado a organização curricular que, além de conter ou redirecionar conteúdos já contemplados pelo ensino de Farmácia, deve incorporar conhecimentos relativos à assistência farmacêutica, seu planejamento, organização e gerência, bem como de metodologia científica, políticas de saúde, epidemiologia e conteúdos das ciências humanas e sociais.

O Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro obedecendo a nova filosofia educacional que tem por base a interdisciplinaridade construiu em seu currículo vários núcleos interdisciplinares:









Estes núcleos construídos na matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia possibilitam novas práticas de ensino.

1.7.3. Ementário e Bibliografia

1º SEMESTRE

QUÍMICA GERAL E INORGÂNICA

Ementa

Normas de segurança laboratorial. Reconhecimento de materiais e técnicas básicas de laboratório. Desenvolvimento de habilidades para trabalhos experimentais. Conceito de risco. Geração de resíduos químicos, biológicos e físicos. Controle de riscos. Fontes de riscos. Equipamentos de proteção

individual. Transporte e descarte de resíduos. Medicamentos, matéria-prima, solventes e outros adjuvantes. Modelos atômicos. Interações. Funções inorgânicas. Reações de coordenação. Estequiometria. Preparo de soluções. Óxidos, ácidos, bases e sais.

Bibliografia Básica

ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman. 2012.

LEE, J. D. Química inorgânica não tão concisa. 5ª ed. São Paulo: Edgard Blücher. 2006.

SACKHEIM, G. I.; LEHMAN, D. D. Química e bioquímica para as ciências biomédicas. 8ª ed. São Paulo: Manole. 2001.

Bibliografia Complementar

CHANG, Raymond. Química Geral: conceitos essenciais. 4 ed. McGraw-Hill, 2010.

HEIN, H. ANERA, S. Fundamentos de química geral. 9ªed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A. 1998.

KOTZ, J. C. Química Geral e Reações Químicas v 1 v 2. 6ª ed. Cengage Learning, 2014, 2015.

ROSEMBERG, I. M. Química geral. 1.ed. São Paulo: EdgardBlücher. 2002.

RUSSEL, J. B. Química Geral. 2ª ed. Volumes 1 e 2. São Paulo: Makron Books. 1994.

Sites de interesse:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA: <http://www.s bq.org.br>

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC): <http://www.s bpcnet.org.br>

TÉCNICAS DE ESTUDO E PRODUÇÃO DE TEXTO

Ementa

Técnicas de comunicação interpessoal. Sistemas de comunicação verbal e não verbal. Aplicação da comunicação na educação para saúde e educação ambiental. Farmácia como espaço de comunicação em saúde e informação na utilização dos medicamentos. Prática da comunicação na prestação de assistência farmacêutica. Análise crítica do processo comunicativo. Comunicação em atividades científicas.

Bibliografia Básica

ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. São Paulo: Atlas. 2010.

KOCH, I. G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. G. V. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar

COSTA VAL. M. G. F. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes. 2016.

FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007.

INFANTE, U. Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação. SP: Scipione, 2003. 2

KOCH, I. G. V. O texto e a construção dos sentidos. 7 ed. São Paulo: Contexto. 2003.

OLIVEIRA, M. Curso de técnicas de comunicação e expressão oral. São Paulo: Formar, s.d.

CITO-HISTOLOGIA

Ementa

Composição da célula. Membrana celular e transporte através de membranas. Organelas. Diferenciação celular. Estudo da morfologia e aspectos fisiológicos dos tecidos: tecidos epiteliais de revestimento e glandulares, tecidos conjuntivos propriamente ditos, tecidos conjuntivos especiais, tecido cartilaginoso, tecido ósseo, tecido muscular e tecido nervoso.

Bibliografia Básica

JUNQUEIRA, L. C. & CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. Histologia Básica – texto e atlas. 11ª ed. São Paulo: Nobel, 2008.

ALBERTS B. B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da Biologia Celular. Uma introdução à Biologia Molecular da Célula. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Bibliografia Complementar

FIGLIOLI, M.S.H. di. Atlas de Histologia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

PAPINI, S.; FRANÇA, M. H. S. Manual de citologia e histologia para o estudante da área de saúde. São Paulo: Atheneu, 2003.

ZHANG, Shu-Xin. Atlas de histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

VALLE. F.C. Práticas de citologia e genética. São Paulo: MEDSI, 2001.

COOPER, G.M. A Célula: uma abordagem molecular. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DE ROBERTIS. E. M. F & HIB, J. Bases da Biologia Celular e Molecular. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Ementa

Histórico e origem da profissão farmacêutica. A farmácia e a sociedade. A ciência e a profissão farmacêutica. A farmácia e os cuidados de saúde e meio ambiente. O profissional nas perspectivas dos tempos atuais e futuros. Âmbito da farmácia. Política nacional de medicamentos. Vigilância sanitária e ambiental. Fármaco-vigilância, farmaco-economia e fármaco-epidemiologia. Assistência farmacêutica.

Bibliografia Básica

GENNARO, A. R. Remington: A Ciência e a prática da farmácia. 20 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2004.

PANDIT, NITA K.; PANDIT, NITA K. Introdução Às Ciências Farmacêuticas. Rio de Janeiro, 1 edição – 2008.

GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M M. Ciências farmacêuticas. São Paulo: Atheneu, 2005.

Bibliografia Complementar

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Código de Ética da Profissão Farmacêutica (Resolução CFF nº 417/2004). Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2004. Disponível em <[http://www.cff.org.br/#\[ajax\]pagina&id=167](http://www.cff.org.br/#[ajax]pagina&id=167)>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

KOROLKOVAS, A.; FRANÇA, F. F. A. C. Dicionário terapêutico Guanabara. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

AGUIAR, ZENAIDE NETO. SUS: Sistema único de Saúde – antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. São Paulo: Martinari, 2011.

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F. A Prática Farmacêutica na Farmácia comunitária. Porto Alegre, Artmed, 2013

DUPIM, J.A. Assistência Farmaceutica: um modelo de organização. Minas Gerais. SEGRAC, 1999.

Sites importantes: www.cff.org.brwww.anvisa.gov.brwww.crfmg.org.br

MATEMÁTICA PARA AS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Ementa

Função: funções elementares e suas aplicações. Limites de funções. Taxa de variação. Derivada e técnicas de derivação. Função composta e regra da cadeia. Aplicações da derivada. Primitivas e técnicas de integração. Integral definida e aplicações. Matrizes. Operações com matrizes. Determinante. Teorema de Laplace. Sistemas de equações lineares. Regra de Decramer. Escalonamento de um sistema. Matriz inversa. Aplicações da matriz inversa. Aplicações das matrizes. Introdução às equações diferenciais.

Bibliografia Básica

COXFORD, A. F.; SHULTE, A. P. As idéias da álgebra. Tradução de Hygino H. Domingues. São Paulo: Atual, 1995.

FLEMMING, D. M. Cálculo A. Funções, Limites, Derivação e Integração. 6 ed. 2006.

HIMONAS, A.; HOWARD, A. Cálculo: conceitos e aplicações. LTC, 2005.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, R. M. Descobrimo a geometria fractal para a sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BASSANEZI, R. C. Ensino-aprendizagem com modelagem matemática: uma nova estratégia. São Paulo: Contexto, 2002.

EGLER, L. M.; PROPES, D.; BROWN, A. J. Matemática para profissionais da saúde. Porto Alegre: AMGH, 2015.

CHEVALLARD, Y.; et al. Estudar matemáticas: o elo perdido entre o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DAMBROSIO, U. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FÍSICA PARA AS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Ementa

Princípios físicos envolvidos nos processos químico-farmacêuticos e na produção de medicamentos. Grandezas físicas, medida e sistemas de unidades. Termometria. Ótica Geométrica e instrumentos óticos. Fenômenos ondulatórios: ondas, tipos, características, princípios de superposição, o som, ondas sonoras, ouvido humano, ultra-som aplicado às ciências da saúde. Flúidos em sistemas biológicos: flúidos e pressão hidrostática, efeitos fisiológicos da variação da pressão de flúidos, movimento e propriedades dos flúidos, tensão superficial, aplicações biológicas.

Bibliografia Básica

HALLIDAY, D.; RESNICK, R. Fundamentos de Física, volume 1, 2 e 3. Rio de Janeiro, LTC, 4ª Edição, 2002.

OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. Física para Ciências Biológicas e Biomédicas, São Paulo, HARBRA, 1986.

TREFIL, H. Física Viva: uma introdução à física conceitual v1. v2. v3. LTC, 2014.

Bibliografia Complementar

TIPLER, P. A., MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros, volume 1, 2 e 3. LTC, 5ª Edição, 2011.

MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. Curso de Física. São Paulo: Scipione, 2000.

RAMALHO JUNIOR, F. et al. Os Fundamentos da Física. São Paulo: Moderna, 1994.

HENEINE, I. F. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu, 2008.

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica, volume 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 4ª edição, 2003.

2º SEMESTRE

BIOESTATÍSTICA

Ementa

Fundamentos de bioestatística. Método estatístico: coleta, organização e apresentação de dados. Funções matemáticas elementares e aplicações. Estatísticas da saúde: razões, proporções, índices, coeficientes e taxas. Medidas descritivas: média, moda e mediana. Medidas de dispersão: desvio padrão e coeficiente de variação. Noções de probabilidade. Testes de Hipótese e significância. Correlação linear simples. Regressão linear simples.

Bibliografia Básica

TRIOLA, M. F.; FARIAS, A. A. Introdução a Estatística: elementarystatistics. 7ed. São Paulo: LTC. 2014.

VIEIRA, S. Introdução a Bioestatística. Porto Alegre: Campus. 2000.

VIEIRA, S. Estatística experimental. 2ªed. São Paulo: Atlas. 1999.

Bibliografia Complementar

ALVES, A. Introdução à Bioestatística – 2ª ed. Editora LTC, 2003.

BUSSAB, Wilton O.; MORETTIM, Pedro A. Estatística Básica. 5 ed. Saraiva, 2005.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FARIAS, A. A.; de CÉSAR, C. C.; SOARES, J. F.; et al. Introdução à Estatística. 2ª ed. São Paulo: LTC. 2003.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. Noções de Probabilidade e Estatística. 7 ed. EDUSP, 2013.

ANATOMIA HUMANA

Ementa

Princípios básicos da anatomia humana. Aparelho locomotor: sistema ósseo, sistema articular e sistema muscular. Sistema nervoso central e periférico. Sistema circulatório. Sistema respiratório. Sistema digestório. Sistema urinário. Sistema de reprodução. Sistema endócrino.

Bibliografia Básica

DANGELO, J. G; FATTINI, C. A. Anatomia humana sistêmica e segmentar: para o estudante de medicina. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

MOORE, K. L.; DALLEY, Arthur F. Anatomia orientada para a clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

TORTORA, G. J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Bibliografia Complementar

CASTRO, S. V. Anatomia Fundamental. 2ªed. São Paulo: Makron Kooks, 1988.

DANGELO, J. G.; FANTINI, C. A. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

GOWDAK, D. Atlas de Anatomia Humana. São Paulo: FTD, 2006.

KOPF-MAIER, P. Atlas de Anatomia Humana de Wolf-Heidegger. Vol. 1 e 2. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000.

SOBOTTA, J. Atlas de anatomia humana. 21. ed. vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Ementa

Conhecimento científico. Filosofia da ciência na área da metodologia da pesquisa. Métodos e técnicas de pesquisa. Hipóteses e variáveis. Projeto de monografia.

Elaboração de trabalhos científicos de acordo com as normas vigentes. Aspectos metodológicos de um projeto de pesquisa.

Bibliografia Básica

BARROS, A. J. S. & LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2007.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAVILLE, C. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 12.ed Campinas: Papirus, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 5. ed. 242p. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BARROS, A. J. S. L.; N. A. S. “A pesquisa científica e a iniciação científica”. In: BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2000.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo. Ed. Atlas, 1999.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

QUÍMICA ORGÂNICA I

Ementa

Laboratório de química orgânica e normas de segurança. Compostos de carbono. Nomenclatura e estudo de funções orgânicas: hidrocarbonetos, haletos, compostos oxigenados, nitrogenados e sulfurados. Forças intermoleculares e propriedades físicas. Isomeria plana e espacial. Técnicas de reações orgânicas básicas.

Bibliografia Básica

ALLINGER, N. L.; et al. Química orgânica. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

MCMURRY, J. Química orgânica. 6ª ed. v. 2. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SOLOMONS, T.W.G.; FRYHLE, C. B.; Química Orgânica. 8ª ed. V. 1. Rio de Janeiro. LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A. 2005.

Bibliografia Complementar

ATKINS, P., JONES, L. Principios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 3ªed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

ENGEL, R. G. Química Orgânica Experimental. Cengage Learning, 2006.

HEIN, H. A. S. Fundamentos de química geral. 9ªed. Rio de Janeiro:LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A, 1998.

MANAHAN, S. E. Química Ambiental. 9 ed. Bookman, 2007.

VOLLHART, K. P. C.; SCHORE. N. E. Química Orgânica: estrutura e função. 4ªed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GENÉTICA E EMBRIOLOGIA

Ementa

Bases moleculares da genética: estrutura e função dos ácidos nucleicos e do cromossomo; replicação do DNA. Transcrição e tradução. Herança monogênica. Anomalias cromossômicas. Aplicação da genética. Gametogênese, clivagens, blastulação. Desenvolvimento do período embrionário, fetal e o nascimento.

Bibliografia Básica

BROWN, T. A. Genética: um enfoque molecular. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

GRIFFITHS, A. J. F. et al. Genética Moderna. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MOORE & PERSAUD, Embriologia Clínica.6ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara-Koogan. 2000.

Bibliografia Complementar

BURNS, G. W.; BOTTINO, PAUL, J. Genética. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

CATALA, M. Embriologia: desenvolvimento humano inicial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

NORA, J. J.; FRASER, F. C. Genética Médica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

NUSSBAUM, R. L.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. THOMPSON E THOMPSON: Genética Médica. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

VOGEL, F.; MOTULSKY, A. G. Genética Humana: problemas e abordagem. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

FÍSICO-QUÍMICA

Ementa

Grandezas físicas, medidas e sistemas de unidades. Estados de agregação da matéria: uma descrição fenomenológica. Introdução à termodinâmica: calor, trabalho e o primeiro princípio. Aplicação da termodinâmica a sistemas simples. Aplicação da termodinâmica a sistemas de mais de um componente: termoquímica e equilíbrio químico. Soluções e propriedades coligativas. Fenômenos de transporte e de interface. Termodinâmica e vida.

Bibliografia Básica

ATKINS, P.; PAULA, J. Físico-Química. v.1. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

CASTELLAN, G. Fundamentos de Físico-Química. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

NETZ, P. A.; ORTEGA, G. G. Fundamentos de Físico-Química: uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. São Paulo: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar

ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman. 2006.

HEIN, M.; ARENA, S. Química Geral. 9. ed. Rio de Janeiro : LTC, 2003.

MACEDO, Jorge Antonio Barros de. Métodos Laboratoriais de Análises Físico-Química e Microbiológicas. 3 ed. 2005.

ROSEMBERG, I. M.. Química Geral. 1.ed. São Paulo : Edgard Blücher, 2002.

RUSSEL, J. B. Química geral. 2ed. São Paulo: Mc Graw Hill Ltda, 1994, v. 1 e 2.

3º SEMESTRE

FISIOLOGIA HUMANA

Ementa

Fisiologia celular: líquidos intra e extracelulares, transporte e potenciais bioelétricos. Fisiologia do tecido nervoso. Sistema nervoso somático e autônomo. Fisiologia muscular. Sistema excitocondutor. Fisiologia do sistema cardiovascular: aspectos anátomo-fisiológicos do coração. Fisiologia do sangue: noções de hemodinâmica. Sistema respiratório. Sistema digestório. Sistema excretor. Sistema endócrino.

Bibliografia Básica

COSTANZO, L. S. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Fisiologia Humana e Mecanismos das Doenças. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

GUYTON, A. C. Fisiologia Humana. 6^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

Bibliografia Complementar

AIRES, M. M. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

HENRY, J. B. Diagnóstico e tratamento por métodos laboratoriais. 10^a ed. Ed. EdgardBlucher, 2002.

MILLER, O. O. Laboratório e as Técnicas de Imagem no Diagnóstico Clínico. Ed. Atheneu, 2002.

QUÍMICA ANALÍTICA

Ementa

Equilíbrio químico. Constante e deslocamento do equilíbrio. Determinação de constante de equilíbrio. Conceitos de ácidos e bases. Equilíbrio ácido-base. Cálculo de pH e pOH. Ionização da água: pKa, pKb, pH e pOH, pH de sais e hidrólise de sais. Tampões. Preparo de soluções. Soluções normais e molares: cálculos, equivalência. Produto de solubilidade; precipitação de sais insolúveis; Kps e coeficiente reacional; precipitação controlada. Identificação de cátions e ânions. Titulometria de oxi-redução. Ajuste de coeficientes. Volumetria de oxi-redução: semi-reações. Reações redox. Complexometria: agentes complexantes; Curvas de titulação complexiométrica; Indicadores; Influência do pH. Gravimetria. Volumetria de neutralização e precipitação. Preparo de amostras.

Bibliografia Básica

VOGEL, A. Química Analítica Qualitativa. São Paulo: Mestre Jou, 5.ed, 1996.

VOGEL, A. Análise Química Quantitativa. São Paulo: LTC, 6.ed, 2005.

HIMMELBLAU, M. D.; RIGGS, J. B. Engenharia Química: princípios e cálculos. São Paulo: LTC, 8.ed, 2009.

Bibliografia Complementar

BACCAN & ANDRADE. Química Analítica Quantitativa Elementar. São Paulo: Edgard Blucher, 3.ed, 2001.

LEITE, F. Práticas de Química Analítica. Campinas: Átomo, 2012.

SKOOG, D.; WEST, D. M., HOLLER, F. J., CROUCH, S. R. Fundamentos de Química Analítica. São Paulo: Thomsom, 2006.

HAGE, C. Química Analítica e Análise Quantitativa. São Paulo: Pearson, 2008.

ROSA, G.; GAUTO M. GONÇALVES, F. Química Analítica: Práticas de Laboratório. Boockman, 2008.

HARRIS, D. C. Análise Química Qualitativa. São Paulo: LTC, 6.ed, 2001.

IMUNOLOGIA

Ementa

Introdução a imunologia. Imunidade inata e adaptativa. Tecidos e órgãos linfóides. Células do sistema imune. Antígenos e anticorpos. Imunidade celular. Imunidade humoral. Sistema do complemento. Imunoprofilaxia ativa e passiva. Reações de hipersensibilidade. Auto imunidade, Tolerância imunológica. Imunodeficiências e transplantes. Imunodiagnóstico.

Bibliografia Básica

ABBAS, A. K; LICHTMAN, A., H. Imunologia Celular e Molecular. 6^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CALICH, V.; VAZ, C. Imunologia. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

ROITT, I.; BROSTOFF, J., MALE, D. Imunologia. 6^a ed. São Paulo: Manole, 2003.

Bibliografia Complementar

BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. Bioquímica. 5^a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

GORCZYNSKI, R. M.; STANLEY, J. Imunologia Clínica. Rio de Janeiro: Reicmann Affonso, 2001.

LEHNINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. M. Lehninger: Princípios de bioquímica. 4^a ed. São Paulo: Sarvier, 2006.

LIMA, A. O.; GRECO, J. B. SOARES, J. B. Métodos de laboratório aplicados à clínica: técnica e interpretação. 8^aed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

PEAKMAN, M.; VERGANI, D. Imunologia: básica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

QUÍMICA ORGÂNICA II

Ementa

Reações de adição e substituição nucleofílica. Reações de eliminação. Reações envolvendo haletos orgânicos, alcenos, alcinos, álcoois, fenóis e éteres. Aldeídos e cetonas. Compostos aromáticos. Ácidos carboxílicos e seus derivados. Preparação, purificação e caracterização de compostos orgânicos com diferentes grupos funcionais.

Bibliografia Básica

ALLINGER, N. L.; et al. Química orgânica. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

MCMURRY, J. Química orgânica. 6ª ed. v. 2. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SOLOMONS, T.W.G.; FRYHLE, C. B.; Química Orgânica. 8ª ed. V. 1. Rio de Janeiro. LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A. 2005.

Bibliografia Complementar

ATKINS, P., JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 3ªed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HEIN, H. ANERA, S. Fundamentos de química geral. 9ªed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A, 1998.

CAREY, F. A. Química orgânica. Vol.1 e 2. 7ª ed. – Porto Alegre: AMGH, 2011.

SACKTEIN G. I.; LEHMAN, D. D. Química e Bioquímica para Ciências Biomédicas, 8ª ed. Barueri: Manole, 2001.

VOLLHART, K. P. C.; SCHORE.N. E. Química Orgânica: estrutura e função. 4ªed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

EPIDEMIOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA

Ementa

Relação de saúde e sociedade. Políticas de saúde no Brasil. Organização dos serviços de saúde. Determinantes econômicos, políticos e sociais na organização dos serviços de saúde. Atenção farmacêutica no Brasil. Indicadores de saúde. Epidemiologia, epidemia e endemia. Métodos epidemiológicos. Mecanismos de transmissão das doenças. O Sistema Único de Saúde (SUS). Organização dos serviços de saúde. Programas de atenção básica. Programa de agentes comunitários (PACS). Programa de saúde da família (PSF). Vigilância sanitária e vigilância epidemiológica. Saúde do Trabalhador. Saúde do idoso. Saúde da mulher e da criança. Saúde para a terceira idade. Produção e distribuição de medicamentos no Brasil. Políticas de medicamentos. Os medicamentos genéricos. Assistência farmacêutica em nível primário, secundário e terciário.

Organização e visita ao laboratório saúde pública. Visita a um posto de saúde. Visita a um hospital de contra-referência do SUS. Discussão da atenção farmacêutica em atendimentos em níveis primário, secundário e terciário. Papel do farmacêutico. Educação ambiental e em saúde em nosso meio. Organização atual e futura dos profissionais farmacêuticos.

Bibliografia Básica

FORATINI, O. P. Epidemiologia Geral. 2ª ed. São Paulo: Artes Médicas.1996.

PEREIRA, M. G. Guanabara Koogan. Epidemiologia: teoria e prática. Guanabara Koogan, 2008.

ROUQUAYROL, M. Z. & FILHO, N. A. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro. Medbook. 2013.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Programa de Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

ROBERTO A. MEDRONHO. BLOCH, LUIZ, WERNECK. Epidemiologia. 2ªEd. 2008.

FLETCHER, R. H. et al. Epidemiologia Clínica: elementos essenciais. 2002.

JEKEL, J. F. et al. Epidemiologia, Bioestatística e Medicina Preventiva. Artmed, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A Importância da Farmacovigilância. Brasília: Organização Mundial da Saúde, 2005. Disponível em <http://www.opas.org.br/medicamentos/site/UploadArq/HSE_IMP_FAR_0305.pdf>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

Manual de Normas de Vacinação. 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia de Vigilância Epidemiológica. 2002.

MARKLE, W. H.; FISHER, M. A.; SMEGO JR, R. A. Compreendendo a saúde global. 2ª ed. BOOKMAN, 2015.

ROTHMAN, K. J.; SANDER, G.; TIMOTHY L. L. Epidemiologia moderna. 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2011.

SOCIOLOGIA PARA ÀS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS

Ementa

O homem e a sociedade. Universidade como produção de conhecimento científico, ensino, pesquisa e extensão. Importância da inserção do corpo docente e discente no processo de transformação social e de desenvolvimento. Função social do farmacêutico. Responsabilidade social, meio ambiente e educação

ambiental. Estudos e simulações de atendimento e organização em serviços públicos. O SUS. Atenção farmacêutica.

Bibliografia Básica

BERGER, P. L. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. 25ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Claret, 2012.

LE BRETON, D. A Sociologia do Corpo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar

BOTTOMORE, T. D. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.

CASTRO, A. M. D.; FERNANDES, E. Introdução ao pensamento sociológico. Rio de Janeiro: Eldorado tijuca, 1981.

DEMO, P. Sociologia. Uma Introdução Crítica. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. Sociologia Geral. São Paulo: Atlas, 2011.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. Um Toque de Clássicos. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FARMACOBOTÂNICA

Ementa

Aspectos morfológicos e anatômicos de plantas medicinais e drogas vegetais. Morfologia e anatomia de plantas vasculares: estrutura das folhas, cascas, frutos, flores e sementes. Conceitos de taxonomia vegetal e sistemas de classificação. Principais grupos taxonômicos. Organografia de angiospermas. Características botânicas e agrônômicas de algumas espécies medicinais. Anatomia vegetal aplicada à morfologia de drogas. Drogas de uso corrente na indústria farmacêutica e pela população.

Bibliografia Básica

JOLY, A. B. Botânica: Introdução à Taxonomia Vegetal. São Paulo: Nacional, 2002.

OLIVEIRA, F.; AKISUE, G. Fundamentos de Farmacobotânica. São Paulo: Atheneu, 2005.

RAVEN, P.; EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia Vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Bibliografia Complementar

BARROSO, G. M.; PEIXOTO, A. L.; COSTA, C. G.; ICHASO, C. L. F.; GUIMARÃES, E. F. & LIMA, H. C. 1986. Sistemática de Angiospermas do Brasil. Vol. 3. Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

DI STASI, L. C. Plantas Medicinais: Arte e Ciência – Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, UNESP, 1996.

FERRI, M. G.; MENEZES, N. L. & MONTEIRO, W. R. Glossário ilustrado de botânica. São Paulo, Nobel, 1981.

HARRI, L. Plantas medicinais no Brasil, nativas e exóticas, Plantarum, 2005.

MODESTO, M. M. & SIQUEIRA, N. J. B. Botânica. 9^o ed. 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

Ementa

Observações, reflexão e crítica do perfil profissional farmacêutico. Campo de atuação e âmbito profissional. Registro de observações técnicas. Comportamentos e postura ética. Comunicação. Concepção de saúde e doença.

Bibliografia Básica

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

Bibliografia Complementar

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

4^o SEMESTRE

RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO SERVIÇO DE SAÚDE

Ementa

Importância do conhecimento dos aspectos psicológicos aplicados a farmácia. Mente e aparelho psíquico. Reações do paciente. Psicopatologia dinâmica. Equilíbrio psicológico nas relações profissional-paciente. Atendimento e formas de orientação ao paciente. Influência dos medicamentos no psiquismo do indivíduo. Condutas não terapêuticas para melhoria da qualidade de vida.

Bibliografia Básica

HALL, C. S. et al. Teorias da Personalidade. 4^a ed. Artmed, 2000.

HOLMES, D. S. Psicologia dos transtornos mentais. 2ed. Sao Paulo: Artmed. 2001.

MOREIRA FILHO, A. A. Relação médico - paciente: teoria e pratica - fundamento mais importante da pratica medica. 2ed. Sao Paulo: COOPMED. 2005.

Bibliografia Complementar

LEWIS, H. R., STELLA A. S. Fenômenos psicossomáticos: até que ponto as emoções podem afetar a saúde: how you're motion scandamage your health. 5ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1999.

OSBORNE, R. Freud para principiantes. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001. SADOCK,

BENJAMIN, SUSSNAM, NORMAN, SADOCK, V. A., et al. Manual de farmacologia psiquiátrica de Kaplan e Sadock. 4ed. Sao Paulo: Artmed. 2015.

PICHON-RIVIERE, E. O Processo Grupal. Martins Fontes. 6 ed. Martins Fontes, 2000.

WRIGHT, J. H. et al. Aprendendo a Terapia Cognitiva-Comportamental. Artmed, 2000.

BIOLOGIA MOLECULAR

Ementa

Estrutura dos ácidos nucléicos. Estrutura dos cromossomos eucarióticos. Replicação do DNA. Mutação e Reparo do DNA. Síntese e processamento de RNA. Código genético e síntese de proteínas. Regulação da transcrição e tradução. Controle da expressão gênica em procariotos e em eucariotos.

Bibliografia Básica

DE ROBERTIS, E. D. P.; DE ROBERTIS. E. M. F. Bases de Biologia Celular e Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

KARP. G. Biologia Celular e Molecular. 3ª ed. São Paulo, Editora Manole, 2005.

MALACINSKI, G. M. Fundamentos de Biologia Molecular, 4ª edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Bibliografia Complementar

ALBERTS, B. et al. Biologia Molecular da Célula .4ª ed. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 2010.

KAMOUN, P., LAVOINNE, A. & VERNEUIL, H. Bioquímica e Biologia Molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

LEHNINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios da Bioquímica. 4ª ed. São Paulo: Sarvier, 2006.

LODISH, Harvey; et al. Biologia Celular e Molecular. 4ª ed. Revinter, 2005.

STRYER, L. Bioquímica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

PATOLOGIA

Ementa

Etiopatogênese geral das doenças. Base morfológica e fisiológica das doenças, com focos na anatomia patológica e nas correlações clínico-patológicas. Análise das lesões fundamentais, sua etiopatogenia e manifestações. Neoplasias. Carcinogênese. Inflamação aguda e crônica. Processos patológicos progressivos. Patologias sistêmicas por alteração circulatória.

Bibliografia Básica

BRASILEIRO, F. G.; PITTELLA, J. E. H.; PEREIRA, F. E. L.; BAMBIRRA, E. A.; BARBOSA, A. J. A. Bogliolo Patologia Geral. GUANABARA KOOGAN, 2004.

COTRAN, R. S; KUMAR, V.; ROBBINS, S. L.; SCHOEN, F. J. Robbins Patologia Estrutural e Funcional. GUANABARA KOOGAN, 2000.

MONTENEGRO, M. R; FRANCO, M. Patologia: Processos Gerais. ATHENEU, 2010.

Bibliografia Complementar

BRASILEIRO, F. G.; PITTELLA, J. E. H.; PEREIRA, F. E. L.; BAMBIRRA, E. A.; BARBOSA, A. J. A. Bogliolo Patologia. GUANABARA KOOGAN, 2006.

DONNA, E. H.; RENEE, Z. D. Fundamentos de Patologia. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

KING, T. C. Patologia. 1ªed. Rio de Janeiro. ELSEVIER EDITORA. 2007.

LOPES, E. R. et. al. Bogliolo: Patologia. 4ª ed. Rio de Janeiro: GUANABARA KOOGAN, 2000.

RUBIN, J. Bases clínico patológicas da medicina. GUANABARA KOOGAN, 2005.

FARMACOGNOSIA

Ementa

Estudo dos principais metabólitos primários e secundários de origem vegetal de interesse farmacêutico: gomas, mucilagens e pectinas; heterosídeoscardioativos; heterosídeosantraquinônicos; heterosídeosflavônicos; heterosídeos saponínicos; taninos; óleos voláteis; lipídeos, curmarinas, polissacarídeos. Alcalóides. Análise farmacognóstica. Extração, isolamento e caracterização das classes de produtos vegetais.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, F.; AKISUE, G.; AKISUE, M. K. Farmacognosia, 1ª ed. 2005

SIMÕES, C. M. O. et al. (Coord.). Farmacognosia: da planta ao medicamento. 6ª. ed. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

TYLER et. al. Farmacognosia e Farmacobiotechnologia. Ed. Premier. 1997.

Bibliografia Complementar

FARMACOPÉIA BRASILEIRA. São Paulo: Atheneu, 2010.

GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11ª ed. Rio de Janeiro. Ed: Guanabara-Koogan.2006.

OLIVEIRA, F.; AKISUE, G. Fundamentos de farmacobotânica e de morfologia vegetal. 3ª ed. 2008. Ed. Atheneu.

RAVEN. Biologia Vegetal, 6ª ed. Guanabara-Koogan, 2001.

TYLER et. al. Fitoterapia Racional. 4ª ed. Ed. Manole, 2002.

FARMACOLOGIA I

Ementa

Formas farmacêuticas e vias de administração de fármacos. Fase farmacocinética. Ação geral dos fármacos: mecanismos de ação. Interações medicamentosas. Fatores que influenciam a ação farmacológica. Farmacocinética clínica: Meia-vida, Clearance, Volume de Distribuição e Biodisponibilidade. Regimes posológicos. Cálculos de intervalos de dose. Dose de manutenção e ataque. Aspectos relacionados a substâncias endógenas e seus receptores e correlação com os principais grupos de medicamentos. Fármacos de atuação central. Antiinflamatórios esteroidais e não esteroidais. Fármacos que atuam no sistema cardiovascular e endócrino.

Bibliografia Básica

GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 10ª ed. Guanabara-Koogan, 2003.

KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. 8ª ed. Guanabara-Koogan, 2003.

SILVA, P. Farmacologia. 6ª ed. Guanabara-Koogan, 2002.

Bibliografia Complementar

BENNETT, G. Tratado de Medicina Interna. 21ª ed. Guanabara-Koogan, 2001.

GUYTON & HALL. E. D. Tratado de Fisiologia Médica. 10ª ed. Guanabara Koogan, 2002.

KOROLKOVAS, A. Dicionário Terapêutico Guanabara 2008-2009. 15ª ed. Guanabara Koogan, 2008.

LULLMANN, H.; MOHR, K.; HEIN, L.; BIEGER, D. Farmacologia Texto e Atlas. 5ª ed. Artmed, 2008.

RANG & DALE. Farmacologia. 4ª ed. Guanabara-Koogan, 2001.

BIOQUÍMICA

Ementa

Constituição, estruturas e propriedades físico-químicas de: proteínas, glicídios, lipídios e ácidos nucleicos. Estudo do metabolismo. Transferência de energia em sistemas biológicos. Fosforilação oxidativa, ciclo do ácido cítrico e cadeia respiratória. Metabolismo dos glicídios: glicólise e gliconeogênese, glicogênese e glicogenólise, via das pentoses-fosfato. Metabolismo dos lipídios: B-oxidação e lipogênese, síntese e degradação de triacilgliceróis. Metabolismo dos aminoácidos: desaminação, descarboxilação, destino dos esqueletos de carbono, ciclo de uréia e a reação de transaminação. Metabolismo de purinas e pirimidinas. Integração e regulação do metabolismo celular.

Bibliografia Básica

CAMPBELL, M. K. Bioquímica Básica. 3ª ed. Editora Artmed, 2007.

NELSON, D. L.; COX, M. M. Lehninger: Princípios de Bioquímica. 3a.ed. Sarvier, 2003.

STRYER, L. Bioquímica. 5ª ed. Editora Guanabara-Koogan, 2004.

Bibliografia Complementar

CONN, E. E.; STUMPF, P. K. Introdução a bioquímica. 4ª ed. Tradução de J. R.

ETIENNE, J. Bioquímica Genética e Biologia Celular. São Paulo, Santos Editora, 2003.

MARZOCCO, A. & TORRES, B. B. Bioquímica Básica. Guanabara-Koogan, 2015.

SACKHEIM, G. I. e LEHMAN, D. D. Química e Bioquímica para ciências biomédicas, 8ª ed. Editora Manole, 2001.

STRYER, L. Bioquímica. 5ª ed. Editora Guanabara-Koogan, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Ementa

Conhecimento da realidade da comunidade com identificação de problemas sanitários, patologias prevalentes com aspectos biológicos e sociais. Estágio supervisionado nos serviços de atendimento farmacêutico no Município. Indicadores de saúde da população. Estágio supervisionado realizado na área de saúde pública para comunidade. Prática supervisionada em postos de saúde,

visitas à Secretaria de Saúde do Estado e do Município. Avaliação dos aspectos da ciência epidemiológica, visando fornecer instrumentos para se avaliar o uso de medicamentos pela população e os mecanismos de consumo que determinam a frequência das exposições, assim como estudar a lógica do ensaio clínico e da farmacovigilância contrapondo-as com a lógica da promoção comercial. Desenvolvimento de atividades de educação em saúde, meio ambiente e participação em campanhas e/ou programas do Ministério da Saúde/Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Elaboração e apresentação de relatório.

Bibliografia Básica

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

Bibliografia Complementar

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

5º SEMESTRE

FARMACOTÉCNICA I

Ementa

Introdução à farmacotécnica. Operações farmacêuticas. Veículos. Corantes e flavorizantes. Conservantes e antioxidantes. Classificação e acondicionamento de formas farmacêuticas. Vias de administração. Formas farmacêuticas líquidas. Formas farmacêuticas sólidas: pós e suas formas complementares. Soluções.

Bibliografia Básica

THOMPSON, J. E. A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos. Artmed 2006

ANSEL and PRINCE. Manual de cálculos farmacêuticos. 2ª ed. Artmed, 2005.

AULTON, M. Delineamento de formas farmacêuticas. Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

FARMACOPÉIA BRASILEIRA. São Paulo: Atheneu, 2010.

FERREIRA, A. O. Guia Prático da Farmácia Magistral. Juiz de Fora, 2002.

MARTINDALE, The complete drug reference. 35ª edição 2007.

REMYNGTON, A.G. A Ciência e a prática da Farmácia. 20ª edição. Guanabara Koogan, 2000.

BERMAR, K. C. O. Farmacotécnica - Técnicas de Manipulação de Medicamentos. 1. ed. - São Paulo: Érica, 2014.

FARMACOLOGIA II

Ementa

Fármacos que atuam nos aparelhos respiratório, digestivo e geniturinário. Farmacologia do sistema endócrino. Vitaminas e sais minerais. Alimentação enteral. Farmacologia do sangue e órgãos hematopoiéticos. Alimentação parental. Antibióticos e quimioterápicos. Farmacologia dos contrastes. Antivirais. Antiprotozoários e antihelmínticos. Antifúngicos. Antimaláricos. Antineoplásicos. Farmacologia pediátrica. Farmacologia geriátrica. Terapia gênica. Tópicos em medicamentos-problema: Vitaminas, dipirona, tratamentos de emagrecimentos, fitoterapia, inibidores seletivos de COX2, entre outros.

Bibliografia Básica

GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 10^a ed. Guanabara-Koogan. 2003.

KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. 8^a ed. Guanabara-Koogan. 2003.

SILVA, P. Farmacologia. 6^a ed. Guanabara-Koogan, 2002.

Bibliografia Complementar

BENNETT, G. Tratado de Medicina Interna. 21^a ed. Guanabara-Koogan, 2001.

GUYTON & HALL. E. D. Tratado de Fisiologia Médica. 10^a ed. Guanabara Koogan, 2002.

KOROLKOVAS, A. Dicionário Terapêutico Guanabara 2008-2009. 15^a ed. GuanabaraKoogan, 2008.

LULLMANN, H.; MOHR, K.; HEIN, L.; BIEGER, D. Farmacologia Texto e Atlas. 5^a ed. Artmed, 2008.

RANG & DALE. Farmacologia. 4^a ed. Guanabara-Koogan, 2001.

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ementa

Fundamentos da educação ambiental como área do conhecimento teórico, científico-metodológico e aplicação às ciências da saúde. Histórico e perspectivas. Conteúdo, tipos de abordagens e metodologias em educação ambiental. Educação formal e informal. Educação ambiental, sustentabilidade e interdisciplinaridade. Imposições do desenvolvimento ecologicamente sustentado à educação ambiental. A relação com o ensino e a pesquisa. Conceitos sobre saúde ambiental. Impactos ambientais por resíduos. Conceitos de saúde ambiental. A importância do saneamento ambiental e sua relação com aspectos de saúde pública. Processo Saúde-Doença. Ações de Vigilância a Saúde.

Bibliografia Básica

DIAS, G. F. Educação ambiental princípios e práticas. 9ª Edição. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAZ, A. P. Educação Ambiental como projeto. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed. Ilustrado. Tradução de Fátima Murad, 2002.

RUSCHEINSKY, A. Educação Ambiental: abordagens múltiplas. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Bibliografia Complementar

BITAR, O. Y. Meio ambiente e geologia. 1ª edição. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. (Série Meio Ambiente).

BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. 3. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/pronea_3.pdf

BRASIL. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

ODUM, E. P. Fundamentos de ecologia. 7ª edição. Fundação CalouteGulbenkian. Lisboa. 2004.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA, N. A. Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

Site de interesse: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental>

PARASITOLOGIA BÁSICA

Ementa

Morfologia, ciclo evolutivo, patogenia, sintomatologia, diagnóstico laboratorial, epidemiologia e profilaxia dos parasitas. Protozoários intestinais; do trato genito urinário; do sangue e dos tecidos. Vetores. Nematelmintos. Platelminotos. Artrópodes causadores de doenças.

Bibliografia Básica

MARKELL, E. K. et al. Parasitologia medica. 8ª ed. São Paulo. Guanabara Koogan. 2003.

NEVES, D. P. Parasitologia humana. 11^o ed. Rio de Janeiro. Ateheneu. 2005.

REY, L. Parasitologia. Parasitos e doenças parasitárias do homem nas Américas e na África. 3^o ed. São Paulo. Guanabara Koogan. 2001.

Bibliografia Complementar

LIMA, A. O. Métodos de Laboratório. 8 ed. Guanabara Koogan, 2001.

NEVES, D. P. Parasitologia básica. 1^o ed. São Paulo. COOPMED. 2003.

HINRICHSEN, S. L. Doenças infecciosas e parasitárias. Guanabara Koogan. 2005.

NEVES, D. P. Parasitologia dinâmica. 2^o ed. Rio de Janeiro. Atheneu. 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias. Brasília. Ministério da Saúde. 2006.

FITOTERAPIA

Ementa

Estudo de plantas medicinais no contexto moderno. Consumo mundial de fitoterápicos. Etnofarmacologia. Metodologia de pesquisa Quimiotaxonômica. Controle de qualidade de fitoterápicos. Formulário fitoterápico. Legislação de fitoterápicos.

Bibliografia Básica

DI STASI, L. C. Plantas Medicinais: Arte e Ciência – Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, UNESP, 1996

ROSSATO, A. E. et al. Fitoterapia Racional: aspectos taxonomicos, agroecologicos. Dioesc, 1993.

TYLER, V. E.; SCHULZ, V.; HANSEL, R. Fitoterapia Racional. São Paulo: Manole, 2002.

Bibliografia Complementar

CUNHA, A. P.; SILVA, A. P.; ROQUE, O. R. Plantas e produtos vegetais em fitoterapia. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

ELDIN, S.; DUNFORD, A. Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde. São Paulo: Manole, 2000.

LORENZI, H. Plantas Medicinais no Brasil Nativas e Exóticas. Campinas: Plantarum, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos, 2006.

SAAD, G. A. Fitoterapia contemporânea: tradição e ciência na prática clínica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

ÉTICA, LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA E DIREITOS HUMANOS

Ementa

A ética e a moral como bases fundamentais no desenvolvimento da conduta profissional. A ética e a perspectiva do homem na evolução da ciência. Ética e bioética. Regulamentação da profissão do farmacêutico. O farmacêutico e as entidades de classe. Aspectos históricos da legislação farmacêutica. Conselho Federal e Conselhos Regionais de Farmácia. Âmbito profissional. Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Ética e exercício profissional. Resoluções do CFF. Entidades profissionais. Legislação sanitária. Vigilância sanitária e Ministério da Saúde. Fundamentação dos Direitos Humanos. Direitos Humanos e igualdade. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Direitos Humanos, saúde e cidadania. Os direitos dos usuários dos serviços de saúde. Políticas de medicamentos e distribuição de medicamentos no Brasil. O farmacêutico frente ao mercado de trabalho. Atenção farmacêutica.

Bibliografia Básica

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A organização jurídica da Profissão Farmacêutica. 5. ed. Brasília, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Código de Ética da Profissão Farmacêutica (Resolução CFF nº 596/2014). Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2014.

ZUBIOLI, Arnaldo. Ética Farmacêutica: farmácia São Paulo: Sobravime, 2004.

Bibliografia Complementar

ANVISA. RDC Nº20. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de usos sob prescrição médica isoladas ou em associação. 2011. Disponível em: [HTTP://www.anfarmag.org.br/intergra.php?codigo=2876](http://www.anfarmag.org.br/intergra.php?codigo=2876)

ANVISA. RDC Nº44. Dispõe sobre o controle de medicamentos à base de substâncias classificadas como antimicrobianos, de usos sob prescrição médica isoladas ou em associação e dá outras providências. Disponível em: [HTTP://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res004426102010html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res004426102010html).

BRASIL. Resolução da Diretoria Colegiada RDC n. 44, de 17 de agosto de 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA: Resolução N. 585.

SIQUEIRA JR., P. H.; OLIVEIRA, M. A.; M. Direitos humanos: liberdades públicas e cidadania. 4. ed. — São Paulo: Saraiva, 2016.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

Ementa

Estágio supervisionado em política de saúde e de medicamentos. Organização da assistência farmacêutica. Seleção de medicamentos. Farmácia escola. Demonstração sumária da apresentação das especialidades farmacêuticas comercializadas. Formas e fórmulas farmacêuticas. Propaganda de medicamentos. Automedicação. Atividades em postos de saúde. Produção e distribuição de medicamentos para a comunidade. Estudo das plantas medicinais utilizadas em atenção primária a saúde. Papel do farmacêutico como agente de saúde e de atenção primária. Ações de educação para a saúde e educação ambiental. Papel do farmacêutico como integrante da equipe de saúde multiprofissional. Elaboração e apresentação de relatório.

Bibliografia Básica

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

Bibliografia Complementar

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

6º SEMESTRE

FARMACOTÉCNICA II

Ementa

Emulsões e agentes tensoativos; pomadas; cremes e géis; supositórios e óvulos; medicamentos tópicos para a via bucal e vias respiratórias, via nasal e via auricular. Matérias-primas empregadas no preparo de cosméticos. Formulações cosméticas. Legislação vigente para dermocosméticos. Riscos e incompatibilidades em cosméticos.

Bibliografia Básica

FERREIRA, A. O. Guia Prático da Farmácia Magistral. Juiz de Fora, 2002.

LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H. A.; KANIG, J. L. Teoria e prática na Indústria Farmacêutica. Vol.I e II, 2001.

THOMPSON, J. E. A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos. Artmed 2006

Bibliografia Complementar

ANSEL and PRINCE. Manual de cálculos farmacêuticos. 2ª ed. Artmed, 2005.

AULTON, M. Delineamento de formas farmacêuticas. Artmed, 2005.

FARMACOPÉIA BRASILEIRA. São Paulo: Atheneu, 2010.

LOYD. V.; NICHOLAS, G. P., ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

REMYNTO, A. G. A Ciência e a prática da Farmácia. 20ª edição. Guanabara Koogan, 2000.

BIOQUÍMICA CLÍNICA

Ementa

Análise bioquímica em sangue, urina e outros líquidos biológicos. Análise de glicólise, lipídios (fracionamento). Exame físico-químico de urina e sedimento. Provas da função hepática e renal. Enzimologia clínica. Eletrólitos e equilíbrio ácido-básico. Controle de qualidade nas análises bioquímicas. Automação em bioquímica.

Bibliografia Básica

CANÇADO, J. R. et al. Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica, 8ª ed. Guanabara-Koogan, 2017.

HENRY, J. B. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. 10ª ed. Ed. EdgardBluccher, 2008.

STRASINGER, S. K. Uroanálise e Fluidos biológicos, 3ª Ed. São Paulo: Manole, 2008.

Bibliografia Complementar

ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. et al. Imunologia celular e molecular. 6ª ed. São Paulo. Ed. Elsevier, 2008.

CAMPBELL, M. K. Bioquímica. 3ª Ed. São Paulo. Ed Artmed. 2000.

GUYTON & HALL. Tratado de Fisiologia Médica. 10ª ed. Rio de Janeiro. Ed: Guanabara Koogan, 2002.

LEHNINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. Et al. Principios de Bioquímica. 4ª ed. Porto Alegre. Savier. 2006.

STRYER, L.; BERG, J. M. TYMOCZKO, J. L. et al. Bioquímica. 5ª Ed. São Paulo. Ed: Guanabara Koogan. 2004.

PARASITOLOGIA CLÍNICA

Ementa

Morfologia, ciclo evolutivo, patogenia, sintomatologia, diagnóstico laboratorial, epidemiologia e profilaxia das principais parasitoses.

Bibliografia Básica

DE CARLI, G. A. Parasitologia Clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para diagnóstico das principais parasitoses humanas. São Paulo: Atheneu, 2007.

NEVES, D. P. Parasitologia Humana, 11^a ed.: Atheneu, 2005.

REY, L. Bases da Parasitologia Médica, 2^a Ed: Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia Complementar

CANÇADO, J. R. et al. Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica, 8^a ed. Guanabara-Koogan, 2001.

CIMERMAN, B.; FRANCO, M. A. Atlas de Parasitologia: Artrópodes, Protozoários e Helminthos, 1^a Ed. Atheneu. 2009.

HENRY, J. B. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. 10^a ed. Ed. EdgardBluccher, 2008.

MARKELL, E. K.; JOHN, D. T.; KROTOSKI, W. A. Parasitologia Médica. 8 ed. Guanabara Koogan, 2003.

REY, L. Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nas Américas e África. 3^a Ed Guanabara Koogan RJ. 2008.

MICROBIOLOGIA BÁSICA

Ementa

Conceitos básicos e classificação das bactérias. Morfologia, genética fisiologia, crescimento e metabolismo bacteriano. Mecanismo de patogenicidade bacteriana. Reprodução e crescimento microbiano. Drogas antibacterianas. Resistência bacteriana. Sensibilidade aos antimicrobianos. Concentração inibitória mínima. Esterilização, desinfecção e assepsia. Culturas microbianas e meios de cultura. Microorganismos de interesse em clínica médica.

Bibliografia Básica

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; BENDER, K. S.; BUCKLEY, D. H.; STAHL, D. A. Microbiologia de Brock. 12 ed. Artmed, 2016.

TRABULSI, L. R. Microbiologia. 4 ed. Atheneu, 2008.

Bibliografia Complementar

BLACK, J. Microbiologia: fundamentos e perspectivas. 4 ed. Guanabara Koogan, 200.

INGRAHAM, J. L. et. al. Introdução à Microbiologia. 3ª ed. Cengage Learning et

MURRAY, P. R.; ROSENTHAL, K. S. Microbiologia Médica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

PELCZAR, J. M. Microbiologia: conceitos e aplicações. 2. ed. v. 1 e 2. São Paulo: Mackron Books, 1997.

RIBEIRO, M. C.; SOARES, M. M. S. R. Microbiologia prática: roteiro e manual: bactérias e fungos. São Paulo: Atheneu, 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

Ementa

Prática supervisionada nas áreas específicas da Farmácia. Doenças parasitárias e formas de transmissão para o homem. Meio ambiente e vetores de doenças. Epidemias e endemias de interesse no Brasil e na região do Município. Estratégias de avaliação e controle de doenças endêmicas. Doenças parasitárias. Protozoárias. Meio ambiente, educação ambiental e saúde. Lixo. Qualidade de coleta. Destino e processamento do lixo. Água, captação, distribuição e tratamento. Riscos biológicos e biossegurança. Acompanhamento da incidência de doenças parasitárias na comunidade atendida pelos postos e terapêutica empregada. Orientação da população quanto ao saneamento, tratamento de água, higiene pessoal e hábitos de vida. Elaboração e apresentação de relatório.

Bibliografia Básica

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

Bibliografia Complementar

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

7º SEMESTRE

HEMATOLOGIA CLÍNICA

Ementa

Hematogênese/ hematopoese. Fisiologia do eritrócito. Hemograma. Hematócrito. Hemoglobina. Hemoglobinopatias. Patologia do eritrócito. Anemias. Poliglobulias. Plaquetogênese. Fisiologia dos leucócitos. Leucograma. Contagem diferencial de leucócitos. Patologia dos leucócitos. Alterações quantitativas mielóidegranulocítica. Alterações quantitativas linfóides. Complexo maior de histocompatibilidade (MHC) e antígenos HLA. Mielograma. Esplenomegalias. Leucemias. Imunofenotipagem. Mielofibrose. Trombocitemia essencial. Alterações hematológicas associadas a diversas patologias. Fisiologia da

hemostasia. Distúrbios da hemostasia e da coagulação. Hemoterapia. Seleção de doador. Tipagem ABO. Tipagem Rh. Transfusão de sangue e hemoderivados. Reações transfusionais. Principais exames hematológicos. Controle de qualidade em hematologia. Automação em hematologia.

Bibliografia Básica

FAILACE, R. Hemograma: Manual de Interpretação. 4ª ed. Ed. Artmed, 2006.

HENRY, J. B. Diagnóstico e tratamento por métodos laboratoriais. 10ª ed. Ed. Edgard Blucher, 2008.

RAPAPORT, S. I. Hematologia - Introdução. São Paulo: Ed. Roca, 1996.

Bibliografia Complementar

CANÇADO, J. R. et al. Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica, 8ª ed. Guanabara-Koogan, 2017.

CARVALHO, W. F. Técnicas Médicas de Hematologia e Imunohematologia. 7ª ed. Ed. Coopmed, 2008.

GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

LORENZI, T. F. Atlas de Hematologia: Clínica hematológica Ilustrada, 1ª ed., Guanabara-Koogan, 2006.

MILLER, O. O. Laboratório e as Técnicas de Imagem no Diagnóstico Clínico. Ed. Atheneu, 2002.

TOXICOLOGIA

Ementa

Toxicologia, conceito, principais áreas de atuação do farmacêutico. Exposição aos agentes químicos. Toxicocinética: vias de introdução, absorção, distribuição, eliminação e mecanismos de biotransformação. Respostas tóxicas do fígado, rim, olho, pele, sistema nervoso, sistema endócrino, aparelho respiratório e cardiovascular. Toxicologia ambiental. Toxicologia de alimentos. Toxicologia ocupacional. Toxicologia dos medicamentos. Carcinogênese química. Proxialaxia das intoxicações e importância da educação ambiental.

Bibliografia Básica

KOROKOLVAS, A.; BURCHHALTER, J. H. Química Farmacêutica, Guanabara Koogan, 2008.

OGA, Seizi; et al. Fundamentos de Toxicologia. São Paulo: Atheneu, 2008.

PASSAGLI, M. Toxicologia Forense. São Paulo: Millennium, 2008.

Bibliografia Complementar

ATKINS, P., JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente, 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2006.

KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

KOROLKOVAS, A. Dicionário Terapêutico Guanabara 2008-2009. 15ª ed. Guanabara Koogan, 2008.

SILVA, P. Farmacologia. 6ª. ed. Rio de Janeiro, Ed: Guanabara-Koogan, 2006.

SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica, vol I e II, 2ª ed. Guanabara Koogan, 2009.

MICROBIOLOGIA CLÍNICA

Ementa

Mecanismos de patogenicidade dos micróbios. Bacteriologia das infecções do aparelho digestivo. Bacteriologia das infecções do aparelho urinário. Bacteriologia das infecções no trato respiratório. Bacteriologia das doenças sexualmente transmissíveis. Bacteriologia das infecções da pele. Bacteriologia do liquor e do sistema nervoso central. bacteriologia das infecções obstétricas e perinatais. Doenças virológicas. Coleta de material para bacteriologia e virologia. Hemocultura. Meios de cultura seletivos. Automação em microbiologia e virologia. Antibiógrama automatizado: Sistema Vitek, Auto-Scan e Walk-Way. Cultura automatizada. Biossegurança em microbiologia e virologia.

Bibliografia Básica

KONEMAN, E. W. et al. Diagnóstico microbiológico: Texto e atlas colorido, 6ª edição, Guanabara Koogan, 2008.

MURRAY, P. R.; ROSENTHAL, K. S. Microbiologia Médica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

TORTORA, G. [et al.]. Microbiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Bibliografia Complementar

BLACK, J. Microbiologia: fundamentos e perspectivas. 4 ed. Guanabara Koogan, 2009

MADIGAN, M. et al. Microbiologia de Brock. 12 ed. Artmed, 2016.

PELCZAR, J. M. Microbiologia: conceitos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Mackron Books, 1997.

RIBEIRO, M. C.; SOARES, M. M. S. R. Microbiologia prática: roteiro e manual: bactérias e fungos. São Paulo: Atheneu, 2002.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia. 4.ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

FARMÁCIA CLÍNICA

Ementa

Participação do farmacêutico na equipe clínica, elaboração e utilização de ficha clínica, análise de prontuários, anamnese farmacológica, avaliação e adequação de tratamentos, discussão de casos clínicos, monitorização intensiva de pacientes com diferentes patologias, orientação de pacientes e familiares, comunicação efetiva com pacientes, estudo de artigos sobre casos clínicos.

Bibliografia Básica

KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

MARQUES, L. A. M. ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM DISTÚRBIOS MENORES. 2ª Ed. Ed: Medfarma, 2008.

NOVAES, M. R. C. G. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AO IDOSO: uma abordagem multiprofissional. 2007.

Bibliografia Complementar

KOROLKOVAS, A. Dicionário Terapêutico Guanabara 2008-2009. 15ª ed. GuanabaraKoogan, 2008.

PEREIRA, R. S. Clínica e Prescrição Farmacêutica. Belo Horizonte, Rona, 2014.

STORPIRTIS S. et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

FERRACINI, F. T.; ALMEIDA, S. M.; FILHO, W. M. B. Farmácia clínica: manuais de especialização. 1. ed. – Barueri, SP: Manole, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 586.

BROMATOLOGIA

Ementa

Importância social, econômica e biológica da bromatologia. Classificação das análises bromatológicas. Alimentos: conceito, classificação e constituição. Função dos princípios nutritivos e valor nutritivo dos alimentos. Fisiologia e bioquímica dos alimentos. Estudo dos minerais e dos princípios inorgânicos; dos alimentos protéicos; alimentos lipídicos; dos alimentos glicídicos. Estudo das vitaminas e sais minerais. Estudo do leite e derivados. Estudo das bebidas alcoólicas e não alcoólicas. Carnes e pescados. Aditivos utilizados em alimentos. Toxicologia de alimentos biológicos e de agentes químicos diversos. Amostragem. Coleta, conservação e transporte. Determinação do teor de água no alimento.

Determinação de resíduo mineral fixo. Composição centesimal do alimento. Dosagem de nitrogênio e proteínas totais. Análise bromatológica de: farinha de trigo, leite, conservas, vinho. Interação alimento medicamentos. Interação alimentos com exames de laboratório clínico.

Bibliografia Básica

GAVA, A. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo: Nobel, 2008.

EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. São Paulo: Atheneu, 2005.

FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos. 2 ed. Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar

CARELLE, A. C.; CANDIDO, C. C. Tecnologia dos alimentos: principais etapas da cadeia produtiva 1ª ed. - São Paulo: Érica, 2015.

BOBBIO, F. O.; BOBBIO, P. A. Química do processamento de alimentos. São Paulo: Varela, 2003.

JAMAES, M. J. Microbiologia de Alimentos. 6 ed. Artmed, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Métodos físico-químico para análise de alimentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

SANTOS JUNIOR, C. J. Manual de Segurança Alimentar. Rubio, 2008.

VENTURINI FILHO, W. G. Tecnologia de Bebidas. São Paulo: Blucher, 2005.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO V

Ementa

Prática supervisionada. Farmácia hospitalar. Preparação e distribuição de medicamentos em hospital. Dose unitária. Preparações enterais. Farmácia dermatológica. Discussão de casos clínicos de atenção farmacêutica. Estágio em hemodiálise. Rotina de diálise. Discussão de casos clínicos e correlação com exames laboratoriais, dados alimentares e tratamento medicamentoso. Seminários interdisciplinares envolvendo as áreas do medicamento, do alimento e das análises clínicas e toxicológicas.

Bibliografia Básica

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

Bibliografia Complementar

De acordo com as atividades desenvolvidas pelos alunos.

8º SEMESTRE

QUÍMICA FARMACÊUTICA

Ementa

Conceitos. Gêneses de fármacos. Processos gerais de modificação molecular e síntese de fármacos. Conceitos, classificação, relação estrutura-atividade, emprego terapêutico e principais fármacos do tipo: analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios (AINES); analgésicos opióides; anestésicos gerais e locais; hipnóticos e sedativos; agentes psicotrópicos. Estimulantes do SNC. Anticonvulsivantes. Adrenérgicos. Colinérgicos. Anticolinérgicos. Histamínicos e anti-histamínicos. Análise crítica de bulas de especialidades farmacêuticas. A química farmacêutica dos fármacos anti-infecciosos, dos fármacos do sangue e sistema hematopoético, hormônios, vitaminas, fármacos do sistema gastrointestinal, fármacos do sistema respiratório e fármacos de ação local.

Bibliografia Básica

BARREIRA, E. J.; FRAGA, C. A. M. Química medicinal: as bases moleculares de ação dos fármacos. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KOROKOLVAS, A.; BURCHHALTER, J. H. Química Farmacêutica. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SOLOMONS, T. W. G. Química Orgânica, vol I, 2ª ed, Guanabara Koogan, 2009.
McMURRY, J., Química Orgânica, vol I, Thomson, 2005.

Bibliografia Complementar

ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente, 3ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2006.

GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 10ª ed. Guanabara-Koogan. 2003.

HEIN, H.; ANERA, S. Fundamentos de Química Geral, 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos S. A. 1998.

SILVA, P. Farmacologia, 7ª ed. Guanabara Koogan, 2006.

VOLLHART, K. P. C.; SCHORE N. E. Química Orgânica: Estrutura e Função, 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

COSMETOLOGIA

Ementa

Biologia cutânea. Composição química da pele. Matérias-primas empregadas no preparo de cosméticos. Formulações e técnicas de preparo de emulsões, xampus, cremes, condicionadores, géis, maquiagem facial, sabonetes e perfumaria. Boas práticas de fabricação. Riscos e incompatibilidades em cosméticos. Legislação vigente.

Bibliografia Básica

BEZERRA, S. V.; REBELLO, T. Guia de Produtos Cosméticos. São Paulo: Senac, 2005.

FARMACOPÉIA BRASILEIRA. São Paulo: Atheneu, 2010.

ANSEL and PRINCE. Manual de cálculos farmacêuticos. 2ª ed. Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

REMINGTON, A.G. A Ciência e a prática da Farmácia. 20ª edição. Guanabara Koogan, 2000.

AULTON, M. Delineamento de formas farmacêuticas. Artmed, 2005.

MATOS, S. P. Noções básicas em dermatocosmética -- 1. ed. São Paulo: Érica, 2015.

THE MERCK INDEX. Editora: John Wiley and Sons INC. 2007.

CAVALCANTI, LUIZ CARLOS. Incompatibilidades Farmacotécnicas: motivo, recomendação e uso terapêutico. 2ª Ed. São Paulo: Pharmabooks, 2008.

CONTROLE DE QUALIDADE DE MEDICAMENTOS

Ementa

Controle de qualidade na indústria farmacêutica. Controle nas operações de fabricação. Planos de amostragem. Controle das características físicas e físico-químicas dos medicamentos. Metodologia analítica em controle de qualidade medicamentos. Controle de qualidade de materiais de embalagem. Ensaio de armazenagem. Controle microbiológico. Ensaio microbiológicos de antibióticos e vitaminas. Controle de produtos estéreis e produtos não estéreis. Ensaio de pirogênio. Controle de qualidade do produto semi-elaborado. Controle de qualidade do produto acabado. Controle de qualidade dos materiais de acondicionamento e embalagem. Teste de esterilidade em medicamentos. Manuseio de animais convencionais de laboratório usados no controle de medicamentos e cosméticos.

Bibliografia Básica

DENYER, S. P.; BAIRD, R. M. Guide to Microbiological Control in pharmaceuticals. New York, Ellis Horwood, 2007.

PINTO, T. J. A. et. al. Controle Biológico de Qualidade de Produtos Farmacêuticos, Correlatos e Cosméticos. São Paulo, Ed. Atheneu. 2004.

ANSEL and PRINCE. Manual de cálculos farmacêuticos. 2ª ed. Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Guia de Controle de Qualidade de Produtos Cosméticos. Brasília: Anvisa, 2007.

BRASIL. Resolução RDC nº 33, de 19 de abril de 2000. ANVISA.

FARMACOPÉIA BRASILEIRA. São Paulo: Atheneu, 2010.

MATOS, S. P. Operações unitárias: fundamentos, transformações e aplicações dos fenômenos físicos e químicos. 1a ed. São Paulo: Érica, 2015.

ALLEN Jr., L. V. Introdução à farmácia de Remington – Porto Alegre: Artmed, 2016.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FARMÁCIA HOSPITALAR

Ementa

Fundamentos da administração hospitalar, estrutura organizacional da farmácia hospitalar. Legislação vigente. Aquisição de materiais e medicamentos. Padronização de medicamentos. Central de abastecimento. Gestão de estoques. Sistemas de distribuição de medicamentos. Farmácia semi-industrial. Comissões multidisciplinares. Farmacoeconomia. Quimioterápicos. Nutrição parenteral. Garantia de qualidade no meio hospitalar.

Bibliografia Básica

GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências farmacêuticas: uma abordagem em farmácia hospitalar. 1.ed. São Paulo: Atheneu, 2001.

MAIA NETO, J. F. Farmácia Hospitalar e suas Interfaces com a Saúde. RX, 2005.

REIS, A. M. M. Ciências Farmacêuticas: Uma Abordagem em Farmácia Hospitalar. São Paulo: Atheneu, 2003.

Bibliografia Complementar

BISSON, M. P. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Barueri: Manole, 2007.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Manual Básico de Farmácia Hospitalar. Brasília: Organização Panamericana de Saúde, s/d.

GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11ª ed. Rio de Janeiro. Ed: Guanabara-Koogan. 2006.

KOROLKOVAS, A. Dicionário Terapêutico Guanabara 2008-2009. 15ª ed. GuanabaraKoogan, 2008.

NOVAES, M. R. C. G. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AO IDOSO. UMA ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL. 1ª Ed. Thesarus. 2007.

STORPIRTIS, S.; MORI, A. L. P. M; YOCHIY, A.; et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VI

Ementa

Prática supervisionada. Coleta de amostras para laboratório clínico. Biossegurança no laboratório clínico. Administração. Controle de qualidade e sistema de qualidade. Certificação de laboratório clínico. Discussão de casos clínicos e correlação com exames laboratoriais, dados alimentares e tratamento medicamentoso.

Bibliografia Básica

A bibliografia será específica, de acordo com as atividades desenvolvidas.

Bibliografia Complementar

A bibliografia será específica, de acordo com as atividades desenvolvidas.

9º SEMESTRE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Ementa

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, realização de pesquisa de campo ou pesquisa do tipo bibliográfica; divulgação pública dos dados e resultados obtidos com o estudo realizado.

Bibliografia Básica

BARROS, A. J. S. & e LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2007.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAVILLE, C. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 12. ed Campinas: Papirus, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 5. ed. 242p. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BARROS, A. J. S. & LEHFELD, N. A. S. "A pesquisa científica e a iniciação científica". In: BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2000.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo. Ed. Atlas, 1999.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OPTATIVA I

Ementa

Disciplina escolhida pelo aluno entre aquelas constantes da lista previamente estipulada pela Instituição, conforme apresentado no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia.

Bibliografia Básica

A bibliografia será específica, de acordo com a disciplina escolhida.

Bibliografia Complementar

A bibliografia será específica, de acordo com a disciplina escolhida.

TECNOLOGIA FARMACÊUTICA

Ementa

Matérias-primas farmacêuticas. Tecnologia de formas farmacêuticas sólidas. Tecnologia de formas farmacêuticas não estéreis. Tecnologia de preparação de formas farmacêuticas semissólidas e líquidos estéreis. Normas de produção e aspectos gerais de controle de produção.

Bibliografia Básica

AULTON, Michael. Delineamento de formas farmacêuticas. Artmed, 2005.

FARMACOPÉIA BRASILEIRA. São Paulo: Atheneu, 2010.

THOMPSON, JUDITH E. A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos. Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar

ANSEL and PRINCE. Manual de cálculos farmacêuticos. 2ª ed. Artmed, 2005.

REMINGTON, A.G. A Ciência e a prática da Farmácia. 20ª edição. Guanabara Koogan, 2000.

CARVALHO, P. L. Patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos – São Paulo: Atlas, 2007.

ALLEN JR., L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MATOS, S. P. Operações unitárias: fundamentos, transformações e aplicações dos fenômenos físicos e químicos -- 1a ed. -- São Paulo: Érica, 2015.

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS, CIDADANIA E SOCIODIVERSIDADE

Ementa

As relações étnico-raciais. Multiculturalismo, cultura, Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos na atualidade. Configurações dos conceitos de etnia/raça, cor, classe social, diversidade e gênero no Brasil. Identidade e diferença. Cultura afro-brasileira e indígena. Cidadania e sociodiversidade. O respeito pelas várias etnias e a valorização da cultura afrodescendente. Políticas de ações afirmativas. A formação interétnica profissional.

Bibliografia Básica

FERNANDES, F. A. Integração do Negro na Sociedade de Classes. Vols. 1 e 2. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2006.

GARCIA, A. S. Desigualdades Raciais e Segregação Urbana em Antigas Capitais. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Bibliografia Complementar

COELHO, W. N. B. Educação e Relações Raciais. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

SANTOS, Christiano Jorge. Crimes de Preconceito e de Discriminação 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BACILA, Carlos Roberto. Criminologia e Estigmas: um estudo sobre os preconceitos. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

GOMES, Flávio. Negros e Política (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

WILLIAMS, E. Capitalismo e Escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VII

Ementa

Estágio supervisionado realizado em indústria de medicamentos, cosméticos, em indústria de alimentos, centros de pesquisa e/ou laboratórios oficiais. Organização interna da farmácia. Gerenciamento e administração da farmácia. Atendimento ao público. Manuseio de manuais. Informatização da farmácia. Exigência sanitária e ética. Noções de primeiros socorros e procedimentos de emergência. Orientação dos pacientes quanto dieta, hábitos alimentares e de tabagismo e do uso correto de medicamentos. Orientação do paciente quanto às apresentações de produtos farmacêuticos e os benefícios e risco do uso inadequado dos medicamentos. Fisiopatologia da dor. Analgésicos, farmacologia e efeitos colaterais. Doenças bacterianas e virológicas. Orientação da população quanto à automedicação, incompatibilidades farmacêuticas e de alimentos. Ações de educação para a saúde e educação ambiental. Seminários de interdisciplinaridades.

Bibliografia Básica

AIRES, M. M. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

KOROLKOVAS, A. Dicionário Terapêutico Guanabara 2008-2009. 15^a ed. Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia Complementar

CHIAVANATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Campus. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Código de Ética da Profissão Farmacêutica (Resolução CFF nº 417/2004). Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2004. Disponível em <[http://www.cff.org.br/#\[ajax\]pagina&id=167](http://www.cff.org.br/#[ajax]pagina&id=167)>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11^a ed. Rio de Janeiro. Ed: Guanabara-Koogan. 2006.

KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

NOVAES, M. R. C. G. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AO IDOSO. UMA ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL. 1^a Ed. 2007. Ed: Thesarus.

SILVA, P. Farmacologia. 6^a. ed. Rio de Janeiro, Ed: Guanabara-Koogan, 2006.

10º SEMESTRE

GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO FARMACÊUTICA

Ementa

Conceitos fundamentais de desenvolvimento e gerenciamento. Fatores de produção, organização e tecnologia. Estrutura e organização de mercado. Projetos de viabilidade econômica na área farmacêutica. Investimento e linhas de crédito para financiamento de empresas farmacêuticas. Plano de marketing na área farmacêutica. Empreendedorismo. Auditoria em empresa farmacêutica.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO I. Introdução à teoria geral da Administração. 2 ed. Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 11ª ed. São Paulo, 2000.

RASCATI, K. L.; Introdução à Farmaeconomia. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Bibliografia Complementar

ALVES, V. L. S. Gestão de Qualidade: Ferramentas Usadas no Contexto Contemporâneo da Saúde. Martinari, 2009.

CHIAVANATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

CHIAVENATO, I. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos. 7ª ed. Manole, 2009.

FOLLAND, S.; GOODMAN, A. C.; STANO, M.; A Economia da Saúde. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

KOTLER, P. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura 2009.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Ementa

Projeto de pesquisa. Problema de pesquisa e problematização. Objetivos geral e específicos. Tipos de pesquisa: bibliográfica; documental e empírica. Coleta de dados. Instrumentos de coleta de dados. Relatório de pesquisa.

Bibliografia Básica

BARROS, A. J. S. & LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2000.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAVILLE, C. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. J. S. & LEHFELD, N. A. S. "A pesquisa científica e a iniciação científica". In: BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2000.

CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 12. ed Campinas: Papirus, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 5. ed. 242p. SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo. Ed. Atlas, 2016.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OPTATIVA II

Ementa

Disciplina escolhida pelo aluno entre aquelas constantes da lista previamente estipulada pela Instituição, conforme apresentado no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia.

Bibliografia Básica

A bibliografia será específica, de acordo com a disciplina escolhida.

Bibliografia Complementar

A bibliografia será específica, de acordo com a disciplina escolhida.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO VIII

Ementa

Estágio supervisionado realizado em diversas áreas de atuação do farmacêutico.

Bibliografia Básica

AIRES, M. M. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BERNE, R. M.; LEVY, M. N. Fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

KOROLKOVAS, A. Dicionário Terapêutico Guanabara 2008-2009. 15ª ed. Guanabara Koogan, 2008.

Bibliografia Complementar

CHIAVANATO, I.; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Código de Ética da Profissão Farmacêutica (Resolução CFF nº 417/2004). Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2004. Disponível em <[http://www.cff.org.br/#\[ajax\]pagina&id=167](http://www.cff.org.br/#[ajax]pagina&id=167)>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

GOODMAN & GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11ª ed. Rio de Janeiro. Ed: Guanabara-Koogan. 2006.

KATZUNG, B. G. Farmacologia Básica e Clínica. Rio de Janeiro: 9 ed. Guanabara Koogan, 2006.

NOVAES, M. R. C. G. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AO IDOSO. UMA ABORDAGEM MULTIPROFISSIONAL. 1ª Ed. Thesarus. 2007.

SILVA, P. Farmacologia. 6ª. ed. Rio de Janeiro, Ed: Guanabara-Koogan, 2006

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa

Vocabulário básico da LIBRAS. Expressão corporal e facial. Alfabeto manual. Sinais. Convenções da LIBRAS. Parâmetros da Língua Brasileira de Sinais. Estrutura gramatical da LIBRAS. Princípios lingüísticos. Diálogos e narrativas na LIBRAS.

Bibliografia Básica

SKLIAR, C. (org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2005.

SACKS, O. W. 1933, Vendo Vozes: Uma viagem no mundo dos surdos, São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre. Artes Médicas. 1997.

Bibliografia Complementar

BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação dos surdos- Ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2005.

QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre. Artes Médicas (no prelo). 2011.

GOÉS, M. C. R. & LAPLANE, A. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva. (orgs.) 2ª. Ed – Campinas, SP: Autores Associados 2007. – (Coleção educação contemporânea)

HONORA, M. et al. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais. Ciranda Cultural, 2009.

ALVES, R. Educação dos sentidos. 9 ed. São Paulo: Verus, 2012.

CONSTRUÇÃO DE TCC

Ementa

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, realização de pesquisa de campo ou pesquisa do tipo bibliográfica; divulgação pública dos dados e resultados obtidos com o estudo realizado.

Bibliografia Básica

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 311p.

LAVILLE, C. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BARROS, A. J. S. & LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2000.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, M. C. M. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 12. ed Campinas: Papirus, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo: Prentice Hall, 2002. 5. ed. 242p.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.

BARROS, A. J. S. & LEHFELD, N. A. S. “A pesquisa científica e a iniciação científica”. In: BARROS, Aidil Jesus da Silveira e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Person Education do Brasil, 2000.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo. Ed. Atlas, 1999.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HOMEOPATIA

Ementa

Medicamentos homeopáticos. Fontes de matéria-prima (insumos ativos) de origem animal, mineral, vegetal e de outras origens. Controle de qualidade da matéria-prima. Farmacotécnica aplicada. Formas farmacêuticas homeopáticas de uso interno e de uso externo. Preparação de tinturas-mãe. Métodos de dinamização: hahnemanniano, korsakoviano e fluxo contínuo. Escalas: decimal, centesimal e cinquenta-milesimal. Acondicionamento. Conservação. Estabilidade. Dispensação. Controle de qualidade de insumos ativos, de insumos inertes e das preparações. Legislação específica.

Bibliografia Básica

ROSENBAUM, P. Fundamentos de Homeopatia para Estudantes de Medicina e de Ciências da Saúde. 1ed, Roca, 2002.

HORVILLEUR, A. Vade-Mécum da Prescrição em Homeopatia. 1º edição, Andrei, 2003.

LOCKIE, A.; GEDDES, N. Guia Completo de Homeopatia. 1ª edição, Ática, 2008.

Bibliografia Complementar

VIJNOVSKY, B. Tratado de Matéria Médica Homeopática. 1ª edição, Vol. 1, 2 e 3, Editora Organon, 2003.

HORVILLEUR, A. Vade-Mécum da Prescrição em Homeopatia. 1º edição, Andrei, 2003, Nassif, Maria Regina Galante. Compêndio de Homeopatia. Vol. 1,2 e 3, Rhobe Editorial, 2003.

FONTES, O. L. Farmácia Homeopática. Ed Manole, 2005.

LATHOUD, J. A. Estudos de matéria médica homeopática. São Paulo: Organon, 2004.

PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; PINTO, A. F. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

BIOSSEGURANÇA

Ementa

Aspectos gerais de biossegurança. Segurança química e biológica em laboratório. Identificação e usos de equipamentos de segurança. Manuseio de substâncias com segurança. Estocagem e descarte de resíduos de laboratórios. Conduta em laboratório. Proteção e prevenção de acidentes. Treinamento para atendimento em situações de emergência. Contaminação química. Técnicas de primeiros socorros.

Bibliografia Básica

HIRATA, M. H.; FILHO, J. M.; Manual de biossegurança. 3 ed. Ed. Manole: 2017

HINRICHSEN, S. L. Biossegurança e Controle de Infecção: risco sanitário hospitalar. Medisi, 2005.

ARRUDA, G. A. Manual de Boas Práticas, Vol.I e II, São Paulo, Editora Ponto Crítico, 2006.

Bibliografia Complementar

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 8º edição, Editora Artmed, 2005.

ATKINS, P. et al. Princípios de Química: questionando a vida moderna. 3 ed. Bookman, 2012.

BERGERON, J. D. et al. Primeiros Socorros. Atheneu, 2007.

BARSANO, P. R.; RILDO, P. B.; EMANOELA, G.; SUERLANE, P. S. S. Biossegurança: ações fundamentais para promoção da saúde. 1ª ed. - São Paulo: Érica, 2014.

CARDOSO, T. A. O.; NERY, C. V.; NAVARRO, M. B. M. A. Biossegurança – Estratégias de Gestão de Riscos, Doenças Emergentes e Reemergentes: Impactos na Saúde Pública. Livraria Santos Editora Ltda. 2012.

CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS

Ementa

Garantia e controle da qualidade. Técnicas de controle de qualidade. Monitoramento da precisão e da exatidão. Controle de qualidade em hematologia. Controle de qualidade em microbiologia clínica. Controle de qualidade em bioquímica clínica. Controle de qualidade em imunologia clínica. Controle de qualidade em parasitologia clínica.

Bibliografia Básica

HENRY, J. B. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais. 20ª ed. Ed. EdgardBluccher, 2008.

CANÇADO, J. R. et al. Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica, 8ª ed. Guanabara-Koogan, 2001.

ARRUDA, G. A. Manual de Boas Práticas, Vol.I e II, São Paulo, Editora Ponto Crítico, 2006.

Bibliografia Complementar

MILLER, O. O Laboratório e as Técnicas de Imagem no Diagnóstico Clínico. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.

PINTO, W. J. Bioquímica clínica. 1. ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

PAPINI, S.; FRANÇA, M. H. S. Manual de citologia e histologia para o estudante da área de saúde. São Paulo: Atheneu, 2003.

HINRICHSEN, S. L. Doenças infecciosas e parasitárias. Guanabara Koogan. 2005

PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; PINTO, A. F. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

ANÁLISE DE EXAMES LABORATORIAIS

Ementa

Estudo da finalidade e interpretação dos principais exames laboratoriais de rotina, tais como hematologia, bioquímica, imunologia, uroanálise e parasitologia. Realizar correlações clínicas e solicitar exames de rotina para o Enfermeiro.

Bibliografia Básica

HENRY, J.B. Diagnóstico e tratamento por métodos laboratoriais. 20ª ed. Manole: São Paulo, 2008.

LORENZI, Therezinha F. Manual de Hematologia Propedêutica e Clínica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

STRASINGER, S. K, LORENZO M.S., Uroanálise e Fluidos biológicos, 5ª ed. São Paulo: Livraria Médica Paulista, 2009.

Bibliografia Complementar

FISCHBACH, F; DUNNING III, M.B, Exames Laboratoriais e Diagnósticos em Enfermagem. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

WALLACH, J. Interpretação de exames laboratoriais. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

FERREIRA, A.W. & ÁVILA, S.L.M. Diagnóstico Laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imunes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

ASHWOOD, Edward R.; BURTIS, Carla. BRUNS, David E. Fundamentos de Química Clínica - Tiez. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

NEVES, David Pereira. Parasitologia Humana. 13ª ed. São Paulo: Atheneu, 2016

CUSTOS

Ementa

Fundamentos de custos e métodos de custeio. Custos: conceitos, de finições, tipos e classificação de custos e tipos de custeio. Métodos de custeio aplicados à Farmácia. Sistema de custos e etapas para implantação. Utilização dos custos para a tomada de decisão. Sistemas tradicionais de custos. Custeio baseado em atividades (ABC). Análise do sistema tradicional x baseado em atividades. Modelos e ferramentas de informatização de custeio. Gerência de custos.

Bibliografia Básica

RASCATI, K. L. Introdução à Farmaeconomia. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 280p.

KOTLER, P. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura 2009.

FOLLAND, S.; GOODMAN, A. C.; STANO, M. A Economia da Saúde. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I. Sapiro, A. Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro:Campus. 2009.

OLIVEIRA, D. P. R. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 21ª ed. São Paulo, 2013.

MAUSS, C. V.; SOUZA, M. A. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A organização jurídica da Profissão Farmacêutica. 3. ed. Brasília, 2001.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Legislação Farmacêutica. Belo Horizonte, 2007.

ONCOLOGIA

Ementa

Epidemiologia e origem do cancer. Terapêutica e medidas de suporte ao paciente oncológico. Princípios básicos da fisiopatologia, prevenção e tratamento do cancer. Conceitos de biossegurança relacionados a manipulação da quimioterapia antineoplásica e os riscos ocupacionais. Conceitos acerca da adaptação, desesperança, humanização, equipe multiprofissional, autoimagem, qualidade de vida, perda e morte.

Bibliografia Básica

LOPES, A. et al. Oncologia para Graduação. Ribeirão Preto, SP: Editora Tecmedd, 2005.

SPENCE, R. A. J; JOHNSTON, P. G. Oncologia. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Histórico e tratamento de pacientes com diabetes mellitus. In: Smeltzer SC, Bare BG. Brunner/Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.

Bibliografia Complementar

BRASIL. ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Educação. Organização Luiz Claudio Santos Thuler. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Inca, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. Estimativa/2014. Incidência de Câncer no Brasil. In www.inca.gov.br, publicações, Rio de Janeiro, 2014.

CHABNER, B. A.; LONGO, D. L. Manual de oncologia de Harrison. 2ª ed. – Porto Alegre: AMGH, 2015.

MOHALLEM, A. G. C.; RODRIGUES, A. B. Enfermagem Oncológica. São Paulo: Manole, 2007.

RODRIGUES, A. B.; MARTIN, L. G. R.; MORAES, M. W. Oncologia multiprofissional: bases para assistência. Barueri, São Paulo: Manole, 2016.

OPERAÇÕES UNITÁRIAS PARA A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Ementa

Operações mecânicas e físicas em indústria farmacêutica: tamisação, decantação, centrifugação, filtração, emulsificação, refrigeração, evaporação, secagem, liofilização, destilação, dissolução e extração, esterilização, fluxo laminar, osmose reversa e outros métodos de obtenção de água em indústria farmacêutica. Energia, combustíveis e geração de vapor industrial. Fluxo de produção industrial farmacêutica.

Bibliografia Básica

ALLEN JR., J. L.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ANSEL H. G; POPOVICH, N. G.; ALLEN L. V. Farmacotécnica. Formas Farmacêuticas & Sistemas de Liberação de Fármacos. Editorial Artmed: São Paulo, 8ª ed. 2007

ANSEL and PRINCE. Manual de cálculos farmacêuticos. 2ª ed. Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

FARMACOPÉIA BRASILEIRA. São Paulo: Atheneu, 2010.

TERRON, I. R. Operações unitárias para químicos, farmacêuticos e engenheiros: fundamentos e operações unitárias do escoamento de fluidos - Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ALLEN JR, I. V.; POPO-VICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos – 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

REMINGTON, A.G. A Ciência e a prática da Farmácia. 20ª edição. Guanabara Koogan, 2000.

AULTON, Michael. Delineamento de formas farmacêuticas. Artmed, 2005.

PRIMEIROS SOCORROS E TÉCNICAS DE APLICAÇÃO DE INJETÁVEIS

Ementa

Princípios gerais de primeiros socorros. Medidas de prevenção de acidentes. Ações imediatas e mediatas em situações de emergências. Armazenamento de seringas e agulhas. Preparações, administração e estabilidade de medicamentos injetáveis. Biossegurança na aplicação de medicamentos injetáveis. Técnicas de aplicação: via subcutânea, via intradérmica, via intramuscular, via endovensa.

Bibliografia Básica

BERNARD, J. Primeiros Socorros para Estudantes. São Paulo: Ground, 2007.

BERGERON, J. D. et.al. Primeiros socorros. São Paulo: Atheneu, 2007.

IRWIN, R. S. Manual de Terapia Intensiva. 4 ed. Guanabara Koogan, 2007,

Bibliografia Complementar

BIANCHI, M. V.; CALCAGNOTTO, G. N. Novos desafios no atendimento de urgência. São Paulo: Roca, 2011.

SANTOS, N. C. M. Enfermagem hospitalar: estruturas e condutas para assistência básica -- 1. ed. -- São Paulo: Érica, 2014.

PIRES, M. T. B.; STARLING, S. Manual de urgência em Pronto Socorro. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

JERONIMO, R. A. S. Técnicas de UTI. 2ª ed. São Paulo: Ridel, 2011.

SENAC. Primeiros Socorros – Como agir. São Paulo: Senac, 2007

1.7.4. Oferta dos Componentes Curriculares Optativos

A seguir é apresentado o Regulamento da Oferta dos Componentes Curriculares Optativos.

REGULAMENTO DA OFERTA DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre a oferta dos componentes curriculares optativos do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

Capítulo II – Dos Componentes Curriculares Optativos

Art. 2º. Os componentes curriculares optativos são de livre escolha pelo aluno, dentro de uma lista previamente estipulada pela Faculdade do Futuro, e se voltam à flexibilização da matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia.

Art. 3º. Os componentes curriculares optativos do Curso de Graduação em Farmácia são as relacionadas no quadro a seguir.

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS				
COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA			
	SEMANAL			SEMESTRAL
	Teórica	Prática	Total	
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	02	-	02	40
Homeopatia	02	-	02	40
Biossegurança	02	-	02	40
Análises de Exames Laboratoriais	02	-	02	40
Controle de Qualidade em Análises Clínicas	02	-	02	40
Custos	02	-	02	40
Construção de TCC	02	-	02	40
Operações Unitárias para a Indústria Farmacêutica	02	-	02	40
Oncologia	02	-	02	40
Primeiros Socorros e Técnicas de Aplicação de Injetáveis	02	-	02	40

§1º. A lista de componentes curriculares optativos poderá, à medida que o curso for sendo implantado, ser ampliada ou modificada, tendo sempre por base as necessidades do mercado de trabalho e o perfil profissional que se deseja para o egresso.

§2º. O componente curricular “LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais” será oferecido entre os componentes curriculares optativos do curso, em atendimento ao disposto no §2º do artigo 3º do Decreto nº 5.626/2005, não podendo ser retirada da lista de componentes curriculares optativos oferecidos.

Art. 4º. Os componentes curriculares optativos serão oferecidos na modalidade presencial.

CAPÍTULO III – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 5º. Os alunos do Curso de Graduação em Farmácia devem integralizar, ao total, 80 horas em componentes curriculares optativos.

Parágrafo Único. A carga horária a ser integralizada está distribuída no 9º e 10º semestre do curso.

Art. 6º. No 9º e 10º semestre do Curso de Graduação em Farmácia o aluno deverá matricular-se em 01 (um) dos componentes curriculares optativos que serão oferecidos neste semestre, integralizando 40 horas por semestre.

CAPÍTULO IV – DO PROCESSO DE SELEÇÃO E MATRÍCULA NOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Art. 7º. Para cada semestre do curso, previamente ao início do período de matrícula semestral, o Colegiado de Curso selecionará 02 (dois) componentes curriculares, entre aqueles da lista apresentada no artigo 3º deste Regulamento, a serem disponibilizados para matrícula dos alunos do curso, devendo cada aluno matricular-se em 01 (um) dos componentes curriculares oferecidos.

Art. 8º. O oferecimento do componente curricular optativo está condicionado à matrícula de, no mínimo, 30 (trinta) alunos.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenadoria de Curso, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 10. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia.

1.7.5. Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, que visa proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional. Reserva-se, exclusivamente, para alunos matriculados no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

É concebido para propiciar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

O Estágio Supervisionado, no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro, tem por objetivo desenvolver a atenção farmacêutica, como

prática profissional em que o paciente é o principal beneficiário. A atenção farmacêutica é o conjunto de atitudes, comportamentos, compromissos, valores éticos, funções, conhecimentos, responsabilidades e destreza do Farmacêutico na prestação da farmacoterapia, com objetivo de ter resultados terapêuticos definidos na saúde e na qualidade da vida do paciente.

No Curso de Graduação em Farmácia, o Estágio Supervisionado compreende diferentes etapas, ou seja, abrange desde as atividades de observação até a realização do confronto dos aspectos teóricos pertinentes às diferentes áreas de atuação da Farmácia, verificados em aula com a prática farmacêutica, como a forma de o acadêmico poder responder e solucionar de maneira sistemática o que foi visto na realidade organizacional e social.

Dessa forma, o Estágio Supervisionado possibilita o desenvolvimento da interpretação e da reflexão do que foi observado e não da reprodução do que foi apenas ensinado em aula. Constitui, portanto, um espaço de intervenção técnica e pedagógica na realidade, garantindo oportunidade aos alunos de conhecer e diagnosticar problemas, sugerindo e implementando ações técnicas, gerenciais, sociais e profissionais num todo coerente com as novas perspectivas da profissão.

A estruturação do Estágio Supervisionado, para atender a tal propósito, observadas as determinações da Resolução CNE/CES nº 02/2002, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, e os dispositivos na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, requer um constante planejamento de estudos e atividades que sejam coesas aos conhecimentos acadêmicos que vão sendo adquiridos no decorrer do Curso de Graduação Farmácia.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, o Estágio Supervisionado deve corresponder a carga horária mínima de 20% da carga horária total do curso; e, deve apresentar uma programação previamente definida em razão do processo de formação.

Assim, para o atendimento da formação generalista, a Faculdade do Futuro estabeleceu diferentes etapas em complexidade crescente ao longo do curso. A abrangência de cada etapa de estágio é decorrente da progressão horizontal e vertical da estrutura curricular.

Os estágios como atividades curriculares são desenvolvidos em empresa ou instituição idônea, a critério da Coordenadoria de Curso, e levados a efeito a partir do 3º semestre do curso.

A seguir é apresentada a distribuição do Estágio Supervisionado no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

ESTÁGIOS SUPERVISIONADO					
SEMESTRE	ESTÁGIO	CARGA HORÁRIA			
		SEMANAL			SEMESTRAL
		Teórica	Prática	Total	
3º	Dispensação – Drogarias e Farmácias Comunitárias	-	02	02	40
4º	Prescrição Farmacêutica	-	02	02	40
5º	Estratégias de Saúde da Família e Farmácia Clínica	-	03	03	60
6º	Saúde Pública e Relações Interdisciplinares	-	03	03	60
7º	Farmácia Magistral	-	03	03	60
8º	Farmácia Hospitalar	-	03	03	60
9º	Análises Clínicas – Públicos Privados e Hospitalares	-	11	11	200
10º	Estágios de Especialidades	-	14	14	280
Carga Horária Total					800

São oportunizadas condições para que o aluno, o mais cedo possível, entre em contato com a realidade profissional, pela observação ou pelo desenvolvimento de atividades em grau crescente de complexidade e que, por força da realidade, é gradativamente desafiado a compreender a prática profissional e a lidar com suas múltiplas dimensões; a posicionar-se como profissional; a confrontar criticamente o que é ensinado com o que é praticado, seja do ponto de vista técnico-científico, seja em termos éticos, induzindo mudanças no ensino e na própria prática.

A carga horária total dos estágios perfaz 800 horas de 60 minutos (hora relógio) de Estágio Supervisionado, o que corresponde a 20% da carga horária total do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

A seleção dos locais de estágio é feita através de contato do supervisor de estágio com os locais de estágio (farmácias, drogarias, clínicas, hospitais, laboratórios de análises clínicas). Não é aceito estágio de alunos no seu próprio local de trabalho. Casos excepcionais são analisados pela supervisão de estágio e Coordenadoria de Curso.

Não é aconselhável a mudança do local de campo de estágio. Casos especiais devem ser tratados e resolvidos em conjunto pela Coordenadoria de Curso e supervisão de estágio.

O aluno candidato a estágio pode propor um local campo de estágio que, após avaliação criteriosa da supervisão de estágio, é ou não aprovado. Condição

imprescindível é a de que, no local campo de estágio, haja um Farmacêutico em tempo integral.

A seguir é apresentado o Regulamento do Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre o Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Farmácia na Faculdade do Futuro.

CAPÍTULO II – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 2º. O Estágio Supervisionado é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Art. 3º. É concebido para propiciar ao aluno a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação.

Art. 4º. São objetivos do Estágio Supervisionado:

I – oportunizar o desenvolvimento de competências e o exercício das aptidões necessárias para o desempenho profissional;

II – possibilitar ao aluno vivência real e prática das atividades profissionais, complementando seus conhecimentos;

III – assegurar formação prática que permita ao aluno apreender processos teórico-críticos e operativo-instrumentais para a formulação de proposições e a mobilização de estratégias para o seu desempenho profissional.

CAPÍTULO III – DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 5º. O Estágio Supervisionado pode ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente conveniadas com a Faculdade do Futuro e que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação profissional do aluno.

Art. 6º. Os documentos presentes na formalização do estágio são:

I – Plano de estágio elaborado pela Coordenação de Estágio contendo as ementas, objetivos a serem alcançados pelo estagiário, forma de realização do estágio, cronograma de execução de acordo com o número de vagas oferecidas, carga horária do estágio, formas de acompanhamento e de avaliação;

II – Termo de compromisso firmado entre o estagiário ou seu representante legal, quando relativamente incapaz, o representante legal da Faculdade do Futuro e o representante legal da parte concedente, contendo as qualificações e

dados das partes, com datas e assinaturas caracterização da concedente e seu ambiente e o número da apólice de seguro em favor do acadêmico;

III – Pasta contendo as apólices de seguro dos estagiários com valores compatíveis com a atividade de estágio.

Art. 7º. O plano de estágio elaborado pelo Coordenador de Estágio deve conter os seguintes itens: as ementas, os objetivos a serem alcançados pelo estagiário, a forma de realização do estágio, o cronograma de execução de acordo com o número de vagas oferecidas, a carga horária do estágio e as formas de acompanhamento e de avaliação.

Art. 8º. A supervisão, o acompanhamento e a avaliação do estágio são de competência dos Supervisores de Estágio que avaliam o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas.

Art. 9º. Ao final de cada período de estágio, o estagiário deve entregar um relatório de todas as atividades de acordo com as normas estabelecidas pelo Supervisor de Estágios.

CAPÍTULO IV – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 10. O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária mínima determinada na matriz curricular do curso em que está matriculado.

CAPÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 11. A organização das atividades de Estágio Supervisionado conta com equipe composta pelo Coordenador de Estágio, pelos Supervisores de Estágio e pelos profissionais Supervisores indicados pela Instituição concedente.

Art. 12. O Coordenador de Estágio de cada curso é indicado pela Diretoria da Faculdade do Futuro, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 13. São atribuições do Coordenador de Estágio:

I – coordenar, acompanhar e orientar o desenvolvimento das atividades do Estágio Supervisionado;

II – efetuar visitas ao campo de estágio para constatar *in loco* a atividade que está sendo desempenhada pelo estagiário;

III- manter contato com a instituição concedente;

IV – coordenar e acompanhar as atividades realizadas pelos Supervisores de Estágio e profissionais Supervisores;

V – apresentar ao Colegiado de Curso, semestralmente, relatório do trabalho desenvolvido como Coordenador de Estágio;

VI – tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

Art. 14. São atribuições dos Supervisores de estágio:

I – orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos, durante a realização do Estágio Supervisionado;

II – programar e divulgar junto aos alunos as atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários;

III – acompanhar o processo de avaliação das atividades do Estágio Supervisionado;

IV – indicar bibliografia e outras fontes de consulta;

V – avaliar o desempenho do estagiário, conforme os critérios estabelecidos;

VI – desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

Art. 15. São atribuições do profissional Supervisor:

I - Orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente

II – enviar à Instituição de Ensino, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Art. 15. Compete ao estagiário:

I – elaborar o plano de estágio para início das atividades;

II – realizar as atividades programadas;

III – cumprir a carga horária e o horário estabelecido para o estágio;

IV – executar com zelo todas as atividades que lhe forem atribuídas e guardar sigilo profissional de todos os assuntos pertinentes ao campo de estágio;

V – manter um comportamento ético na realização das tarefas previstas para o estágio;

VI – apresentar ao Supervisor de estágio relatórios parciais e final, de acordo com o cronograma de atividades de estágio.

CAPÍTULO VI – DA AVALIAÇÃO

Art. 16. A avaliação do desempenho do estagiário é feita pelo Supervisor de Estágio, indicado pela Instituição de ensino, de forma contínua e sistemática, por aluno, durante o desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

Art. 17. O Supervisor de Estágio na avaliação do desempenho do estagiário leva em consideração:

I – coerência e aplicabilidade do plano de estágio;

II – pontualidade e assiduidade do aluno em seus compromissos, tanto com a concedente, como com a Faculdade do Futuro;

III – coerência e consistência dos relatórios parciais;

IV – avaliação da concedente, através do relatório firmado pelo profissional Supervisor

V – relatório final, apresentado conforme as normas da ABNT.

Art. 18. É considerado aprovado o estagiário que tenha frequência de 75% nas atividades de Estágio obrigatório e nota igual ou superior a 60,0 (sessenta) na avaliação com base nos critérios estabelecidos no artigo 17 do Regulamento do Estágio Supervisionado.

Parágrafo Único. No caso de reprovação, por qualquer motivo, o aluno deve renovar sua matrícula na atividade de Estágio Supervisionado para o período letivo seguinte.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenadoria de Curso, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 20. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

1.7.6. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro que tem por objetivos estimular a produção de conhecimento nas áreas específicas do curso e propiciar aos discentes a participação em situações reais ou simuladas de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas.

O TCC deve ser um mecanismo, em todas as suas variantes, de articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão além de permitir o estabelecimento de um elo de ligação entre a Faculdade do Futuro, a comunidade e o estudante para complementar a sua formação, no que tange ao desempenho de sua futura atividade profissional.

O Trabalho de Conclusão de Curso consiste de um estudo a ser realizado a partir de um projeto inicial, podendo envolver pesquisa experimental,

bibliográfica e/ou de campo, cuja apresentação final deve ser em forma de artigo científico. O TCC é obrigatório para a conclusão do curso e é permitido ter até três autores, sendo dois alunos e o professor orientador.

O TCC do Curso de Graduação em Farmácia é realizado no formato de artigo científico, como forma de incentivar os alunos e os professores a publicarem seus trabalhos em revistas científicas e periódicos da área.

A seguir é apresentado o Regulamento Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento tem por finalidade regulamentar as atividades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

Art. 2º. O TCC consiste de um estudo a ser realizado a partir de um projeto inicial, podendo envolver pesquisa experimental, bibliográfica e/ou de campo, cuja apresentação final deverá ser em forma de artigo científico.

Art. 3º. O TCC é obrigatório para a conclusão do curso e é permitido ter até três autores, sendo dois alunos e o professor orientador.

Art. 4º. Os objetivos do TCC são os de estimular a produção de conhecimento nas áreas específicas do curso e propiciar aos discentes a participação em situações reais ou simuladas de vida e trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como a análise crítica das mesmas.

Art. 5º. O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser um mecanismo, em todas as suas variantes, de articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão além de permitir o estabelecimento de um elo de ligação entre a Faculdade do Futuro, a comunidade e o estudante para complementar a sua formação, no que tange ao desempenho de sua futura atividade profissional.

CAPÍTULO II – DO COORDENADOR DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6º. O coordenador de TCC será o professor responsável e com carga horária constante nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Art. 7º. Ao coordenador de TCC compete:

I – cumprir e fazer cumprir, no que lhe compete, este Regulamento;

II – divulgar as disposições deste Regulamento e das normas que o complementam, esclarecendo o corpo docente e o discente sobre a forma de sua execução;

-
- III – elaborar calendário das atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma de apresentação dos mesmos;
- IV – atender os orientadores no que se refere às atividades relacionadas ao TCC;
- V – elaborar e encaminhar aos professores orientadores formulário de registro de presença e das atividades de acompanhamento dos orientados (ANEXO II);
- VI – convocar, sempre que necessário, reunião com os professores orientadores e/ou com os acadêmicos;
- VII – realizar periodicamente consulta aos professores sobre disponibilidade para orientação e temáticas que se propõe a orientar;
- VIII – encaminhar os acadêmicos aos respectivos orientadores de acordo com as temáticas dos alunos e áreas de conhecimento dos docentes;
- IX – manter arquivo atualizado com os projetos de TCC em andamento e concluídos;
- X – supervisionar o encaminhamento à biblioteca de cópias dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados;
- XI – agendar a apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso e os seminários, providenciando local e equipamentos necessários, segundo a disponibilidade da Instituição;
- XII – registrar em livro de chamada as notas atribuídas aos acadêmicos;
- XIII – tomar medidas necessárias para o cumprimento deste Regulamento.

CAPÍTULO III – DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 8º. O TCC é desenvolvido sob orientação de um professor com titulação mínima de especialista.

Art. 9º. Todos os professores que integram a matriz curricular do curso poderão atuar como orientadores, co-orientadores e colaboradores.

Art. 10. Professores de outros cursos da Faculdade do Futuro ou outros profissionais poderão atuar como co-orientadores ou colaboradores.

Art. 11. Os professores orientadores deverão orientar no máximo 05 (cinco) TCC.

Art. 12. Os encargos dos orientadores serão decididos valendo-se do número de trabalhos orientados e titulação.

Art. 13. Os docentes do curso poderão manifestar, ao coordenador do TCC no final do ano letivo que antecede ao da orientação, sua disponibilidade quanto ao número de trabalhos que poderão orientar e temáticas de sua área de atuação e/ou de seu interesse para orientação.

Parágrafo Único. O professor orientador deverá encaminhar ao Coordenador de TCC a Carta de Aceite de Orientação, conforme modelo do ANEXO I.

Art. 14. A substituição do orientador, durante o processo de elaboração do TCC, só será permitida quando outro docente assumir sua orientação, mediante aprovação do coordenador de TCC e do Coordenador de Curso.

Art. 15. Em casos que envolverem problema de qualquer natureza entre acadêmico e orientador, caberá ao coordenador de TCC a solução, podendo, se entender necessário, submeter o caso ao Coordenador de Curso.

Art. 16. O professor orientador tem, sem exclusão de outros inerentes à sua atividade, os seguintes deveres específicos:

I – orientar os discentes quanto à metodologia, etapas, conteúdo e formatação dos projetos;

II – cumprir prazos de correção e devolução do material aos estudantes, respeitando o limite de 02 (duas) semanas;

III – frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de TCC;

IV – destinar a cada trabalho orientado, o mínimo de 01 (uma) hora/aula semanal, com cronograma previamente estabelecido para o total do período, sem prejuízo das aulas normais do curso;

V – entregar ao final da orientação e sempre que solicitado ao coordenador de TCC, relatório da orientação dos acadêmicos, conforme formulário próprio (ANEXO I);

VI – participar da apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos que orientou;

VII – determinar os membros que comporão a banca avaliadora ao Coordenador de TCC e a provável data da defesa e encaminhar sua decisão através do Parecer Favorável/ Desfavorável a Defesa (ANEXO III) à coordenação de TCC em um prazo de antecedência mínimo de 15 dias úteis da data prevista para defesa do TCC;

VIII – presidir os trabalhos da banca de avaliação final e elaborar ata de apresentação de TCC;

IX – cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

X – providenciar a submissão, junto a seu orientando, do TCC para publicação em revista científica.

Art. 17. A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente do acadêmico, o que não exime o professor orientador de desempenhar

adequadamente, dentro das normas deste Regulamento, as atribuições decorrentes de sua atividade de orientador.

CAPÍTULO IV – DOS ACADÊMICOS EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 18. Considerar-se-á acadêmico em fase de realização do TCC aquele que estiver regularmente matriculado nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Art. 19. O acadêmico em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres:

- I – observar este Regulamento,
- II – participar das reuniões convocadas pelo coordenador de TCC e pelo seu professor orientador;
- III – cumprir o cronograma preestabelecido com o seu professor orientador
- IV – elaborar a versão final de seu TCC, de acordo com este Regulamento, bem como segundo as instruções de seu orientador;
- V – cumprir o calendário divulgado pelo coordenador de TCC para entrega de projetos, versão final do TCC e apresentação do mesmo;
- VI – entregar ao professor orientador 03 (três) cópias de seu TCC;
- VII – comparecer no dia e hora determinado pelo coordenador de TCC para apresentar seu trabalho à banca;
- VIII- adotar em todas as situações uma postura ética, responsável e profissional;
- IX – providenciar a submissão, junto a seu orientador, do TCC para publicação em revista científica;
- X – cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

CAPÍTULO V – DO PROJETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 20. Antes de iniciar o TCC o acadêmico deverá eleger a área sobre a qual versará o trabalho que pretende desenvolver dentro dos termos sugeridos pelo orientador.

Parágrafo Único. Cabe ao professor orientador aprovar, rejeitar ou determinar alterações no projeto do TCC.

Art. 21. A estrutura do projeto de TCC compõe-se no mínimo de:

- I – introdução (assunto, tema, problema, pressupostos teóricos);

II – justificativa;

III – objetivos;

IV – metodologia;

V – referências bibliográficas;

VI – cronograma,

Parágrafo Único. O projeto de TCC deverá ter no mínimo 02 (duas) e no máximo 05 (cinco) folhas e deverá seguir as regras da ABNT.

Art. 22. Uma vez aprovado o projeto de TCC, a mudança do tema só será permitida com a elaboração de um novo projeto, mediante o preenchimento dos seguintes requisitos:

I – aprovação expressa do professor orientador;

II – concordância expressa de outro professor em realizar a orientação, caso a mudança não seja aceita pelo orientador do primeiro tema;

III – aprovação do coordenador de TCC.

Parágrafo Único. Mudanças pequenas, que não comprometem as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, sob a responsabilidade do professor orientador.

Art. 23. Se o projeto de TCC se propõe a uma pesquisa envolvendo seres humanos, o mesmo deverá ser encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Art. 24. O parecer do Comitê de Ética em Pesquisa deverá estar anexado a versão final do TCC.

CAPÍTULO VI – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 25. O TCC deve ser elaborado considerando-se sua estrutura de artigo, o qual deve conter as regras estabelecidas pela revista científica escolhida para publicação.

Art. 26. O TCC deverá apresentar no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas nos artigos 4º e 5º deste Regulamento e a vinculação direta do tema com um dos ramos do conhecimento específico do Curso de Graduação em Farmácia.

CAPÍTULO VII – DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 27. A apresentação do TCC será organizada pelo coordenador de TCC.

Art. 28. Na apresentação oral, o acadêmico terá 30 (trinta) minutos para fazer sua exposição e 30 (trinta) minutos para arguição, sugestões e comentários.

Art. 29. O TCC será avaliado por uma banca, composta pelo orientador do trabalho e por mais 02 (dois) docentes ou profissionais de reconhecido saber na área.

Parágrafo Único. A nota final do aluno será dada mediante avaliação tanto do texto escrito como da apresentação oral.

Art. 30. O acadêmico que não entregar o TCC ou não comparecer para a sua apresentação sem justificativa na forma da legislação vigente, será considerado reprovado.

§1º. O aluno será considerado reprovado quando obtiver nota inferior a 60,0 (sessenta).

§2º. O aluno deverá fazer as correções solicitadas pela banca e entregar o TCC corrigido, sendo 01 (uma) via impressa, pessoalmente, ao coordenador de TCC no prazo de 20 (vinte) dias úteis; e somente após essa entrega, a nota da banca será disponibilizada à Secretaria. O docente encaminhará o aluno à Biblioteca para a confecção da ficha catalográfica antes da impressão final.

Art. 31. A nota final do aluno na banca de avaliação final será a soma das notas atribuídas (de zero a cem) por cada membro da banca.

Art. 32. Em caso de reprovação, o aluno poderá refazer seu TCC ou realizar um novo projeto tendo que defender em um período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 01 (um) ano.

Art. 33. A aprovação final do aluno nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II é pré-requisito para a colação de grau.

Art. 34. As sessões de apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas e serão anunciadas na faculdade e *homepage* da Faculdade do Futuro a título de convite aos docentes e discentes.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela coordenador de TCC, com *ad referendum* do Coordenador de Curso.

Art. 36. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

1.7.7. Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e complementadores do perfil do formando, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de

interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

São concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso de Graduação em Farmácia.

De acordo com o artigo 4º do Regulamento das Atividades Complementares, entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares do Curso de Graduação em Farmácia, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do aluno.

Deve-se levar em conta a conexão material mínima da atividade com o Curso de Graduação em Farmácia, em uma perspectiva interdisciplinar, e analisar sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

Consideram-se Atividades Complementares aquelas promovidas pela Faculdade do Futuro, ou por qualquer outra instituição, classificadas nas seguintes modalidades:

- I – GRUPO 1: Atividades vinculadas ao ENSINO;
- II – GRUPO 2: Atividades vinculadas à INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;
- III – GRUPO 3: Atividades vinculadas à EXTENSÃO;
- IV – GRUPO 4: OUTRAS.

São consideradas atividades vinculadas ao ENSINO, no GRUPO 1, as seguintes:

- I – a aprovação em disciplinas não incluídas na matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia, desde que contribuam para o aprimoramento e atualização na área de formação do aluno;
- II – o exercício efetivo de monitoria na Faculdade do Futuro, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do professor responsável;
- III – o efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado realizou o estágio.

É considerada atividade vinculada à INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, no GRUPO 2, o conjunto de ações sistematizadas e coordenadas por um professor orientador, voltadas para a investigação de tema relevante para a formação profissional. As atividades desenvolvidas em grupos de estudos e vinculadas a grupo de pesquisa cadastrado na Instituição podem ser computadas como Atividades Complementares de INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.

São consideradas atividades vinculadas à EXTENSÃO, no GRUPO 3, as desenvolvidas em cursos de extensão, congressos, seminários, simpósios, conferências, palestras, oficinas, semanas acadêmicas, gincanas culturais ou outras similares.

São consideradas atividades vinculadas ao GRUPO 4 (OUTRAS) atividades realizadas pelo discente como a participação efetiva em programas ou projetos de serviço comunitário e ou de promoção social, patrocinados, promovidos pela IES ou o exercício de cargo de representação estudantil em entidade nacional ou estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e, ainda, nos órgãos colegiados da Faculdade do Futuro, e nas representações de turma, computado apenas o período em que estiver efetivamente matriculado no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária definida na matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia.

As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino do Curso de Graduação em Farmácia, que são prioritárias.

As Atividades Complementares são planejadas conjuntamente pelo NDE, pela Coordenadoria do Curso de Graduação em Farmácia, professores e alunos, semestre a semestre, e podem ser cumpridas, de acordo com os interesses dos alunos e suas vocações, dentro da própria Instituição, ou fora dela.

Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observando o rol de possibilidades admitidas pela Faculdade do Futuro. Para efeitos de contabilização, nenhuma atividade poderá ultrapassar 30% do total da carga horária de Atividades Complementares, exceto para as disciplinas optativas e eletivas, as quais poderão ser contabilizadas até o máximo de 60% do total da carga horária de Atividades Complementares.

A programação das Atividades Complementares está sujeita a validação do NDE e da Coordenadoria de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do Curso de Graduação em Farmácia, expressos no Projeto Pedagógico de Curso.

A validação das Atividades Complementares deve ser requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares. São consideradas válidas, independente de justificativa do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela Faculdade do Futuro, ou por ela referendadas. O processo de requerimento, comprovação e validação das Atividades Complementares fica registrado na Coordenadoria de Curso.

O acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos é exercido pela Coordenadoria de Curso, competindo-lhe:

- I – cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento;
- II – cooperar com a Coordenadoria de Curso na elaboração do Programa de Atividades Complementares, dando-lhe ampla publicidade para os alunos;
- III – acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento como Atividades Complementares;
- IV – apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de eventos externos como Atividades Complementares.
- V – apresentar à Coordenadoria de Curso, relatório semestral detalhando as Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos e validadas, acompanhado dos documentos comprovantes da sua realização, com a indicação das cargas horárias e da frequência registrada de cada um dos alunos.

Compete à Coordenadoria de Curso a elaboração do Programa de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais, devendo o mesmo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada semestre letivo.

Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela Faculdade do Futuro, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

A seguir é apresentado o Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre as Atividades Complementares do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

CAPÍTULO II – DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 2º. As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e complementadores do perfil do formando, que possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais,

opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 3º. As Atividades Complementares são concebidas para propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento às demais atividades do currículo, uma parte de sua trajetória de forma autônoma e particular, com conteúdos diversos que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso de Graduação em Farmácia.

Art. 4º. Entende-se como Atividade Complementar toda e qualquer atividade, não compreendida nas atividades previstas no desenvolvimento regular dos componentes curriculares do Curso de Graduação em Farmácia, desde que adequada à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do aluno.

Parágrafo Único. Deve-se levar em conta a conexão material mínima da atividade com o Curso de Graduação em Farmácia, em uma perspectiva interdisciplinar, e analisar sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem.

CAPÍTULO III – DAS MODALIDADES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 5º. Consideram-se Atividades Complementares aquelas promovidas pela Faculdade do Futuro, ou por qualquer outra instituição, classificadas nas seguintes modalidades:

I – GRUPO 1: Atividades vinculadas ao ENSINO;

II – GRUPO 2: Atividades vinculadas à INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA;

III – GRUPO 3: Atividades vinculadas à EXTENSÃO;

IV – GRUPO 4: OUTRAS.

Parágrafo único: As Atividades Complementares, bem como o número de horas computadas, estão listadas e enumeradas no ANEXO I deste Regulamento.

Art. 6º. São consideradas atividades vinculadas ao ENSINO, no GRUPO 1, as seguintes:

I – a aprovação em disciplinas não incluídas na matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia, desde que contribuam para o aprimoramento e atualização na área de formação do aluno;

II – o exercício efetivo de monitoria na Faculdade do Futuro, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do professor responsável;

III – o efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado realizou o estágio.

Art. 7º. É considerada atividade vinculada à INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, no GRUPO 2, o conjunto de ações sistematizadas e coordenadas por um professor orientador, voltadas para a investigação de tema relevante para a formação profissional.

Parágrafo Único. As atividades desenvolvidas em grupos de estudos e vinculadas a grupo de pesquisa cadastrado na Instituição podem ser computadas como Atividades Complementares de INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.

Art. 8º. São consideradas atividades vinculadas à EXTENSÃO, no GRUPO 3, as desenvolvidas em cursos de extensão, congressos, seminários, simpósios, conferências, palestras, oficinas, semanas acadêmicas, gincanas culturais ou outras similares.

Art. 9º. São consideradas atividades vinculadas ao GRUPO 4 (OUTRAS) atividades realizadas pelo discente como a participação efetiva em programas ou projetos de serviço comunitário e ou de promoção social, patrocinados, promovidos pela IES ou o exercício de cargo de representação estudantil em entidade nacional ou estadual, na diretoria do Diretório Acadêmico e, ainda, nos órgãos colegiados da Faculdade do Futuro, e nas representações de turma, computado apenas o período em que estiver efetivamente matriculado no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

CAPÍTULO IV – DA CARGA HORÁRIA A SER INTEGRALIZADA

Art. 10. O aluno deve desenvolver durante o ciclo acadêmico uma programação que totalize a carga horária definida na matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia.

Art. 11. As Atividades Complementares podem ser desenvolvidas em qualquer semestre ou período letivo, inclusive no período de férias escolares, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer das atividades de ensino do Curso de Graduação em Farmácia, que são prioritárias.

Art. 12. As Atividades Complementares devem ser planejadas conjuntamente pela Coordenadoria do Curso de Graduação em Farmácia, professores e alunos, semestre a semestre, e podem ser cumpridas, de acordo com os interesses dos alunos e suas vocações, dentro da própria Instituição, ou fora dela.

Art. 13. Para assegurar seu caráter autônomo e flexível, as Atividades Complementares devem ser livremente escolhidas pelo aluno, observando o rol de possibilidades admitidas pela Faculdade do Futuro.

Parágrafo Único. Para efeitos de contabilização, nenhuma atividade poderá ultrapassar 30% do total da carga horária de Atividades Complementares, exceto para as disciplinas optativas e eletivas, as quais poderão ser contabilizadas até o máximo de 60% do total da carga horária de Atividades Complementares.

CAPÍTULO V – DO ACOMPANHAMENTO

Art. 14. A programação das Atividades Complementares estará sujeita a validação da Coordenadoria de Curso, mediante exame de sua compatibilidade com os objetivos do Curso de Graduação em Farmácia, expressos no Projeto Pedagógico de Curso.

§1º. A validação das Atividades Complementares será requerida pelo aluno, instruindo o pedido com a comprovação de frequência, comparecimento ou participação nos eventos extracurriculares.

§2º. Serão consideradas válidas, independente de justificção do aluno ou de exame de compatibilidade, as Atividades Complementares oferecidas pela Faculdade do Futuro, ou por ela referendadas.

§3º. O processo de requerimento, comprovação e validação das Atividades Complementares ficará registrado na Coordenadoria de Curso.

§4º. O discente deverá preencher o formulário fornecido pela Coordenação de Curso (ANEXO II) e anexá-lo à comprovação documental própria (originais e cópias).

Art. 15. O acompanhamento das Atividades Complementares desenvolvidas pelos alunos será exercido pela Coordenadoria de Curso, competindo-lhe:

I – cumprir e fazer cumprir as normas constantes neste Regulamento;

II – cooperar na elaboração do Programa de Atividades Complementares, dando-lhe ampla publicidade para os alunos;

III – acompanhar e controlar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela Instituição, que visem o aproveitamento como Atividades Complementares;

IV – apreciar e decidir a respeito da validade de documentos apresentados pelos alunos, que objetivem aproveitamento de eventos externos como Atividades Complementares.

Art. 16. Compete à Coordenadoria de Curso a elaboração do Programa de Atividades Complementares, incluindo o elenco de atividades institucionais, devendo o mesmo ser publicado e distribuído aos alunos no início de cada semestre letivo.

Art. 17. Independentemente de participar de eventos que forem promovidos ou oferecidos pela Faculdade do Futuro, compete ao aluno desenvolver esforços para buscar na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade, que por sua natureza possam vir a ser aproveitados com vistas à integralização de Atividades Complementares.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Coordenadoria de Curso, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 19. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

ANEXO I – VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

II – o exercício efetivo de monitoria na Faculdade do Futuro, com formalização institucional e exigência de parecer final favorável do professor responsável;

III – o efetivo exercício de estágio extracurricular em entidade pública ou privada, como processo de complementação da formação do aluno, e mediante comprovação fornecida pela instituição em que o interessado realizou o estágio.

GRUPO	ATIVIDADE	HORAS
ENSINO	Disciplinas eletivas e optativas	CH das disciplinas (até o máximo de 140hs totais)
	Cursos de idiomas	40h por curso
	Monitoria	20h/ monitoria/ semestre
	Estágios extracurriculares	CH dos estágios (até o máximo de 84hs totais)
	Participação em órgãos de representação estudantil	15h/ representação/ mandato
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	Atuação em projetos de pesquisa e de iniciação científica	30h a cada 6 meses de projeto
	Trabalhos científicos – resumos em anais de congressos regionais e nacionais	10h por resumo
	Trabalhos científicos – resumos em anais de congressos internacionais	20h por resumo
	Trabalhos científicos – artigos em revista Qualis A ou B	45h por artigo
	Trabalhos científicos – artigos em revista Qualis C	25h por artigo
EXTENSÃO	Participação em cursos e minicursos – participante	CH do curso
	Participação em cursos e minicursos – ministrante	CH do curso
	Participação em programas de extensão: projetos sociais do curso	CH da atividade
	Eventos: seminários, conferência e outras atividades afins (como participante)	Até 2h/atividade
	Eventos: seminários, conferência e outras atividades afins (como ministrante)	Até 3h/atividade
	Eventos: congressos e simpósios – regionais e nacionais	30h por evento
	Eventos: congressos e simpósios – internacionais	40h por evento
	Comparecimento comprovado a defesas de TCC, mestrado e/ou doutorado	2h por defesa
	Organização de eventos em comissão de atividades afins	Até 10h
OUTROS	De acordo com o parecer do Coordenador de Curso	

ANEXO II – FICHA DE SOLICITAÇÃO DE APROVEITAMENTO DE HORAS EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES



FACULDADE DO FUTURO

Recredenciada pela Portaria nº 1.266, de 18/10/2012, publicada no D.O.U. de 19/10/2012.

**FICHA DE SOLICITAÇÃO DE APROVEITAMENTO DE HORAS
EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES**À PROFESSORA DRA. LIDIANE MEIRE KOHLER
COORDENADORA DO CURSO DE FARMÁCIA.Eu, _____,
nome do (a) aluno (a)

Solicito a inclusão das atividades abaixo relacionadas como Atividade complementar no meu Histórico Escolar, conforme comprovação em anexo.

GRUPO DE ATIVIDADES: ENSINO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EXTENSÃO OUTROS**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:**

Nestes termos, peço deferimento,

Manhuaçu, ____ de _____ de _____

ASSINATURA DO (A) ALUNO (A)**PARECER DA COORDENAÇÃO DO CURSO** INDEFERIDO DEFERIDO _____ HORAS EM ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OBSERVAÇÃO: _____

ASSINATURA DA COORDENADORA

PROTOCOLO DO(S) DOCUMENTO(S) ENTREGUE(S) À SECRETARIA

Recebi de _____, a cópia do(s) Certificado(s) de Curso(s) de Extensão e o Histórico Escolar, contendo o total de _____ folha(s), enumerada(s) e rubricada(s) pela Secretaria.
Manhuaçu, ____ de _____ de ____

ASSINATURA SECRETARIA DA IES

ASSINATURA DO (A) ALUNO (A)

1.8. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A metodologia está de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia, atende ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente. Coaduna-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área.

A necessidade de constante atualização decorrente das rápidas transformações que se processam na sociedade e no mercado de trabalho, exige a adoção de um novo paradigma pedagógico, no qual a atenção se desloca do ensino para o processo de aprendizagem para a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.

A prática pedagógica orientadora desse paradigma pauta-se na valorização das experiências pessoais do aluno, sejam elas acadêmicas ou de vida.

Nesse sentido, a aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais.

Para atender a este referencial, o modelo pedagógico adotado no Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos de sua própria aprendizagem, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas para a construção de competências vinculadas ao raciocínio e a reflexão analítico-crítica. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação ativa do aluno no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a construção do seu próprio conhecimento.

A pedagogia da interação busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta,

serão impostas pela prática profissional. Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do aluno e fornece ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

A partir de questões problematizadoras consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do aluno, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão. Os alunos são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a auto-avaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

Assim, a Faculdade do Futuro busca incentivar atividades desafiadoras que acionem seus esquemas cognitivos e possibilitem ao aluno observar, descrever, relatar, dialogar, ler, escrever, comparar, identificar, analisar, sintetizar, deduzir, julgar, avaliar, propor e comparar hipóteses, buscando atender as necessidades específicas dos grupos, de forma democrática, participativa, de debate e diálogo.

No dia-a-dia da prática pedagógica da Faculdade do Futuro são desenvolvidas metodologias ativas de aprendizagem, como Peer Instruction, Aprendizagem Baseada em Problema (PBL), sala de aula invertida, salas interativas como o Socrative, aulas expositivas dialogadas, voltadas para o desenvolvimento dos objetivos constantes nos currículos dos cursos, combinadas com outras dinâmicas de trabalho como debates, discussões em pequenos grupos, seminários, visitas a instituições, trabalhos de campo, apresentações de vídeos, dentre outras possibilidades práticas.

1.9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino- aprendizagem permitem a execução do PPC, garantem a acessibilidade digital e comunicacional, promovem a interatividade entre docentes e discentes. Além disso, asseguram o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitam experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

A rede de sistemas de informação e comunicação funciona em nível acadêmico e administrativo, objetivando o pleno desenvolvimento institucional, proporcionando a todos integrantes do sistema a dinamização do tempo, bem como permite o processo de ensino-aprendizagem.

A Faculdade do Futuro, por meio de sua rede de microcomputadores interna, comunica com a comunidade acadêmica (alunos, professores e colaboradores) por meio de seus portais, com plataforma e software específicos para o desenvolvimento das atividades, objetivando o acesso eletrônico aos dados acadêmicos e administrativos, por quem se fizer necessário.

Além disto, a Faculdade do Futuro conta com laboratórios de informática para utilização durante as aulas dos componentes curriculares do curso, visando o apoio ao desenvolvimento das metodologias utilizadas tanto pelos componentes teóricos quanto os práticos, por meio da disponibilização e uso dos softwares e hardware especificados nos planos de aulas, quando solicitados. Os estudantes podem usar os laboratórios em horários de estudo individuais ou em grupo, favorecendo o aprofundamento, a pesquisa e a autonomia dos que optarem em estudar na Instituição.

As salas de aula contam com suporte de equipamento, como: projetores, TV e microcomputadores e a Faculdade do Futuro possui rede wireless para uso dos que a frequentam, favorecendo, assim, a comunicação e o acesso à informação. Destaca-se, ainda, o uso das TICs como mola propulsora do ensino aprendido e a participação autônoma dos alunos com deficiência, mobilidade reduzida e necessidades educacionais.

A gestão administrativa e acadêmica conta também com sistema de telefonia (ramais) e rede de microcomputadores em todas as salas, o informativo interno em intranet, relatórios de não conformidades, sugestões, ouvidorias, relatórios de autoavaliação, reuniões pedagógicas com o corpo docente, relatórios estatísticos mensais dos setores, dentre outros instrumentos.

A comunicação externa acontece periodicamente por meio de seminários, jornadas temáticas, mídias sociais, outdoors, folders, jornais, revistas, emissoras de rádio e TV da região, cursos de extensão e práticas de ações sociais através de atividades que envolvem a comunidade devido ao atendimento que é feito pelos acadêmicos dos diversos cursos da IES, divulgação, em toda a região, dos processos seletivos, de pós-graduações, e quaisquer outros eventos.

Quanto à questão de acessibilidade atitudinal, pedagógica e de comunicação, a Faculdade do Futuro possui instalado em seus microcomputadores (laboratórios de informática e biblioteca) softwares livres para facilitar o acadêmico com as suas atividades: Braille virtual, Dosvox, NVDA, atendendo, assim, questões ligadas a deficiência visual, motora, com síndrome de down e dificuldade de comunicação.

1.10. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. Resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com

mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

O sistema de avaliação do desempenho acadêmico é constituído por:

- AD – Avaliação Diversificada. Este processo é composto por exercícios procedimentais, organização de dados e informações, apresentações orais ou escritas, provas, estudos comparados, reflexões e sínteses das leituras. Tais instrumentos de avaliação são aplicados pelo professor ao longo do semestre com a finalidade de compor a nota semestral, ficando ao seu critério as datas de aplicação dessas avaliações. Estes instrumentos visam à assimilação e aplicação dos conceitos básicos para o desenvolvimento das competências indicadas nos planos de ensino de cada disciplina, conjunto de disciplinas ou série. O professor divulga aos alunos no início de cada semestre os instrumentos e critério de composição da nota da Avaliação Diversificada.
- AC – Avaliação Conceitual. Este instrumento tem como objetivo avaliar os conceitos básicos apresentados nos planos de disciplinas e é aplicado ao aluno individualmente, podendo ser interdisciplinar. Esta prova é aplicada dentro do horário normal da aula da disciplina, em data divulgada em calendário da Instituição.
- AC – Avaliação de Competência. Este instrumento tem por finalidade verificar se os alunos adquiriram as competências trabalhadas. Esta avaliação pode ser um estudo de caso, uma simulação de um contexto profissional, ou qualquer outro instrumento apropriado elaborado pelos professores.

O processo de avaliação está disciplinado no Regimento da Faculdade do Futuro, no Título IV, Capítulo V, envolvendo normas sobre a avaliação do rendimento acadêmico, a seguir reproduzidas.

Art. 53. A avaliação do rendimento acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 54. A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas.

§1º. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

§2º. A verificação e registro de frequência são da responsabilidade do professor, e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria.

Art. 55. O aproveitamento acadêmico é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios acadêmicos no exame final, sempre escritos, exceto no caso do item I do artigo 59.

§1º. Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios, sob a forma de prova e determinar os demais trabalhos, bem como julgar-lhes resultados.

§2º. Os exercícios escolares, em número de dois por período letivo constam de trabalhos de avaliação, trabalho de pesquisa e outras formas de verificação prevista no plano de ensino da disciplina.

Art. 56. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero a cem.

Parágrafo Único. Ressalvado o disposto no artigo 58, atribui-se nota 0 (zero) ao aluno que deixar de se submeter à verificação prevista na data fixada, bem como ao que nela se utilizar de meio fraudulento.

Art. 57. A nota final do aluno em cada disciplina, verificada ao término do período letivo, será a média aritmética simples entre as notas de verificação de aproveitamento e a nota do exame final.

Art. 58. É concedida prova substitutiva ao aluno que deixar de realizar prova de aproveitamento escolar no período estabelecido no calendário acadêmico.

§1º. A prova substitutiva é realizada mediante requerimento do aluno e em prazo estabelecido pela Secretaria.

§2º. Conceder-se-á segunda chamada ao aluno que faltar ao exame final, desde que desde que requerida, no prazo improrrogável de 08 (oito) dias que se seguirem à sua realização, uma vez justificada a ausência e a juízo do Diretor.

Art. 59. Atendida em qualquer caso a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e demais atividades escolares, é aprovado:

I – independentemente do exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 60,0 (sessenta), correspondentemente à média aritmética, sem arredondamento, das notas dos trabalhos escolares ou provas; e
II – mediante exame final o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 60,0 (sessenta), porém não inferior a 30,0 (trinta), obtiver nota final não inferior a 50,0 (cinquenta) correspondente à média aritmética, sem arredondamento, entre a nota de aproveitamento e a nota de exame final.

Art. 60. O aluno reprovado por não ter alcançado seja a frequência, sejam as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento estabelecidas neste Regimento.

Art. 61. É promovido à série seguinte o aluno aprovado em todas as disciplinas do semestre letivo cursado, admitindo-se ainda a promoção com dependência em até 02 (duas) disciplinas deste semestre.

Parágrafo Único. O aluno reprovado em mais de 02 (duas) disciplinas repetirá o período, ficando, porém, dispensado das disciplinas em que obteve aprovação.

A PORTARIA Nº08 DE 18 DE JUNHO DE 2018 trata das normas de avaliação e desempenho discentes dos cursos de graduação (Bacharelado e Licenciatura) da Faculdade do Futuro. O total de 100 (cem) pontos previstos por disciplina e por semestre letivo tem sua distribuição em 03 (três) etapas, atendendo aos seguintes critérios e no período estabelecido no calendário acadêmico:

- **1ª e 2ª etapas:** 35,0 (trinta e cinco) pontos atribuídos obrigatoriamente a avaliações teóricas, práticas (quando pertinente) e atividades individuais ou coletivas (avaliações práticas, trabalhos em grupo, relatórios, seminários, estudo de caso, discussão de artigo científico, grupo de discussão, *quiz*, estudos dirigidos, entre outros). As avaliações deverão ser aplicadas no modelo (conceito) ENADE, contendo questões objetivas, com 05 (cinco) alternativas de resposta e questões discursivas; o professor deverá distribuir as notas em pelo menos duas modalidades avaliativas, sendo uma delas obrigatoriamente a avaliação no modelo ENADE; de acordo com as especificidades de cada disciplina, privilegiar as discussões e análises reflexivas. Dos 35,0 pontos distribuídos na etapa, 25,0 pontos deverão ser obrigatoriamente atribuídos a uma avaliação teórica e 10,0 pontos atribuídos em atividades individuais ou coletivas.

- **3ª etapa:** 20,0 (vinte) pontos atribuídos obrigatoriamente a uma avaliação teórica no modelo (conceito) ENADE, com todo o conteúdo trabalhado nas disciplinas que compõem o período letivo, contendo 40 (quarenta) questões objetivas com 05 (cinco) alternativas de resposta e 10 (dez) pontos atribuídos ao Trabalho Interdisciplinar (TI).

O Trabalho Interdisciplinar (TI) deve versar pela escolha da temática por curso/ período ou temática única por curso (definido pela coordenação de curso e pelos professores) e deve atender ao viés social, com a integração faculdade-aluno-comunidade.

1.11. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO

1.11.1. Investigação Científica no Curso

A Faculdade do Futuro entende a necessidade de incentivar a investigação científica como apoio necessário à qualificação do ensino, pautando-se pelos seguintes princípios:

- I – o conhecimento científico é o principal patrimônio para o desenvolvimento econômico sustentável e responsável de uma região;
- II – o compromisso dos cursos superiores com as demandas da região em que estes se localizam deve estar refletido na política

de pesquisa da Instituição, ainda que esta não se volte, exclusivamente, para tais demandas;

III – a prática da pesquisa contribui para a formação de profissionais aptos a propor soluções alternativas e criativas face às transformações sociais, desenvolvendo nos alunos as seguintes habilidades: percepção crítica da realidade; reflexão de caráter interdisciplinar; elaboração de textos técnico-científicos e filosóficos de qualidade; desenvolvimento de trabalhos em grupo; levantamento, avaliação e sistematização de dados; seleção e utilização de conhecimentos úteis à atividade profissional;

IV – a pesquisa prepara os alunos para a disseminação do saber, tornando possível a formação de professores e futuros ingressos nos programas de pós-graduação, lato e stricto sensu;

V – a pesquisa reverte-se em benefícios para a Instituição, promovendo o ensino, e para a comunidade em geral, promovendo a extensão. Para que a pesquisa cumpra seu papel no desenvolvimento social sustentável e responsável, ela não pode estar dissociada das atividades de ensino e de extensão;

VI – a pesquisa não se restringe às grandes universidades, aos centros universitários ou aos “centros de excelência”. Ela deve fazer parte da cultura da instituição de ensino superior, ainda que de pequeno porte, sem que isto implique na mediocridade ou na redução do rigor dos métodos científicos.

Os incentivos à investigação científica estão previstos no Regimento da Faculdade do Futuro. De acordo com o artigo 37, a Faculdade do Futuro incentiva a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, principalmente através:

I – do cultivo da atividade científica e do estímulo ao pensar crítico em qualquer atividade didático-pedagógica;

II – da manutenção de serviços de apoio indispensáveis, tais como, biblioteca, documentação e divulgação científica;

III – da formação de pessoal em cursos de pós-graduação;

IV – da concessão de bolsas de estudos ou de auxílios para a execução de determinados projetos;

V – da realização de convênios com entidades patrocinadoras de pesquisa;

VI – do intercâmbio com instituições científicas;

VII – da programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

Para promover as atividades de pesquisas, a Faculdade do Futuro utiliza as seguintes estratégias de ação:

- Concessão de bolsas para execução de projetos científicos;
- Promoção de meios e recursos para auxiliar a publicação de livros e monografias de membros dos corpos docente e discente;

- Desenvolvimento de mecanismos de interação com a comunidade empresarial e órgãos de fomento à pesquisa de modo a facilitar a regularidade da assistência gerencial, a consultoria e prestação de serviços às empresas privadas e entidades oficiais;
- Realização de convênios com outras instituições, públicas e privadas;
- Intercâmbio com instituições, visando a incentivar contratos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Divulgação das pesquisas realizadas;
- Realização de conclaves destinados ao debate de temas de interesse da pesquisa;
- Incentivo à participação de discentes na iniciação científica;
- Incentivo à participação de docentes em conclaves nacionais e internacionais.

O Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – NEPP tem por finalidade congregar os projetos de pesquisa e de extensão da Faculdade do Futuro, dar apoio à execução das atividades, além de buscar e promover meios para divulgação dos resultados parciais e finais dos projetos desenvolvidos.

O Regulamento de Pesquisa da Faculdade do Futuro foi aprovado pela Resolução nº 04/2006 – IESMAN, em 09 de maio de 2006.

1.11.2. Extensão no Curso

As atividades de extensão e de projetos se colocam como prática acadêmica que objetiva promover a interação da Faculdade do Futuro com as demandas da sociedade, reafirmando o compromisso social como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, possibilitando a formação do profissional cidadão.

A extensão se configura como uma forma de intervenção que favorece uma visão abrangente e integradora da sociedade, constituindo-se em espaço privilegiado no processo de formação profissional. Suas ações se voltam para o atendimento de demandas sociais colhidas no confronto direto com a realidade próxima, contribuindo, significativamente, na produção do conhecimento.

No ensino superior, especialmente aquele consciente de sua importância social, a extensão torna-se uma das funções equivalentes ao ensino e à pesquisa.

A Faculdade do Futuro nasceu com a preocupação de qualificar-se como uma instituição de ensino superior capaz de promover as funções da pesquisa e da extensão.

Os princípios que norteiam os diferentes projetos de extensão da Faculdade do Futuro podem ser expressos como:

I – prática acadêmica que possibilita, juntamente com o ensino e a pesquisa, a ação de reflexão e mudança no interior de cada curso e nas comunidades onde essas estão inseridas;

II – ações que devem alicerçar-se, principalmente, nas prioridades e demandas da região;

III – produção e aplicação de conhecimento para o desenvolvimento regional.

Os programas de extensão, articulados com o ensino e pesquisa, desenvolvem-se sob a forma de atividades permanentes em projetos.

De acordo com o artigo 38 do Regimento Interno da Faculdade do Futuro, os serviços são realizados sob a forma de:

I – atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas e privadas;

II – participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;

III – promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

As ações de extensão realizadas pela Faculdade do Futuro têm por objetivo a difusão de conhecimentos pertinentes às áreas dos cursos de graduação oferecidos, e são viabilizadas mediante as seguintes ações:

- Promoção de Seminários, Simpósios, Encontros e Cursos de Extensão;
- Promoção de congressos para comunicação e divulgação de resultados decorrentes das atividades de ensino e pesquisa;
- Intercâmbio com instituições congêneres, nacionais, bem como outros meios a seu alcance;
- Articulação com o sistema empresarial, visando à promoção de oportunidades de estágios e outras atividades;
- Prestação de serviços visando à integração com a comunidade local e regional;
- Treinamento pré-profissional dos discentes dos cursos de graduação de bacharelado e de licenciatura e dos cursos de pós-graduação;
- Atendimento direto à comunidade e instituições públicas ou particulares;
- Promoção de atividades e/ou participação em iniciativas de natureza cultural;
- Divulgação de estudos sobre aspectos da realidade local e regional;
- Estímulo à criação literária, artística, científica, tecnológica e esportiva;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural.

Há uma preocupação da Faculdade do Futuro em desenvolver atividades de extensão que atendam à comunidade regional em termos sociais, culturais, ambientais e outros.

O Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – NEPP tem por finalidade congregar os projetos de pesquisa e de extensão da Faculdade do Futuro, dar apoio à execução das atividades, além de buscar e promover meios para divulgação dos resultados parciais e finais dos projetos desenvolvidos.

O Regulamento de Extensão da Faculdade do Futuro foi aprovado pela Resolução nº 02/2005 – IESMAN, em 02 de novembro de 2005.

1.12. INTEGRAÇÃO DO CURSO COM O SISTEMA LOCAL E REGIONAL DE SAÚDE (SUS)

A integração do curso com o sistema de saúde local e regional (SUS) está formalizada por meio de convênio, viabiliza a formação do discente em serviço e permite sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais, considerando diferentes cenários do sistema, com nível de complexidade crescente.

No município de Manhuaçu e no Estado de Minas Gerais existe uma rede de serviços de saúde instalada capaz de ser utilizada pelo Curso de Graduação em Farmácia. Para tanto, a Faculdade do Futuro providenciou a celebração de convênios com a secretaria municipal e estadual de saúde, garantindo oportunidades de experiências práticas e realização de estágios nestes locais. São disponibilizadas Unidades Básicas de Saúde, Estratégias de Saúde da Família, Hospitais de Cuidados Secundários e Terciários da região, Asilo, APAC, drogarias e farmácias, farmácias de manipulação, entre outros estabelecimentos de saúde.

1.13. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA ÁREAS DA SAÚDE

As atividades práticas de ensino apresentam conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, com regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente, permitindo a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), resultando no desenvolvimento de competências específicas da profissão, e estando, ainda, relacionadas ao contexto de saúde da região.

Os alunos são inseridos desde o início do curso e ao longo de todo o processo de graduação em atividades práticas relevantes para a sua futura vida profissional, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

A integração teoria/prática se estabelece na articulação entre o mundo da aprendizagem e o mundo do trabalho. Favorece problematização dos conteúdos, formulação de questões e perguntas que contribuem para a construção das articulações entre os conhecimentos, as competências prévias e aquelas requeridas para melhor compreender e atuar frente à determinada situação-problema. Também desperta ideias e o interesse discente em atividades de

investigação científica, extensão, ou outras que enriquecem o processo formativo.

Dessa forma, o confronto com situações reais visa garantir o desenvolvimento de uma aprendizagem consistente, de modo a dar sentido às competências requeridas, além de possibilitar o desenvolvimento de competências específicas da profissão relacionadas ao contexto de saúde da região.

A inserção dos alunos nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), será realizada sempre com orientação, supervisão e responsabilidade docente, nos termos de regulamento específico e institucionalizado, de modo a estimular e assegurar a formação de vínculos e a corresponsabilização com as pessoas atendidas.

2. APOIO AO DISCENTE

2.1. PROGRAMA DE ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA

Considerando a importância em promover a integração e assimilação da cultura e da vida acadêmica aos alunos ingressantes, assim como necessidade de integrar o aluno ingressante no ambiente acadêmico apresentando o funcionamento da IES, a IES criou o Programa de Acolhimento e Permanência do Ingressante com a finalidade de acompanhar o acesso e a trajetória acadêmica dos estudantes ingressantes, favorecendo sua permanência.

O Programa de Acolhimento e Permanência do Ingressante tem como objetivos desenvolver ações que propiciem um diálogo intercultural na comunidade acadêmica; oferecer acolhimento, informações, socialização, solidariedade e conscientização aos alunos ingressantes; integrar o aluno ingressante no ambiente acadêmico, promovendo o contato com professores e alunos veteranos e com as informações sobre o funcionamento da IES e dos cursos, dos projetos de investigação científica e dos programas de formação continuada.

2.2. ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL

É dedicada atenção especial à garantia da acessibilidade metodológica e instrumental.

A acessibilidade metodológica é caracterizada pela ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), etc. Para tanto, no desenvolvimento da política de formação e capacitação do corpo docente é priorizada a temática acessibilidade metodológica.

A acessibilidade instrumental é caracterizada pela ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida

diária. Para tanto, a IES dispõe de recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de microcomputador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

Existe, por parte dos gestores da IES, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude.

O setor de apoio psicopedagógico atua para eliminar barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de aprendizagem utilizadas nas atividades de ensino, investigação científica e extensão que são desenvolvidas no curso. Orienta a metodologia de ensino-aprendizagem, os recursos pedagógicos e tecnológicos e as técnicas de ensino e avaliação que são definidos de acordo com as necessidades dos sujeitos da aprendizagem. Quanto a esses aspectos, realiza atendimento de apoio aos discentes e docentes de forma contínua.

Sempre que necessário são utilizados os recursos de tecnologia assistiva incorporados em teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, entre outros disponibilizados pela IES.

2.3. MONITORIA

A IES mantém programa de monitoria, nele admitindo alunos regulares selecionados por meio de editais próprios, bem como aptidão para atividades auxiliares de ensino e investigação científica.

A monitoria é uma forma de estimular a vocação para o ensino e a investigação científica, como apoio ao professor, sendo exercida por alunos que tenham se destacado na aprendizagem de determinado componente curricular.

A monitoria não implica vínculo empregatício e é exercida sob a orientação de um professor, vedada a utilização do monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de componente curricular.

2.4. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes, a IES oferece cursos de nivelamento, a todos os alunos do primeiro semestre, logo nas primeiras semanas de aula. São realizados aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

Os cursos de nivelamento têm por objetivo revisar conteúdos necessários ao desempenho acadêmico do aluno; oportunizar o estudo de aspectos determinantes para o cotidiano da sala de aula; integrar o estudante na comunidade acadêmica; e refletir com o estudante sobre o que representa a nova vida acadêmica.

A IES oferece suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades dos cursos que são oferecidos, conforme necessidades identificadas pelas Coordenações de Curso. Dessa forma, outros

conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos.

Além disso, considerando o número de alunos em sala de aula, é possível aos professores identificar o mais precocemente os alunos com dificuldades pedagógicas, para dispensar-lhe atenção individualizada mediante a realização de estudos dirigidos e leituras complementares.

No ano de 2018, a Faculdade do Futuro iniciou o Projeto 300, com objetivo de proporcionar o estudo colaborativo entre os alunos. Este projeto é realizado durante o primeiro ano de todos os cursos de graduação da Faculdade do Futuro, sob a responsabilidade do Núcleo Ensino (Núcleo de Metodologias Ativas da Faculdade do Futuro). O Projeto 300 confere ao aluno que obtiver um resultado abaixo de 69% nas avaliações correspondentes a cada etapa, o direito de realizar uma nova avaliação, mediante a sua participação em grupos de estudos formados por ajudante e ajudados, e a entrega de atividades previstas no cronograma.

2.5. INTERMEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS

A IES constituiu um setor responsável pela intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados.

A IES organiza a documentação e operacionalizará estágios não obrigatórios no curso. Também apoia a divulgação de oportunidades de estágio não obrigatório remunerado, e promove contato permanente com ambientes profissionais (campos de estágio) e os agentes de integração para captação de vagas, atuando na integração entre ensino e mundo do trabalho.

2.6. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

A IES implantou um o setor de apoio psicopedagógico para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente. O setor tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades. Contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

O setor de apoio psicopedagógico é coordenado por um profissional com formação na área de Psicologia e/ou Pedagogia. O atendimento é caracterizado por orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenadores de Curso ou àqueles que procuram o serviço espontaneamente.

Um núcleo de acessibilidade foi implementado junto ao setor de apoio psicopedagógico, sendo o órgão responsável pela garantia do atendimento necessário ao discente e ao docente, inclusive quanto aos recursos multifuncionais.

O apoio realizado pelo núcleo de acessibilidade ao estudante com necessidades educacionais especiais refere-se às seguintes situações: I – Pessoa com Deficiência ou Necessidades Educacional Especial – é aquela que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e os que possuem transtornos do espectro autista, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas; sendo as deficiências classificadas em: (a) Deficiência Física; (b) Deficiência Auditiva; (c) Deficiência Visual; (d) Deficiência de Comunicação, Linguagem e Fala; (e) Deficiência Intelectual; (f) Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais deficiências; II – Pessoa com Mobilidade Reduzida.

2.7. PARTICIPAÇÃO EM CENTROS ACADÊMICOS e ATLÉTICA

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente.

A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da IES.

Compete ao Diretório Acadêmico indicar os representantes discentes, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados da IES, vedada a acumulação.

A Associação Atlética Acadêmica de Farmácia tem como objetivo a promoção de esportes na Faculdade do Futuro. É composta por alunos de farmácia, que desenvolverão ações esportivas internas e externas.

2.8. INTERCÂMBIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A IES constituiu um setor responsável pelos intercâmbios nacionais e internacionais.

2.9. AÇÕES INOVADORAS

a) Atendimento Extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores com jornada semanal específica para atendimento ao aluno. Essa orientação é realizada de forma personalizada e individualmente, mediante a prática de “portas abertas” onde cada estudante pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

b) Participação em Eventos

A IES incentiva a participação dos alunos em eventos (congressos, seminários, palestras e visitas técnicas) etc., em nível regional, estadual e nacional, nas áreas dos cursos ministrados pela Instituição e envolvendo temas transversais (ética, cidadania, solidariedade, justiça social, inclusão social, meio ambiente e sustentabilidade ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais, história e

cultura afro-brasileira e indígena, cultura etc.); objetivando integrá-los com professores e pesquisadores de outras instituições de ensino superior do país.

Para tanto, a IES divulga agenda de eventos relacionados às áreas dos cursos implantados e de temas transversais e oferece auxílio financeiro para alunos que participarem na condição de expositor. Além disso, organiza, semestralmente, eventos para a socialização, pelos alunos e pelos professores, quando for o caso, dos conteúdos e resultados tratados nos eventos de que participou.

A IES realiza, regularmente, atividades dessa natureza envolvendo toda a comunidade interna e membros da comunidade externa.

São organizadas jornadas de iniciação científica, uma vez consolidada a implantação dos cursos e de suas práticas investigativas. A iniciação científica, enquanto atividade a ser desenvolvida pelos alunos, sob orientação do docente, é um investimento que visa contribuir para a formação de futuros investigadores.

Assim sendo, a IES apoia a produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística) e divulga os trabalhos de autoria dos seus alunos.

c) Projetos de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica da IES busca despertar vocações e incentivar, entre os alunos de graduação, talentos potenciais para investigação científica e, em consequência, para a produção científica e para o ensino.

As atividades de investigação científica são desenvolvidas articuladas com necessidades locais e regionais e integradas ao ensino, configurando oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso.

d) Projetos de Extensão, Artísticos, Culturais e de Responsabilidade Social e Ambiental

A IES fomenta a participação de alunos em projetos de extensão, artísticos, culturais e de responsabilidade social e ambiental, abertos à comunidade acadêmica e à população em geral.

3. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A IES desenvolveu um Programa de Acompanhamento dos Egressos, com o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir das informações coletadas via questionário no site da Faculdade e por meio de mídias sociais, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos conta com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional e mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a IES e seus egressos.

A partir das informações constantes na base de dados foi possível estabelecer um canal de comunicação com os egressos, por meio do qual os ex-alunos recebem periodicamente informes sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela IES. Outro serviço prestado, por meio desse canal, é a divulgação de concursos e ofertas de emprego em sua área de atuação.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos permite ainda realizar estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho;

No tocante aos estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida, o Programa de Acompanhamento dos Egressos conta com mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. São aplicados questionários para obter avaliações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação. Além disso, é coletada a opinião dos empregadores dos egressos, sendo esta utilizada para revisar o plano e os programas.

O retorno dos egressos e de seus empregados sobre a formação recebida é fundamental para o aprimoramento da IES. Os dados obtidos são analisados pelos Colegiados de Curso, que devem revisar o plano e programas do curso de forma a obter uma melhor adequação do Projeto Pedagógico do Curso às expectativas do mercado de trabalho. Em seguida, os dados e as considerações dos Colegiados de Curso são encaminhados à Comissão Própria de Avaliação e ao Conselho Superior, a quem compete adotar as medidas necessárias para correção de eventuais distorções identificadas.

No âmbito do Programa de Acompanhamento dos Egressos, a IES promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras. Nesse sentido, a IES oferece cursos de pós-graduação *lato sensu*, visando à educação continuada para os egressos de seus cursos de graduação. Além dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, a IES promove diversas ações no sentido de viabilizar a atualização e aperfeiçoamento de seus egressos. Assim, são realizados seminários e outros eventos congêneres de interesse dos egressos. Além disso, são realizados cursos de curta duração, todos elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

1. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas servem como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com apropriação dos resultados pela

comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

Na gestão do curso ocorre efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, envolvendo discentes e docentes. Essas instâncias são representadas pelo Coordenador de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), os quais convergem para o Colegiado de Curso.

O NDE do curso é o responsável pelo processo de concepção e atua na consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). É composto por 05 (cinco) docentes, preferencialmente com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* (observado o limite estabelecido na Resolução CONAES nº 01/2010). Dentre os membros do NDE, há o Coordenador de Curso. O NDE orienta e dá suporte na implantação do PPC como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as diretrizes e as novas demandas do mundo do trabalho. Em sua atuação colabora com a autoavaliação do curso (por meio de seus estudos) e considera permanentemente o resultado da avaliação interna do curso.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela realização da avaliação interna do curso, elaborando relatórios que auxilia os Coordenadores de Curso na gestão acadêmica do curso, incorporando, inclusive, os resultados das avaliações externas. A avaliação interna do curso compreende os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas. Os gestores do curso e da IES, egressos e comunidade externa (empregadores, participantes de projetos de extensão etc.), também participam da avaliação. Nas análises dos resultados do ENADE, das avaliações *in loco* do curso e da avaliação interna, a CPA conta com o apoio do Coordenador de Curso e do NDE. Em detectando fragilidades acadêmicas, a CPA incorpora ao seu relatório, propõe ações de melhorias junto às instâncias superiores, e apoia a gestão do curso na implantação das medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além é claro da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso possibilita um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pela IES no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às

demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e a que se propõe.

A avaliação do PPC traz em si a oportunidade de rupturas com a acomodação e o previamente determinado, abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, a política adotada em sua implantação e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

Projeções e planejamentos de ações curriculares, assim como procedimentos de acompanhamento e avaliação do PPC resultam principalmente de interações entre áreas de conhecimento, órgão colegiado do curso, NDE e dirigentes da IES e de avaliações continuadas sobre o processo de construção e reconstrução do conhecimento, em todas as suas variáveis.

O processo de autoavaliação do PPC observa as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular; está em sintonia com o Projeto de Autoavaliação Institucional; envolve a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos), egressos, seus empregadores ou comunidade externa; deve considerar os resultados do ENADE, CPC e avaliações do INEP.

Para que sejam apropriados, os resultados da autoavaliação são levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético da Coordenação de Curso.

2. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes do curso, com atribuições acadêmicas de acompanhar o processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia, em colaboração com o Colegiado de Curso.

A IES, em atendimento ao disposto na Resolução CONAES nº 01/2010, por meio do seu órgão colegiado superior, normatizou o funcionamento do NDE, definindo suas atribuições e os critérios de constituição, atendidos, no mínimo, os seguintes:

- a) ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- b) ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- c) ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

d) assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

São atribuições do NDE do Curso de Graduação em Farmácia:

- I – construir e acompanhar o Projeto Pedagógico do Curso;
- II – contribuir para a consolidação e aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso;
- III – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, analisando sua adequação considerando as Diretrizes Curriculares do Curso e as novas demandas do mundo do trabalho;
- IV – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;
- V – revisar ementas e conteúdos programáticos;
- VI – acompanhar os resultados no ensino-aprendizagem do Projeto Pedagógico de Curso;
- VI – verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos alunos;
- VII – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de investigação científica e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área do curso;
- VIII – indicar cursos a serem ofertados como forma de nivelar o aluno ingressante ou reforçar o aprendizado;
- IX – propor ações em prol de melhores resultados no ENADE e no CPC;
- X – planejar procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte.

Em sua composição, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Farmácia conta com o Coordenador de Curso e com 04 (quatro) professores, totalizando 05 (cinco) membros.

No quadro a seguir é apresentada a relação nominal dos professores que compõem o Núcleo Docente Estruturante, seguida da área de graduação, da titulação máxima e do regime de trabalho.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE			
PROFESSOR	ÁREA DE GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO
HERMÍNIO OLIVEIRA MEDEIROS	FARMÁCIA	MESTRADO	PARCIAL
LIDIANE MEIRE KOHLER (*)	FARMÁCIA	DOUTORADO	INTEGRAL
PATRÍCIA DOLABELA COSTA	TECNOLOGIA DE LATICÍNIOS	MESTRADO	INTEGRAL
RAFAEL PERÍGOLO VICENTE	FARMÁCIA	DOUTORADO	PARCIAL
RENATA DOMINGOS ALVES	CIÊNCIAS – QUÍMICA	DOUTORADO	INTEGRAL

(*) Coordenador de Curso.

Conforme pode ser observado no quadro apresentado, 100% dos docentes possuem titulação acadêmica em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela CAPES ou revalidada por universidades brasileiras com atribuição legal para essa revalidação.

Todos os professores do Núcleo Docente Estruturante têm previsão de contratação em regime de tempo integral ou parcial, sendo 60% em tempo integral.

A IES investiu na composição de um Núcleo Docente Estruturante com professores que possuam uma dedicação preferencial, cujo resultado é a construção de uma carreira assentada em valores acadêmicos, ou seja, titulação e produção científica. Isso, com certeza, contribuirá para a estabilidade docente e o estímulo à permanência dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante até, pelo menos, a renovação do reconhecimento do curso. Neste sentido, a IES compromete-se a estabelecer uma relação duradoura e perene entre si e o corpo docente, sem as altas taxas de rotatividade que dificultam a elaboração, com efetiva participação docente, de uma identidade institucional.

A seguir é apresentado o Regimento do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

CAPÍTULO I – DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

Art. 2º. O NDE é um órgão consultivo composto por, pelo menos, 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluindo o Coordenador de Curso, com comprovada experiência e titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, contratados em regime de trabalho, que assegure preferencialmente dedicação plena ao curso, responsável pela formulação do projeto pedagógico do curso, sua implementação e consolidação.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante é constituído:

I – pelo Coordenador do Curso, seu presidente;

II – por, pelo menos, 04 (quatro) dos docentes do curso.

Parágrafo Único. Os representantes do corpo docente serão indicados pelo Colegiado do Curso para compor o NDE.

Art. 4º. A indicação de docente membro do NDE é de responsabilidade do Colegiado de Curso, observados seus títulos acadêmicos, didáticos e profissionais, e a experiência profissional acadêmica e não acadêmica, de acordo com os seguintes critérios:

I – possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;

II – ter participado da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso e ter disponibilidade para participar de sua implantação;

III – ter formação na área do curso e/ou correlata;

IV – conceder dedicação preferencial ao curso;

V – possuir contratação em regime de trabalho parcial ou integral.

Parágrafo Único. O docente poderá ser destituído de sua função a qualquer momento, por iniciativa do coordenador do NDE, ouvido o Diretor da Faculdade do Futuro, devido ao descumprimento de suas atribuições aqui estabelecidas, cabendo a nomeação imediata de um substituto com igual titulação e regime de trabalho para o cumprimento do mandato.

Art. 6º. A composição do NDE deverá garantir que:

I – pelo menos, 60% do NDE possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

II – todos os docentes do NDE tenham previsão de contratação (nos casos de cursos a serem autorizados) ou tenham contratação (nos casos dos cursos já implantados) em regime de tempo parcial ou integral, sendo, pelo menos, 20% em tempo integral.

Art. 7º. A Faculdade do Futuro possui compromisso com a permanência dos docentes do NDE até, pelo menos, o reconhecimento do curso.

CAPÍTULO III – DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 8º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I – construir e acompanhar o Projeto Pedagógico do Curso;

II – contribuir para a consolidação e aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso;

III – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso, analisando sua adequação considerando as Diretrizes Curriculares do Curso e as novas demandas do mundo do trabalho;

IV – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;

-
- V – revisar ementas e conteúdos programáticos;
- VI – acompanhar os resultados no ensino-aprendizagem do Projeto Pedagógico de Curso;
- VI – verificar o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação dos alunos;
- VII – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de investigação científica e extensão, oriundas das necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área do curso;
- VIII – indicar cursos a serem ofertados como forma de nivelar o aluno ingressante ou reforçar o aprendizado;
- IX – propor ações em prol de melhores resultados no ENADE e no CPC;
- X – planejar procedimentos para permanência de parte de seus membros até o ato regulatório seguinte.

CAPÍTULO IV – DO PRESIDENTE DO NDE E DE SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º. O NDE é dirigido pelo Coordenador de Curso, designado pelo Diretor, dentre os membros do NDE, para mandato igual ao período de integralização curricular do curso, permitida a recondução.

Parágrafo Único. Em suas faltas ou impedimentos, o Presidente do NDE será substituído por membro do NDE com titulação máxima, docente de disciplinas profissionalizantes do curso, designado pelo Diretor da Faculdade do Futuro.

Art. 10. Compete ao Presidente do NDE:

- I – convocar e presidir as reuniões do NDE;
- II – representar o NDE perante as autoridades e órgãos da Faculdade;
- III – orientar, coordenar e supervisionar a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso e de suas atualizações, determinadas pela autoavaliação e pela legislação vigente;
- IV – garantir a implantação do Projeto Pedagógico do Curso;
- V – desempenhar um papel integrador, organizador e orientador dos trabalhos desenvolvidos pelo NDE;
- VI – exercer as demais atribuições previstas neste Regulamento e aquelas que lhe forem atribuídas pelo Diretor da Faculdade do Futuro.

Art. 11. O NDE reúne-se, ordinariamente, 02 (duas) vez por semestre, e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou por convocação de

2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

Art. 12. As decisões do NDE serão adotadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser dirimidas pela Presidente do NDE, ouvido o Colegiado de Curso.

Art. 14. Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia da Faculdade do Futuro.

3. COORDENAÇÃO DE CURSO

3.1. TITULAÇÃO ACADÊMICA

A Coordenação de Curso está sob a responsabilidade da professora Lidiane Meire Kohler, que possui graduação em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mestrado em Microbiologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em Ciências Biológicas (Microbiologia) pela Universidade Federal de Minas Gerais.

3.2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, NA DOCÊNCIA SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA

A professora Lidiane Meire Kohler possui experiência profissional, de docência superior e de gestão acadêmica, que somadas é maior a 10 anos.

3.3. REGIME DE TRABALHO

O Coordenador de Curso está contratado em regime de tempo integral, com 40 horas de atividades semanais, com carga horária para coordenação, administração e condução do curso.

A carga horária estabelecida possibilita o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, e a representatividade nos colegiados superiores, por meio de um plano de ação documentado e compartilhado, com indicadores disponíveis e públicos com relação ao desempenho da Coordenação.

Além disso, a carga horária proporciona a administração da potencialidade do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua.

3.4. ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

A Coordenação de Curso, a cargo do Coordenador de Curso, é o órgão de administração, coordenação e fiscalização executiva das atividades do curso.

O Coordenador de Curso é mais que um mediador entre alunos e professores. O Coordenador de Curso deve reconhecer as necessidades da área em que atua e tomar decisões que possam beneficiar a comunidade acadêmica. Atendendo as exigências legais do Ministério da Educação, gerencia e executa o PPC, acompanha o trabalho dos docentes, é membro do NDE e está comprometido com a missão e os valores da IES. Está atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de sugerir adequação e modernização do PPC do curso. O Coordenador de Curso atua como gestor de equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente, colaborando com o desenvolvimento dos alunos e o crescimento da IES.

Com relação à implementação do PPC, o Coordenador de Curso, junto com o NDE, acompanha o desenvolvimento do projeto do curso. A relação interdisciplinar e o desenvolvimento do trabalho conjunto dos docentes são alcançados mediante apoio e acompanhamento pedagógico da Coordenação de Curso e do NDE. Portanto, a Coordenação de Curso é articuladora e proponente das políticas e práticas pedagógicas; juntamente com o Colegiado de Curso. Discute com os professores a importância de cada conteúdo no contexto curricular; articula a integração entre os corpos docente e discente; acompanha e avalia os resultados das estratégias pedagógicas e redefine novas orientações, com base nos resultados da auto-avaliação; estuda e reformula a matriz curricular, aprovando programas, acompanhando a execução dos planos de ensino; avaliando a produtividade do processo de ensino-aprendizagem. Com postura ética e de responsabilidade social, lidera mudanças transformadoras para o curso.

Para a execução e avaliação da matriz curricular, o Coordenador de Curso trabalha com os professores e os representantes do corpo discente, por meio de reuniões antes do início de cada semestre, com o intuito de discutir os conteúdos abordados e os que são desenvolvidos, a metodologia de ensino e cronograma, com base na articulação dos conteúdos. Ao final das reuniões, os professores apresentam os planos de ensino contendo: ementa, carga horária, objetivos, conteúdo, cronograma, metodologia e estratégias de integração, avaliação e referências bibliográficas. A responsabilidade do Coordenador de Curso aumenta significativamente a partir da utilização dos resultados do ENADE e CPC para a renovação de reconhecimento de curso e para a adoção das medidas necessárias para superar os pontos fracos que possam existir.

O Coordenador de Curso possui carga horária disponível para atendimento aos alunos, docentes e realização de reuniões com o Colegiado de Curso e o NDE. Encaminha alunos e professores, quando necessário, para o setor de apoio psicopedagógico. Monitora as atividades acadêmicas para que tenham o sucesso esperado. Organiza atividades de nivelamento para os alunos com dificuldades de aprendizagem e se mantém atualizado com relação à legislação educacional e a referente ao exercício profissional. Dialoga com direção da IES para informá-la sobre as necessidades do curso, solicitando medidas saneadoras quando necessário, sempre exercendo suas funções regimentais.

3.5. PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO

PLANO DE AÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO

1. OBJETIVO

Permitir o acompanhamento do desenvolvimento das funções da Coordenação do Curso, de forma a garantir o atendimento à demanda existente e a sua plena atuação, considerando a Gestão do Curso, que inclui a:

- Presidência do Colegiado de Curso;
- Presidência do Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Relação com os docentes;
- Relação com os discentes;
- Representatividade no Conselho Superior.

2. REGIME DE TRABALHO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

A Coordenação do Curso dedicará regime de trabalho integral ao curso, compreendendo a prestação de 40 horas semanais de trabalho na Instituição, nele reservado o tempo para a Coordenação do Curso.

O(A) Coordenador(a) do Curso é o responsável pela gestão do curso, pela articulação entre os docentes, discentes, com representatividade nos colegiados superiores.

Com suas atribuições definidas no Regimento da IES, o(a) Coordenador(a) do Curso será o(a) responsável por toda organização do curso, bem como sua avaliação e propostas de melhorias juntamente ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o órgão colegiado do curso, presidindo-os. A atuação do(a) Coordenador(a) do Curso junto aos professores e aos demais sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (discentes, apoio psicopedagógico e em acessibilidade, secretaria etc.) será imprescindível para o curso atingir os seus objetivos.

O regime de trabalho integral do(a) Coordenador(a) do Curso, aliado à sua formação e experiência profissional e acadêmica, possibilita o pleno atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes, e a representatividade no colegiado superior.

3. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso foi planejada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela

comunidade acadêmica e delineamento de processo autoavaliativo periódico do curso, conforme descrito a seguir.

Na gestão do curso ocorrerá efetiva integração entre as suas diferentes instâncias de administração acadêmica, envolvendo discentes e docentes. Essas instâncias serão representadas pelo(a) Coordenador(a) do Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), os quais convergirão para o Colegiado de Curso.

O NDE do curso é o responsável pelo processo de concepção e atuará na consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso. É composto por 05 (cinco) docentes, preferencialmente com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* (observado o limite estabelecido na Resolução CONAES nº 01/2010). Dentre os membros do NDE, há o(a) Coordenador(a) do Curso. Em última análise, o NDE orientará e dará suporte na implantação do projeto pedagógico como um todo, atuando no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação da aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as diretrizes e as novas demandas do mundo do trabalho. Em sua atuação colaborará com a autoavaliação do curso (por meio de seus estudos) e considerará permanentemente o resultado da avaliação interna do curso.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) será responsável pela realização da avaliação interna do curso, elaborando relatórios que auxiliará os coordenadores na gestão acadêmica do curso, incorporando, inclusive, os resultados das avaliações externas. A avaliação interna do curso compreende os aspectos da organização didático-pedagógica, da avaliação do corpo docente, discente e técnico-administrativo e das instalações físicas. Os gestores do curso e da IES, egressos e comunidade externa (empregadores, participantes de projetos de extensão etc.), também participam da avaliação. Nas análises dos resultados do ENADE, das avaliações *in loco* do curso e da avaliação interna, a CPA contará com o apoio do(a) Coordenador(a) do Curso e do Núcleo Docente Estruturante. Em detectando fragilidades acadêmicas, a CPA incorporará ao seu relatório, proporá ações de melhorias junto às instâncias superiores, e apoiará a gestão do curso na implantação das medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.

O processo avaliativo é democrático e garante a participação de todos os segmentos envolvidos como forma da construção de uma identidade coletiva. Em específico, os instrumentos avaliativos destinados aos discentes são organizados de forma a contemplar aspectos didático-pedagógicos do curso e de cada segmento institucional que lhe sirva de suporte, além é claro da avaliação individualizada de cada membro do corpo docente e uma autoavaliação proposta para cada acadêmico.

A obtenção dos resultados avaliativos do curso possibilitará um diagnóstico reflexivo sobre o papel desenvolvido pela Instituição no âmbito interno e externo, favorecendo a adoção de novas ações e procedimentos que atendam às

demandas do entorno social no qual está inserida, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima à realidade do ambiente em que se localiza e a que se propõe.

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso traz em si a oportunidade de rupturas com a acomodação e o previamente determinado, abre espaço para se indagar qual a importância do curso para a sociedade, a política adotada em sua implantação e sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa.

Projeções e planejamentos de ações curriculares, assim como procedimentos de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso resultarão principalmente de interações entre áreas de conhecimento, órgão colegiado do curso, NDE e dirigentes da IES e de avaliações continuadas sobre o processo de construção e reconstrução do conhecimento, em todas as suas variáveis.

O processo de autoavaliação do Projeto Pedagógico do Curso observará as seguintes diretrizes: a autoavaliação do curso constitui uma atividade sistemática e que deve ter reflexo imediato na prática curricular; deve estar em sintonia com o Processo de Autoavaliação Institucional; deve envolver a participação da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico administrativos), egressos, seus empregadores ou comunidade externa; deve considerar os resultados do ENADE, CPC e avaliações do INEP.

Para que sejam apropriados, os resultados da autoavaliação serão levados ao conhecimento da comunidade acadêmica por meio de comunicação institucional, resguardados os casos que envolverem a necessidade de sigilo ético da Coordenação de Curso.

4. FUNÇÕES DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Regulamentação: Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e Regimento da IES

São atribuições da Coordenação de Curso:

- I – convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, com direito a voz e voto de qualidade;
- II – representar o curso perante as autoridades e órgãos da IES;
- III – orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso;
- IV – fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos no âmbito do curso;
- V – acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito de seu curso;
- VI – acompanhar o desenvolvimento das atividades complementares e dos trabalhos de conclusão de curso;
- VII – sugerir à Diretoria Geral a contratação, promoção, afastamento ou dispensa do pessoal docente;
- VIII – elaborar o horário acadêmico do curso e fornecer subsídios para a organização do Calendário Acadêmico;

- IX – exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
- X – executar e fazer executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas dos demais órgãos da IES;
- XI – exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos da IES.

Entre orientar, coordenar e supervisionar as demais atribuições da Coordenação do Curso inclui-se:

- Apoiar o NDE na realização de ESTUDOS PERIÓDICOS (SEMESTRAIS) e ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS, que:

- ✓ Considerando o perfil do egresso constante no PPC, demonstre e justifique a relação entre a titulação do corpo docente e seu desempenho em sala de aula;

- ✓ Demonstre que a experiência profissional do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem;

- ✓ Demonstre e justifique a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula, de modo a caracterizar sua capacidade para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos das unidades curriculares, elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exercer liderança e ter sua produção reconhecida;

- ✓ Demonstre adequação das bibliografias básicas e complementares das unidades curriculares do curso.

- Colaborar no preenchimento anual do Censo da Educação Superior, realizado pelo INEP;
- Controlar a frequência discente: apesar do controle diário da frequência dos alunos ser responsabilidade dos professores, cabe ao coordenador atuar nos casos de ausências sistemáticas para atuar de forma a evitar a evasão escolar;
- Controlar a frequência docente: acompanhar e garantir que os professores estejam cumprindo a carga horária de trabalho;
- Criar/planejar com os docentes oportunidades para os estudantes superarem dificuldades relacionadas ao processo de formação;
- Divulgar os diferenciais do curso;

-
- Estimular a extensão e a investigação científica;
 - Fomentar a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino aprendizagem e de recursos inovadores;
 - Fomentar novas ideias e inovação no curso;
 - Indicar a contratação de docentes e sua demissão: participar do recrutamento e seleção de novos docentes e apresentar a Instituição a eles;
 - Indicar a necessidade de aquisição de livros, assinatura de periódicos e compra de materiais especiais, de acordo com os conteúdos ministrados e as particularidades do curso, a partir programa ou plano de ensino aprovado para cada;
 - Orientar a inscrição de estudantes habilitados ao ENADE, no ano de avaliação do curso;
 - Liderar a elaboração e execução do PPC;
 - Motivar docentes e discentes;
 - Orientar a vinculação do curso com os desejos e anseios do mercado de trabalho;
 - Panejar, estimular e acompanhar o desenvolvimento de atividades complementares no curso;
 - Participar nos processos decisórios do curso;
 - Promover ações de autoavaliação do curso, com o apoio do NDE, em conformidade com o determinado pela CPA. Estimular a participação dos alunos, docentes e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional;
 - Auxiliar na incorporação dos resultados da avaliação externa (ENADE, avaliações *in loco* do INEP etc.) no relatório de autoavaliação do curso;
 - Realizar orientação acadêmica dos estudantes;
 - Supervisionar instalações físicas, laboratórios e equipamentos utilizados no curso;
 - Verificar a qualidade das aulas com os alunos;
 - Outras atribuições.

5. DIVISÃO DE TAREFAS

Apoiarão a Coordenação do Curso:

-
- Órgãos executivos: Diretoria Geral
 - Órgãos de apoio: Secretaria, setor de apoio psicopedagógico, Ouvidoria;
 - Grupos de trabalho / comissões / bancas de docentes, discentes, técnicas ou mistas que tratam de temas específicos. O NDE poderá solicitar implantar Grupo de Trabalho ou Comissão de Avaliação Curricular, de Interdisciplinaridade; de Avaliação Integrada etc.
 - Órgãos de acompanhamento, consolidação e de atualização do Projeto Pedagógico do Curso: Núcleo Docente Estruturante (NDE)
 - Órgão deliberativo: Colegiado de Curso

6. INTEGRAÇÃO COM A CPA

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) fornecerá dados da autoavaliação institucional e das avaliações externas, que serão utilizados pela Coordenação, NDE e Colegiado de Curso no planejamento das atividades e gestão do curso.

Auxiliará, ainda, a elaboração de planos de melhorias e dos relatórios de autoavaliação do curso.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Semestral.

8. AÇÕES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SEMESTRAL

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do NDE.	Estabelecer a pauta das reuniões. Realizar as convocações. Presidir as Reuniões. Registrar as decisões em atas. Acompanhar e execução das decisões.	Colegiado de Curso NDE Secretaria		X	X	X	X		- Colegiado de Curso: 2 vezes por semestre e sempre que necessário. - NDE: mensal (durante o período letivo) e sempre que necessário.
Representar a Coordenação de Curso perante as autoridades e órgãos da IES.	Participar da reunião do Conselho Superior.			X			X		Periodicidade regimental e sempre que necessário.
	Quando requisitado, ser representante interno (órgãos executivos, colegiados e comissões) e externo (reuniões de classe, conselho, eventos sociais etc.).		X	X	X	X	X	X	Permanente.
Elaborar o horário acadêmico, auxiliar a elaboração do Calendário Acadêmico Institucional.	Elaborar proposta de grade horária dos diferentes períodos. Planejar e apresentar a Grade Semanal, a cada semestre. Definir e redefinir os grupos e turmas para diferentes atuações acadêmicas: aulas presenciais; grupos de estudo etc. Organizar e rever o planejamento do próximo semestre.	Secretaria Corpo Docente Diretoria					X		
	Fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Acadêmico Institucional (definição de atividades,	Secretaria Diretoria					X		

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	eventos etc.).								
Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso: Gerenciar e manter a padronização do Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com os princípios institucionais descritos no PDI.	Coordenar e gerir estudos e discussões para redimensionar os alicerces da construção do PPC, considerando a(o): - realidade socioeconômica e profissional da região de oferta do curso e as demandas da sociedade; - DCN e imposições legais vigentes; - resultado da autoavaliação do curso; - âmbito institucional / PDI da Instituição.	NDE	X	X	X	X	X	X	Permanente. Semestralmente, informar: Satisfação Discente por Unidade Curricular Número de Exemplares da Bibliografia Básica e Complementar Disponibilizados na Biblioteca Média de Alunos por Unidade Curricular
Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso: Gerenciar e responsabilizar-se pela coordenação dos processos operacionais, pedagógicos e de registro do curso.	Cuidar dos aspectos organizacionais do ensino superior, tais como supervisionar atividades pedagógicas e curriculares, organização, conservação e incentivo do uso de materiais didáticos, equipamentos, TICs, laboratório de informática; e registro de frequência e notas.	Secretaria		X	X	X	X		Permanente. Supervisão das atividades pedagógicas e curriculares, organização, conservação e incentivo do uso de materiais didáticos, equipamentos, TICs, laboratório de informática:

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
									- acompanhamento: diário; - registro em controle: mensal. Registro de frequência e notas: - acompanhamento: diário; - registro em controle: mensal.
Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso: Acompanhar as formas de ingresso no curso. Homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso.	Acompanhar o processo de ingresso dos discentes no curso, seja pelo sistema regular de acesso, pelo modo de transferência interna e/ou externa ou ainda para unidades curriculares específicas. Pronunciar-se sobre matrícula, quando necessário, e acompanhar o estudo do processo de transferência de aluno, inclusive no que se refere ao aproveitamento de estudos e à dispensa de unidade curricular, para deliberação superior.	Secretaria Corpo Docente Colegiado de Curso	X	X				X	Durante o processo seletivo e período de matrícula e ajuste de matrícula. Poderá haver consulta em qualquer ocasião. <i>Calcular:</i> Número de Alunos Regularmente Matriculados
Coordenar e supervisionar as atividades acadêmicas desenvolvidas pelo corpo	Cobrar e organizar a confecção de planos de ensino pelos docentes responsáveis pelas unidades curriculares.	Corpo Docente NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
docente, buscando a maximização da qualidade.	Verificar a consonância dos planos de ensino e da programação das atividades das unidades curriculares com o PPC e as DCNs.								
	Supervisionar os trabalhos dos professores, a execução da programação prevista, as aulas teóricas, práticas e seus registros. Verificar se estão sendo colocadas em prática as atividades previstas no planejamento e a consonância com os registros individuais de atividade docente. Utilizar os registros individuais de atividade docente no planejamento e gestão para melhoria contínua.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
	Verificar a qualidade das aulas com os discentes.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
	Analisar os resultados da avaliação docente, comunicar ao interessado o resultado individualizado, e propor ações de melhorias para serem incorporadas ao relatório de autoavaliação. Implantar medidas corretivas que se fazem necessárias, acompanhando o resultado das ações de melhorias.	Setor de Apoio Psicopedagógico NDE CPA Diretoria				X	X		De acordo com o calendário da CPA.
Ser responsável pelo estímulo e controle da	Planejar o acolhimento e docente e discente (recepção dos membros da comunidade	Secretaria Setor de Apoio	X						

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade							
			Mês						Periodicidade	
			1	2	3	4	5	6		
<p>frequência dos docentes e discentes.</p> <p>Acompanhar o cumprimento do calendário escolar, definido pelo Conselho Superior.</p> <p>Estimular e acompanhar as atividades que envolvem o trabalho do Setor de Apoio Psicopedagógico da Instituição.</p>	acadêmica) e ações de permanência e combate à evasão.	Psicopedagógico Diretoria								
	Acolher discentes e docentes.	Secretaria Diretoria		X						
	Dar suporte aos professores, alunos para o bom cumprimento de seus papéis específicos. Atuar junto ao Setor de Apoio Psicopedagógico e encaminhar para atendimento pelo órgão, quando necessário, professores e alunos.	Apoio Docente Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria		X	X	X	X	X	X	Ao longo do período letivo.
	Atender professores e alunos em situações não previstas ocorridas no cotidiano. Ouvir, resolver e encaminhar demandas de alunos para os respectivos setores.	Ouvidoria Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Mensalmente quantificar: Protocolos em Aberto (Solicitações dos Discentes)	
	Organizar, juntamente com a Secretaria, a confecção do Manual do Aluno.	Secretaria Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.	
	Estimular e supervisionar frequência docente e o cumprimento do horário das aulas.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico		X	X	X	X		Acompanhamento diário. Verificação mensal, para analisar: pontualidade Docente.	
	Acompanhar o registro de frequência discente (diários de classe) e a assiduidade	Secretaria Setor de Apoio		X	X	X	X		Acompanhamento diário. Controle mensal.	

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	<p>discente a aulas e demais atividades. Detectar precocemente alunos faltantes. Com apoio do Setor de Apoio Psicopedagógico , identificar causas da infrequência e definir estratégia de resolução do problema, combatendo a evasão no curso.</p>	Psicopedagógico							<i>Calcular</i> (mensalmente, quando houver): <i>Número de Alunos no Limite do Excesso de Faltas</i> <i>Número de Alunos com Desistência</i>
<p>Buscar melhorias metodológicas de aprendizagem em sua área e implementá-las em seu curso:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Metodologias Ativas ○ Inovação <p>Responsabilizar-se e buscar contribuir para que ocorra envolvimento do corpo docente com novas metodologias, estratégias e técnicas pedagógicas.</p>	<p>Desenvolver reflexões que garantam aprendizagens significativas. Estudar, pesquisar e selecionar assuntos didáticos e incentivar troca de experiências entre professores. Planejar e coordenar as reuniões pedagógicas. Coordenar, juntamente com Diretoria e o Setor de Apoio Psicopedagógico, o uso adequado de TICs. Pode, inclusive, assistir a algumas aulas durante o curso. Visitar as salas de aula para detectar problemas existentes e procurar solucioná-los. Acompanhar a implementação e o uso de softwares no curso. Propor e coordenar atividades de formação contínua e de qualificação dos professores, visando o aprimoramento profissional em</p>	NDE Setor de Apoio Psicopedagógico Diretoria		X	X	X	X	X	Ao longo do período letivo.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	novas metodologias, acessibilidade pedagógica, estratégias e técnicas pedagógicas, a oportunidade de troca de experiências e a cooperação entre os docentes.								
Buscar parcerias e convênios para o curso. Acompanhar a necessidade de renovar parcerias ou convênios.	Buscar e intermediar a realização de parcerias que beneficiem a comunidade acadêmica e a sociedade: para bolsas de estudo, estágios, integração empresa-escola, intercâmbios, visitas técnicas, atividades de investigação científica e extensão.	Responsável pelos Estágios Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Mensalmente: Verificar planilha de vigências dos convênios. Informar Número de Convênios do Curso Listar Convênios
Participar das diretrizes e supervisionar o trabalho do responsável pelo estágio.	Acompanhar o desenvolvimento das atividades nos estágios supervisionados, mesmo que não obrigatório / analisar os relatórios periódicos de frequência de alunos, atividades desempenhadas, orientação por docente da IES e supervisão. Envolver instituições que concedem o estágio na autoavaliação do curso - adequação da formação às demandas atuais e propostas de melhorias.	NDE Setor de Apoio Psicopedagógico Responsável pelos Estágios Diretoria		X	X	X	X	X	Ao longo do período letivo.
Coordenar o planejamento, (re)elaboração e avaliação das atividades de	Acompanhar a elaboração e aplicação das avaliações, bem como o respeito aos seus prazos de aplicação.	Secretaria Setor de Apoio Psicopedagógico Secretaria		X	X	X	X		

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
aprendizagem do curso.		Corpo Docente							
Acompanhar o progresso dos alunos e orientar a oferta de unidades curriculares para alunos repetentes e para alunos em dependência.	Acompanhar os instrumentos de avaliação e a avaliação formativa (inclui seus resultados). Cobrar elaboração de provas interdisciplinares e acompanhar sua formulação.	NDE Setor de Apoio Psicopedagógico Corpo Docente		X	X	X	X		
	Organizar provas substitutivas e organizar o programa de recondução da aprendizagem.	NDE Setor de Apoio Psicopedagógico Corpo Docente			X	X	X		
	Acompanhar o fechamento das notas, provas substitutivas e aplicação dos exames finais.	Secretaria Corpo Docente					X	Calcular e listar: <i>Número de Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação</i> <i>Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação</i>	
	Organizar as unidades curriculares em regime especial ou de dependência.	Secretaria	X					X	
	Propor a adoção de estratégias de avaliação e ensino adequadas à educação inclusiva. Disseminar princípios e políticas que garantam a	Estimular utilização de recursos voltados à acessibilidade metodológica e tecnologia da informação e comunicação em sala de aula. Sugerir meios de atrair os alunos para as aulas, expor aos professores como as aulas devem ser ministradas.	Setor de Apoio Psicopedagógico NDE Secretaria Corpo Docente		X	X	X	X	Ao longo do período letivo.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
inclusão social e assegurar condições de acesso e permanência a estudantes com deficiências.	Identificar alternativas pedagógicas, juntamente com os professores, que concorram para a inclusão das pessoas com deficiência e para reduzir a evasão. Analisar as provas ministradas, sob o aspecto da acessibilidade.								
Estimular e se responsabilizar pela oferta e participação em atividades complementares, eventos e cursos de extensão. Estimular que se diversifiquem as atividades complementares, assegurando que ocorra o controle de sua realização.	Divulgar as atividades organizadas no curso ou pela Instituição, e/ou por outras instituições/ organizações (projetos de investigação científica, monitoria, projetos de extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, estágio supervisionado extracurricular etc.).	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Verificar mensalmente e consolidar em relatório semestral: Número de Atividades de Extensão e Investigação Científica no Curso (inclui eventos) Número de Participantes em Atividades Extracurriculares no Curso (inclui comunidade)
	Incentivar o engajamento dos docentes, colaboradores e discentes na organização de projetos na área do curso e/ou em temáticas transversais (empreendedorismo, inovação, educação ambiental, direitos humanos, combate ao preconceito etc.).	NDE Secretaria Corpo Docente Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Relatório semestral. Número de Participantes em Atividades de: Responsabilidade Social, Empreendedorismo, Inovação, Educação

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						Periodicidade
			Mês						
			1	2	3	4	5	6	
									Ambiental e Sustentabilidade, Direitos Humanos, Combate ao Preconceito
	Organizar eventos e convidar palestrantes.	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente. Relatório semestral.
	Acompanhar o desenvolvimento de projetos de investigação científica e extensão, com relatórios periódicos de atividades exercidas.	Secretaria Diretoria							Permanente. Relatório semestral.
	Incentivar o envolvimento discente nas atividades extracurriculares disponibilizadas pela IES ao aluno do curso.	Coordenação Diretoria		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.
	Acompanhar o relatório periódico das atividades complementares, junto ao responsável pelas atividades complementares.	Responsável pelas Atividades Complementares.		X	X	X	X		Ao longo do período letivo. Controle mensal. Relatório semestral.
Supervisionar as instalações físicas, laboratórios e equipamentos do curso.	Definir adequadas condições de infraestrutura das salas de aula.	Corpo Docente Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Sugerir equipamentos e materiais/software para as aulas práticas.	NDE Corpo Docente	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Providenciar as demandas necessárias para a manutenção de condições de bom funcionamento da sala dos professores.	Diretoria Suporte em Informática		X	X	X	X		Ao longo do período letivo.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	Acompanhar a utilização do laboratório específico nas atividades práticas do curso.	Diretoria Suporte em Informática		X	X	X	X		Ao longo do período letivo. Mensalmente divulgar: Ocupação de Laboratórios por Aulas Ocupação de Laboratórios por Discentes
	Cobrar relatórios de manutenção.	Suporte em Informática / Infraestrutura							Semanal.
	Cobrar relatórios de uso de acervo da biblioteca por alunos e docentes, a fim de incentivar sua utilização.	Bibliotecária	X	X	X	X	X	X	Mensal. Relatório semestral.
	Supervisionar a elaboração do Relatório de Adequação da Bibliografia.	Biblioteca NDE	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
	Indicar compra ou aquisição de livros e equipamentos.	Corpo Docente NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.
Indicar para contratação ou demissão os docentes do curso, mediante resultado de processo seletivo e ouvida a Diretoria. Coordenar o processo de	Verificar a necessidade de novas contratações docentes. Solicitar admissões de técnicos de atividades de apoio didático do curso. Coordenar a seleção dos docentes do curso, bem como o acompanhamento de suas atividades.	NDE Diretoria	X					X	Durante o planejamento acadêmico, que antecede o período letivo.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
seleção dos professores do curso.	Indicar necessidade de desligamento docente.								
	Organizar a planilha docente e enviar as informações ao setor de recursos humanos (horas de trabalho e detalhamento).	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Controle mensal.
Promover ações de autoavaliação do curso, com o apoio do NDE, em conformidade com o determinado pela Comissão Própria de Autoavaliação (CPA). Estimular a participação dos alunos, docentes e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional.	Corresponsabilizar-se pela permanente Sensibilização - estimular a participação dos alunos, docentes, preceptores e colaboradores do curso no processo de autoavaliação institucional.	CPA Corpo Docente Corpo Técnico Administrativo	X	X	X	X	X	X	Permanente.
	Colaborar na divulgação e aplicação dos instrumentos de avaliação. Atuar na incorporação dos resultados das avaliações externas no relatório de autoavaliação do curso e institucional. Participar das análises dos resultados obtidos, da definição das ações de melhorias e de suas implementações. Apoiar a divulgação dos resultados. Contribuir para a apropriação dos resultados pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica	CPA Corpo Docente Corpo Técnico Administrativo	X	X	X	X	X	X	De acordo com o calendário da CPA.
Ser corresponsável pela	Indicar estudantes ingressantes e	Secretaria							De acordo com o ciclo

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
inscrição de alunos regulares e irregulares nas avaliações nacionais, nos termos legais. Incentivar para o bom desempenho dos discentes nas avaliações nacionais, como Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e comprometer-se com o bom desempenho do curso nas demais avaliações.	concluintes habilitados ao ENADE (vinculado ao curso, independente da sua situação de matrícula - com matrícula trancada ou afastado). Identificar todos os estudantes em situação irregular junto ao ENADE. Adotar os procedimentos necessários para a regularização. Acompanhar com a Diretoria e monitorar o desempenho dos alunos no ENADE. Observar o que se programa para melhorar o desempenho discente.	Diretoria CPA							avaliativo do SINAES, do calendário INEP/MEC e/ou do órgão específico.
Zelar pelo reconhecimento do curso e renovação periódica desse processo por parte do INEP/MEC.	Coordenar as atividades para o reconhecimento e renovação do curso. Organizar a ficha docente, conforme demandado pelas atividades de regulação do MEC. Colaborar com os demais gestores da IES e a CPA no fornecimento de informações solicitadas pelo INEP.	Secretaria NDE Diretoria CPA							De acordo com o ciclo avaliativo do SINAES e o calendário INEP/MEC.
Ser corresponsável pela divulgação do curso.	Divulgar o curso, sendo profundo conhecedor de seus diferenciais. Incentivar e animar alunos e professores, inclusive exaltando a IES fora dos seus domínios.	Secretaria Diretoria	X	X	X	X	X	X	Permanente.

Funções	Ações	Órgão de Apoio e/ou Responsáveis	Cronograma Semestral ou Periodicidade						
			Mês						Periodicidade
			1	2	3	4	5	6	
	Ser referência na área e proferir palestras e cursos, ministrar oficinas e participar em bancas, divulgando o curso e contribuindo para a consolidação da excelente imagem institucional.								
Outras funções/ações.	Atender aos alunos. Atender aos professores. Apreciar todos os requerimentos formulados pelos alunos e professores, não previstos neste regulamento. Encaminhar ao Colegiado do Curso os recursos e apelações efetuados aos atos da coordenação.	Secretaria Ouvidoria	X	X	X	X	X	X	Permanente.
Apoiar o NDE na elaboração de estudos e RELATÓRIOS.	RELATÓRIO DE ESTUDO DO CORPO DOCENTE - perfil do egresso, titulação do corpo docente e desempenho em sala de aula; - experiência profissional do corpo docente; atendimento integral da demanda; - experiência no exercício da docência superior do corpo docente; desempenho em sala de aula. ESTUDO DE ADEQUAÇÃO DAS BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES	NDE Secretaria Bibliotecária Diretoria						X	Semestral, precedendo o semestre letivo. Relatar Perfil Docente - Formação Acadêmica, Titulação e Regime de Trabalho (inclui IQCD)

REGISTRA-SE QUE TODAS AS ATIVIDADES PREVISTAS NESTE PLANO DE AÇÃO DESTINAM-SE AO PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO E DO CORPO DOCENTE, VISANDO A FACILITAR A INTEGRAÇÃO E A MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DO CURSO.

9. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

O acompanhamento será por meio de RELATÓRIO PARCIAL (no meio do semestre letivo) e RELATÓRIO FINAL (no final do semestre letivo).

Cada RELATÓRIO deverá apresentar, por ação:

1º) Situação da Ação, sendo opções:

- Prevista: significa que a ação não iniciou, mas ainda pode ser executada no prazo
- Iniciada: significa que a ação está dentro do prazo, mas ainda não foi executada
- Concluída: significa que a ação foi executada e concluída dentro do prazo
- Cancelada: significa que a ação não será mais executada (seria excluída dos planos)
- Atrasada: significa que a ação será executada, mas o prazo não será cumprido

2º) Justificativas/Observações

Deve ser incluída justificativa para atrasos e cancelamentos e observações que forem necessárias. Sugere-se realizar uma explicação breve e informativa.

Por meio da análise deste Plano de Ação e dos relatórios produzidos, será possível verificar se os objetivos foram alcançados, a necessidade da definição de ações corretivas ou providências para que os desvios significativos sejam minimizados ou eliminados.

O RELATÓRIO FINAL subsidiará a confecção do RELATÓRIO DE GESTÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO, com os INDICADORES DE ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO.

10. DOCUMENTOS E INDICADORES DE ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE CURSO (A SEREM DIVULGADOS)

- Relatório de Gestão da Coordenação de Curso
- Projeto Pedagógico do Curso
- Matriz Curricular
- Plano de Ensino ou Programas das Unidades Curriculares (semestral)
- Pautas/Diários de Controle Acadêmico (Frequência, Notas - pode ser utilizado sistema)
- Regulamentos do Curso

-
- Calendário Acadêmico
 - Relatório de Estudos do Perfil do Corpo Docente (NDE)
 - Relatório da Bibliografia Básica e Complementar do Curso (NDE)
 - Atas das Reuniões dos Órgãos (NDE e Colegiado de Curso)
 - Titulação do Coordenador do Curso
 - Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

Indicadores:

- Número de Alunos Regularmente Matriculados
- Número de Alunos no Limite do Excesso de Faltas
- Número de Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação
- Unidades Curriculares com Alto Grau de Reprovação
- Número de Alunos com Desistências Recorrentes
- Número de Convênios do Curso
- Pontualidade Docente
- Perfil Docente - Formação Acadêmica, Titulação e Regime de Trabalho (inclui IQCD)
- Protocolos em Aberto (Solicitações dos Discentes)
- Satisfação Discente por Unidade Curricular
- Satisfação Discente com a Coordenação do Curso
- Número de Exemplares da Bibliografia Básica e Complementar Disponibilizados na Biblioteca
- Média de Alunos por Unidade Curricular
- Ocupação de Laboratórios por Aulas
- Ocupação de Laboratórios por Discentes
- Número de Atividades de Extensão e Investigação Científica no Curso (inclui eventos)

- Número de Participantes em Atividades de: Responsabilidade Social, Empreendedorismo, Inovação, Educação Ambiental e Sustentabilidade, Direitos Humanos, Combate ao Preconceito

- Número de Participantes em Atividades Extracurriculares no Curso

4. COLEGIADO DE CURSO: COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

O Colegiado de Curso está previsto no Regimento da Faculdade do Futuro, que detalha sua composição, atribuições e periodicidade das reuniões.

O Colegiado de Curso é órgão responsável pela coordenação didática do curso, sendo constituído por docentes que ministram disciplinas de matérias distintas da matriz curricular do curso, pelo Coordenador de Curso, que o preside, e por 01 (um) representante do corpo discente do curso.

De acordo com Regimento da Faculdade do Futuro, compete ao Colegiado de Curso:

- I – fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- II – elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
- III – promover a avaliação do curso;
- IV – decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- V – colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- VI – exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de Curso reúne-se, no mínimo, 02 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador de Curso, ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

As decisões do Colegiado de Curso são registradas em atas e encaminhadas de acordo com o fluxo estabelecido para as temáticas tratadas (Regimento, em regulamentos ou em normas complementares da Faculdade do Futuro, quando for o caso).

A atuação do Colegiado de Curso está institucionalizada, por meio de sua previsão no Regimento da IES, que prevê sua composição, com representatividade dos segmentos, suas atribuições, periodicidade das reuniões, registro de suas decisões e fluxo determinado para o encaminhamento das decisões.

O Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia conta com um sistema de suporte ao registro, acompanhamento e execução de seus processos e decisões e

realização de avaliação periódica sobre seu desempenho, para implementação ou ajuste de práticas de gestão.

5. CORPO DOCENTE

5.1. TITULAÇÃO

O corpo docente do Curso de Graduação em Farmácia é integrado por 19 professores, sendo 06 (seis) doutores, 11 mestres e 02 (dois) especialistas, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE		
TITULAÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutorado	06	31,58
Mestrado	11	57,89
Especialização	02	10,53
TOTAL	19	100,00

O percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* é igual a 89,47%.

Dessa forma, verificando o perfil do egresso e a formação acadêmica dos professores, constata-se a constituição de um corpo docente com capacidade para:

- Analisar os conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente;
- Fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta;
- Proporcionar o acesso a conteúdos de pesquisa, relacionando-os aos objetivos dos componentes curriculares e ao perfil do egresso / participar de programas e projetos de investigação científica que são fomentados pela FIES;
- Incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de investigação científica e da publicação;
- Desenvolver a metodologia proposta para o Curso de Graduação em Farmácia.

No quadro a seguir é apresentada a relação nominal do corpo docente, seguido do CPF, da titulação máxima (nível) e do regime de trabalho.

DADOS DO CORPO DOCENTE			
PROFESSOR	CPF	TITULAÇÃO MÁXIMA	REGIME DE TRABALHO
AMANDA CARVALHO ASSIS GUALBERTO	042.346.996-75	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL
ANA MARIA DE CARVALHO LEITE	617.356.206-53	DOUTORADO	PARCIAL
CARLOS GUILHERME MACIEL FURTADO SCHLOTTFELDT	057.615.266-89	MESTRADO	PARCIAL
EDINEUZA APARECIDA DE FREITAS	085.688.797-80	MESTRADO	PARCIAL
ÉRICA ESTANISLAU MUNIZ FAUSTINO	053.092.096-46	MESTRADO	PARCIAL
FERNANDA RODRIGUES NASCIMENTO	032.733.666-80	MESTRADO	PARCIAL
HERMÍNIO OLIVEIRA MEDEIROS	057.304.016-80	MESTRADO	PARCIAL
JUBER PEREIRA DE SOUZA	065.568.266-00	MESTRADO	PARCIAL
LIDIANE MEIRE KOHLER	031.191.186-21	DOUTORADO	INTEGRAL
MARCELO MENDES DE CARVALHO	782.192.486-53	MESTRADO	PARCIAL
MARIA CRISTINA CALDEIRA DUARTE	407.034.446-20	MESTRADO	PARCIAL
MARIANA APARECIDA SILVA GODINHO	046.736.156-89	MESTRADO	PARCIAL
MARIANA MORAES DE CASTRO	082.984.636-09	DOUTORADO	PARCIAL
MICHELI BATISTA AFONSO	070.006.456-79	MESTRADO	PARCIAL
PATRÍCIA DOLABELA COSTA	988.955.916-15	MESTRADO	INTEGRAL
RAFAEL PERÍGOLO VICENTE	075.430.466-36	DOUTORADO	PARCIAL
RENATA DOMINGOS ALVES	051.405.926-57	DOUTORADO	INTEGRAL
WANDERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	051.667.146-44	ESPECIALIZAÇÃO	PARCIAL
YASKA JANAINA BASTOS SOARES	029.941.066-80	DOUTORADO	INTEGRAL

5.2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

No que se refere à experiência, a IES ao selecionar os professores para o Curso de Graduação em Farmácia, assumiu como compromisso priorizar a contratação de profissionais com experiência profissional e no exercício da docência superior.

Analisando o perfil do egresso, verifica-se que a experiência profissional do corpo docente possibilita um congruente desempenho em sala de aula. Os docentes possuem capacidade para:

- Apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes componentes curriculares em relação ao fazer profissional;
- Manter-se atualizado com relação à interação conteúdo e prática;
- Promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral;
- Analisar as competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso, considerando o conteúdo abordado e a profissão.

Considerando o perfil do egresso, verifica-se que a experiência no exercício da docência superior do corpo docente possibilita um congruente desempenho em sala de aula. Os docentes possuem capacidade para:

- Promover ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos;
- Expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma;
- Apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares;
- Elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período;
- Exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

No quadro a seguir é apresentado o tempo de experiência profissional e no magistério superior do corpo docente do Curso de Graduação em Farmácia.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA DO CORPO DOCENTE		
PROFESSOR	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (EM ANOS)	
	PROFISSIONAL	DOCÊNCIA SUPERIOR
AMANDA CARVALHO ASSIS GUALBERTO	14	7
ANA MARIA DE CARVALHO LEITE	24	02

CARLOS GUILHERME MACIEL FURTADO SCHLOTTFELDT	04	05
EDINEUZA APARECIDA DE FREITAS	-	05
ÉRICA ESTANISLAU MUNIZ FAUSTINO	10	10
FERNANDA RODRIGUES NASCIMENTO	14	10
HERMÍNIO OLIVEIRA MEDEIROS	13	10
JUBER PEREIRA DE SOUZA	05	05
LIDIANE MEIRE KOHLER	04	14
MARCELO MENDES DE CARVALHO	04	13
MARIA CRISTINA CALDEIRA DUARTE	33	14
MARIANA APARECIDA SILVA GODINHO	10	12
MARIANA MORAES DE CASTRO	-	02
MICHELI BATISTA AFONSO	10	03
PATRÍCIA DOLABELA COSTA	-	15
RAFAEL PERÍGOLO VICENTE	03	03
RENATA DOMINGOS ALVES	03	03
WANDERSON FERNANDES DE OLIVEIRA	-	1,5
YASKA JANAINA BASTOS SOARES	09	02

5.3. REGIME DE TRABALHO

O corpo docente do Curso de Graduação em Farmácia é integrado por 19 professores, sendo 04 (quatro) em regime de tempo integral e 15 em regime de tempo parcial e, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE		
REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Integral	04	21,05
Parcial	15	78,95
TOTAL	19	100

O percentual do corpo docente com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é de 100%.

O regime de trabalho dos docentes possibilita o atendimento integral da demanda, considerando: a dedicação à docência; o atendimento aos discentes (orientações didático-pedagógicas, outras orientações grupos de estudo etc.); a participação no órgão colegiado do curso e nos demais órgãos de gestão acadêmica; o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

A documentação descritiva sobre como as atribuições individuais dos professores serão registradas, considerando a carga horária total por atividade.

O registro das atividades desenvolvidas pelos docentes é utilizado no planejamento e gestão para melhoria contínua.

5.4. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

O corpo docente do Curso de Graduação em Farmácia apresentaram nos últimos 03 (três) anos produção científica, cultural, artística ou tecnológica.

A IES oferece as condições necessárias ao desenvolvimento da investigação científica e à inovação tecnológica, inclusive com participação de alunos. As atividades serão desenvolvidas promovendo ações que proporcionem contribuições teóricas e práticas às atividades de ensino e extensão.

INFRAESTRUTURA DO CURSO

1. ESPAÇO FÍSICO

As instalações prediais apresentam-se em bom estado de conservação. Além disso, o espaço físico é adequado ao número de usuários e para cada tipo de atividade. Todas as instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades institucionais.

1.1. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os espaços de trabalho para docentes em tempo integral disponibilizados pela IES viabilizam ações acadêmicas, como planejamento didático-pedagógico, e atendem às necessidades institucionais.

Os espaços possuem recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados, garantem privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

Os espaços de trabalho para docentes em tempo integral são bem dimensionados, dotados de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

1.2. ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR DE CURSO

O espaço de trabalho para o Coordenador de Curso viabiliza as ações acadêmico-administrativas, e atende às necessidades institucionais.

O espaço permite o atendimento de indivíduos ou grupos com privacidade, conta com equipamentos adequados e dispõe de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilita formas distintas de trabalho.

O espaço de trabalho para o Coordenador de Curso é bem dimensionado, dotado de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

1.3. SALA COLETIVA DE PROFESSORES

A sala coletiva de professores viabiliza o trabalho docente. Conta com recursos de tecnologias da informação e comunicação apropriados para o quantitativo de docentes. Permite o descanso e atividades de lazer e integração. Há espaço para a guarda de equipamentos e materiais dos professores.

A sala coletiva de professores é bem dimensionada, dotada de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade.

A sala dispõe de apoio técnico-administrativo próprio.

1.4. SALAS DE AULA

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso. São bem dimensionadas, dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade, o que garante o seu conforto.

As salas de aula dispõem de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, e flexibilidade relacionada às configurações espaciais, oportunizando distintas situações de ensino-aprendizagem. Contam ainda com recursos cuja utilização é comprovadamente exitosa, como o é o caso de Datashow, TV e acesso a Internet.

As salas de aula, assim como todos os espaços disponibilizados pela IES passam por manutenção periódica, conforme Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Plano de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

2. EQUIPAMENTOS

2.1. ACESSO DOS ALUNOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os laboratórios de informática atendem às necessidades institucionais e do curso. São bem dimensionados, dotados de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade e acessibilidade, o que garante o seu conforto.

Os equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática atendem às necessidades institucionais e do curso, com hardwares e softwares atualizados.

A Internet é estável e em velocidade de acesso compatível com a demanda projetada. A IES também oferece acesso a Internet via rede sem fio.

Os laboratórios de informática, assim como os equipamentos disponíveis, passam por avaliação periódica em termos de sua adequação, qualidade e pertinência.

Além dos equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática, os alunos possuem acesso a equipamentos disponíveis na biblioteca, atendendo a todos os aspectos já citados.

2.2. REDE DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA (INTERNET)

Todos os equipamentos de informática da IES estão interligados em rede e possuem acesso à Internet.

2.3. RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A IES disponibiliza recursos audiovisuais e multimídia que podem ser utilizados por professores e alunos, mediante agendamento prévio com funcionário responsável pelos equipamentos, que está encarregado de instalar os equipamentos no horário e sala agenda, assim como, desinstalá-los após o uso.

2.4. PLANO DE EXPANSÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A IES dispõe um plano de expansão e atualização dos equipamentos utilizados com condições adequadas para a sua execução. Existe política de substituição dos equipamentos a cada 05 (cinco) anos de uso.

A IES dispõe atualmente de infraestrutura de tecnologia da informação com rede de computadores que interliga um conjunto de equipamentos entre microcomputadores, impressoras entre outros. A IES conta com uma estrutura própria de acesso à Internet, para uso acadêmico, disponível através de microcomputadores ligados a rede cabeada e pontos de transmissão de rede sem fio.

Para manter esta infraestrutura, a IES conta com técnicos especializados, responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

A política de expansão, atualização e manutenção de equipamentos visa garantir a IES a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento.

Todo o programa de expansão da infraestrutura de tecnologia deve ser aprovado pela Diretoria da IES, a partir de demandas encaminhadas pelos setores responsáveis. Posteriormente, são definidas as configurações de hardwares e softwares necessárias, e/ou características dos equipamentos audiovisuais, bem como o projeto de implantação dos mesmos.

O programa de atualização oferece acesso à tecnologia de hardwares e softwares, bem como novos equipamentos audiovisuais disponíveis no mercado. Anualmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológica do parque de equipamentos e softwares disponíveis à IES. Estas revisões são baseadas no orçamento para investimentos. As revisões acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos, em geral, são analisados em 02 (duas) dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da IES e critérios técnicos. Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, porcentagem de uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas.

A IES conta com técnicos especializados responsáveis por manter a infraestrutura de equipamentos em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva. Esses profissionais seguem um cronograma anual de manutenção preventiva em todos os equipamentos da IES.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários diretamente ao técnico responsável.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte programa de manutenção:

- **Manutenção Permanente:** Realizada pelo técnico responsável, consiste na verificação diária do funcionamento normal de todos os equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática;
- **Manutenção Preventiva:** Realizada semanalmente nos laboratórios de informática pelo técnico responsável, onde é realizada a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;
- **Manutenção Corretiva (interna):** Realizada pelo técnico responsável, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva;
- **Manutenção Corretiva (externa):** Realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pela Diretoria da IES.

3. BIBLIOTECA

3.1. INSTALAÇÕES

As instalações da biblioteca são dotadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade.

As instalações para estudos individuais são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação e mobiliário.

As instalações para estudos em grupo são adequadas no que se refere ao espaço físico, acústica, iluminação, ventilação e mobiliário. Os cursos oferecidos

pela Faculdade do Futuro contam com salas suficientes para atender às necessidades dos alunos.

O acervo encontra-se organizado em estantes próprias de ferro, com livre acesso do usuário. Está instalado em local com iluminação natural e artificial adequada e as condições para armazenagem, preservação e a disponibilização atendem aos padrões exigidos. Há extintor de incêndio e sinalização bem distribuída e ar condicionado.

3.2. ACERVO

O acervo físico está tombado e informatizado e o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários. Ambos estão registrados em nome da IES.

O acervo da bibliografia básica e complementar é adequado em relação aos componentes curriculares e aos conteúdos descritos neste PPC e está atualizado, considerando a natureza dos componentes curriculares.

O acervo está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica dos componentes curriculares, entre o número de vagas e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo.

Para os títulos virtuais há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nos componentes curriculares.

O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

3.3. SERVIÇOS

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira no horário das 08h00m às 22h30m, e no sábado no horário das 08h00m às 12h00m.

A biblioteca disponibiliza os seguintes serviços: consulta local e empréstimo domiciliar; reserva de livros; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; e orientação quanto à normalização bibliográfica (normas ABNT).

A consulta ao acervo é livre aos usuários internos e externos, que podem dirigir-se às estantes onde estão dispostas as obras, ou então, aos microcomputadores disponíveis na biblioteca, que permitem a busca online por autor, título, assunto e palavra-chave, utilizando os conectores lógicos.

As consultas locais são atendidas no recinto da biblioteca, em sala própria ou no próprio salão de leitura, onde o usuário pode utilizar quantos volumes necessitar.

O empréstimo domiciliar somente é permitido aos usuários internos (alunos, professores e funcionários), podendo, ainda, ser retirados para empréstimos domiciliares quaisquer obras pertencentes ao acervo com exceção das obras de referências, periódicos e exemplares reservados para consulta local.

As reservas são feitas no balcão de empréstimo e podem ser efetivadas, também, nos terminais de consulta, via rede. Toda obra emprestada pode ser reservada e, quando devolvida, fica à disposição do usuário que reservou por 24 horas. Após o prazo, passa para outro usuário ou volta à estante.

O levantamento bibliográfico é realizado em base de dados, nacionais e estrangeiras. Pode ser solicitado por qualquer usuário da biblioteca através de preenchimento de formulário próprio.

A comutação bibliográfica é oferecida a usuários internos e externos, viabilizando a obtenção de cópias de documentos que não fazem parte do acervo da biblioteca.

A biblioteca oferece um programa permanente de treinamento de usuários, com o objetivo de auxiliá-los na normalização de seus trabalhos monográficos. Além disso, disponibiliza o conjunto de normas da ABNT para normalização de documentação e um manual de normas para a apresentação de trabalhos técnicos e científicos, que é adotado para todos os cursos da Faculdade do Futuro.

O pessoal técnico-administrativo é formado por bibliotecário e auxiliares de nível médio.

3.4. PLANO DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo é efetivada tendo por base a bibliografia básica e complementar indicada para os componentes curriculares que integram a matriz curricular dos cursos da IES. São consideradas também as sugestões apresentadas pelas Coordenações de Curso, pelos professores e alunos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros.

Os professores recebem um material impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o período letivo seguinte.

A aquisição do material bibliográfico envolve os seguintes critérios:

-
- Orçamento anual específico, atualizado e aprovado pela IES;
 - Aquisição das bibliografias básica e complementar correspondente a cada componente curricular dos diferentes cursos, com base nos planos de ensino, visando atender à proposta pedagógica desses cursos;
 - Composição de acervo para atender novos cursos e aumento de vagas;
 - Atualização e expansão do acervo da biblioteca;
 - Criação de normas de preservação e conservação do acervo.

As transformações nas áreas do conhecimento e a política da IES em manter um nível de excelência em suas atividades fazem com que a sua biblioteca tenha uma política permanente de atualização do seu acervo.

As ações conjuntas entre a biblioteca e o corpo docente, desenvolvidas de forma dinâmica e contínua, representam um importante instrumento que, efetivamente, contribui para que as metas educacionais da IES sejam atingidas. Portanto, a política de desenvolvimento do acervo da biblioteca tem o acompanhamento de novos lançamentos editoriais, mantendo o acervo permanentemente atualizado e a atenção especial às obras e autores fundamentais nas áreas de atuação da IES.

A biblioteca solicita, semestralmente, às Coordenações de Curso, professores e alunos, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização do acervo.

O acervo também é atualizado por meio de consultas a catálogos de editoras, sites de livrarias e etc., com a finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

Assim, quanto à aquisição são seguidas as seguintes prioridades:

- Todas as obras avaliadas como significativas, segundo os especialistas da área;
- Obras para apoio aos cursos da Instituição;
- Obras necessárias para elaboração de investigação científica, trabalhos acadêmicos;
- Obras selecionadas como introdutórias e indicadoras de fontes de informações;
- Aquisição de vídeos, DVD's, CD ROM, etc., avaliados como significativos, segundo os especialistas da área;
- Aquisição de bases de dados, periódicos científicos, revistas e jornais, avaliados como significativos, segundo os especialistas da área.

Seus principais objetivos são:

- Permitir o crescimento racional e equilibrado do acervo na área de atuação acadêmica da IES;
- Identificar os elementos adequados à formação da seleção;
- Determinar critérios para duplicação de título;
- Incrementar os programas cooperativos;
- Estabelecer prioridades de aquisição de material;
- Traçar diretrizes para o descarte de material.

A formação do acervo é constituída através de uma política de aquisição compatível com os recursos orçamentários da IES, a mesma deve ainda priorizar a aquisição de diferentes tipos de materiais.

Quanto à formação de acervo, este deve ser rigorosamente selecionado, observando os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais da IES;
- Edição atualizada;
- Relevância do autor e/ou editor para o assunto;
- Citação do título em bibliografias, catálogos e índices;
- Língua acessível;
- Número de usuários potenciais.

Estes critérios servem para nortear o trabalho de parceria do corpo docente e bibliotecário, pois cabe ao conjunto a responsabilidade pela seleção e formação adequada do acervo.

4. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS

4.1. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Encontram-se disponibilizados os laboratórios didáticos de formação básica do curso.

Os laboratórios possuem suas normas ou regulamento de funcionamento, utilização e segurança; conforto e manutenção periódica; serviços de apoio técnico; recursos de tecnologias da informação e comunicação adequadas às atividades que são desenvolvidas; disponibilidade e quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

São submetidos à avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, e os resultados são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

4.2. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Encontram-se disponibilizados os laboratórios didáticos de formação específica do curso.

O Curso de Graduação em Farmácia conta com uma infraestrutura específica condizente com a sua proposta pedagógica, voltada para a prática profissional.

A Faculdade do Futuro possui infraestrutura propícia ao desenvolvimento qualificado das atividades do Curso de Graduação em Farmácia, disponibilizando para as aulas do curso os seguintes laboratórios: Laboratório de Anatomia Humana; Laboratório de Botânica; Laboratório de Cito-Histologia, Parasitologia e Neurofisiologia; Laboratório de Química Farmacêutica, Toxicologia e Farmacologia; Laboratório de Bioquímica Clínica e Hematologia; Laboratório de Bromatologia, Microbiologia e Bioquímica; Laboratório de Física Geral; Laboratório de Química Analítica, Química Orgânica e Controle de Qualidade; Laboratório de Farmacotécnica e Cosmetologia, e Almoxarifados.

Os laboratórios foram projetados por arquiteto especializado, com conhecimento dos laboratórios específicos para os cursos da área da saúde, e edificadas dentro dos padrões técnicos internacionais.

Os laboratórios foram montados com equipamentos modernos, para possibilitar a realização de ensino prático de qualidade. São dotados de bancadas, bancos, pias, armários, prateleiras e reagentes específicos. Possuem aparelhos de ar condicionado.

Os serviços destinados aos laboratórios atendem todas as atividades necessárias as aulas práticas desenvolvidas no curso, de acordo com a matriz curricular.

Os materiais permanentes e de consumo estão disponíveis para atender ao planejamento das atividades práticas requeridas pela formação profissional.

Os laboratórios possuem suas normas ou regulamento de funcionamento, utilização e segurança; conforto e manutenção periódica; serviços de apoio técnico; recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades que são desenvolvidas; disponibilidade e quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas.

São submetidos à avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade, e os resultados são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente

e futura e das aulas ministradas.

Firmou-se um convênio com a Farmácia Popular – Fiocruz para as atividades da farmácia escola, desenvolvendo atividades de atenção farmacêutica, com atendimento relacionado às orientações farmacoterapêuticas e serviços farmacêuticos.

5. LABORATÓRIOS DE ENSINO PARA A ÁREA DE SAÚDE

Há laboratórios específicos e multidisciplinares, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, que permitem a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida. Eles possuem recursos e insumos necessários para atender à demanda discente e apresentam recursos tecnológicos comprovadamente inovadores.

6. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Os projetos experimentais em seres humanos, quando desenvolvidos, são submetidos à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa, nos termos da legislação vigente.

O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-FAF da Faculdade do Futuro é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo e consultivo, vinculado operacionalmente ao Núcleo de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação – NEPP da Faculdade do Futuro.

O CEP-FAF tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e de contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP-FAF tem por objetivo pronunciar-se, por meio de pareceres, quanto ao aspecto ético da pesquisa realizada por professores, alunos e funcionários da Faculdade do Futuro e demais pesquisadores da Região da Zona da Mata – MG, que envolva seres humanos.

7. PLANO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOS ESPAÇOS E GERENCIAMENTO DA MANUTENÇÃO PATRIMONIAL

A IES implantou processo de avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento, incluindo instalações administrativas; salas de aula; auditório; sala dos professores; espaços para atendimento aos discentes; espaços de convivência e de alimentação; biblioteca; laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas e instalações sanitárias.

O objetivo é garantir a constante adequação, em termos quantitativos e qualitativos, dos diversos espaços destinados ao funcionamento da IES.

Para tanto, a IES, por meio da Comissão Própria de Avaliação, aplica, semestralmente, questionários dirigidos a comunidade acadêmica, que visam avaliar a infraestrutura institucional.

A avaliação consiste, basicamente, em uma análise que considera os

seguintes aspectos:

- a) avaliar o quantitativo de espaços versus o número de usuários;
- b) avaliar as dimensões dos espaços considerando o seu uso, serviços oferecidos e o número de usuários;
- c) avaliar os espaços em termos de climatização, iluminação, acústica;
- d) avaliar os espaços em termos de mobiliário e equipamentos disponíveis;
- e) avaliar os espaços em termos de limpeza.

A partir dos resultados obtidos, a IES implanta estratégias que visem adequar, em termos quantitativos e qualitativos, os diversos espaços destinados ao seu funcionamento.

Além disso, no processo de avaliação periódica dos espaços destinados ao seu funcionamento, a IES pode contar com a participação de consultores externos especializados para analisar suas condições e sugerir medidas de ampliação, reformulação e/ou atualização dos espaços, considerando os aspectos já citados.

A manutenção e conservação das instalações físicas, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da IES ou por meio de contratos firmados com empresas especializadas.

As políticas de manutenção e conservação definidas consistem em:

- Manter instalações limpas, higienizadas e adequadas ao uso da comunidade acadêmica;
- Preceder reparos imediatos, sempre que necessários, mantendo as condições dos espaços, instalações e equipamentos próprios para o uso;
- Executar procedimentos de revisão periódica nas áreas elétrica, hidráulica e de construção da Instituição.

Além da manutenção e conservação regular, periodicamente a IES providencia uma inspeção predial e parecer técnico, vistoria onde são determinadas as condições técnicas, funcionais e de conservação da edificação, visando orientar e/ou avaliar as manutenções preventivas e corretivas.

8. CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A IES apresenta condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, artigos 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003.

Para os alunos portadores de deficiência física, a IES apresenta as seguintes condições de acessibilidade: livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas); vagas reservadas no estacionamento; rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas; portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Em relação aos alunos portadores de deficiência visual, a IES desde o acesso até a conclusão do curso, proporcionará sala de apoio contendo: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; acervo bibliográfico em fitas de áudio; *software* de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a microcomputador; acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

A IES providenciou, também, a sinalização dos espaços com piso tátil, de acordo com o estabelecido na Norma Técnica da ABNT 9050.

Em relação aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES, desde o acesso até a conclusão do curso, proporciona intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Para garantir o atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, a IES:

- Proverá a contratação de: a) professor de LIBRAS ou instrutor de LIBRAS; b) tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa; c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos;
- Garantirá o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao de matrícula do aluno;
- Apoiará, na comunidade acadêmica, o uso e a difusão de LIBRAS entre professores, alunos, funcionários, Diretoria e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

- Adotará mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;
- Desenvolverá e adotará mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em LIBRAS, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;
- Disponibilizará equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Conforme disposto no artigo 21 do Decreto nº 5.626/2005, a IES incluiu em seu quadro o tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos. Esse profissional atua:

- a) nos processos seletivos para os cursos na IES;
- b) nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas;
- c) no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da IES.

Além disso, como garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e buscando assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação, em conformidade com o artigo 23 do Decreto nº 5.626/2005, a IES proporciona aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de LIBRAS – Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. Para os professores é proporcionado acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS foi inserida como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério e no curso de Fonoaudiologia, caso a IES venha a oferecê-lo. Nos demais cursos superiores, é oferecida como componente curricular optativo.

A IES, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005, garante às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos.

A IES coloca à disposição de professores, alunos, funcionários portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades acadêmicas e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

9. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Em observância a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a IES garante proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

Nos termos do Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

O direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação é assegurado pela IES, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Dessa forma, a IES não recusa a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência.

Visando assegurar às pessoas com transtorno do espectro autista o acesso e permanência no ensino superior, a IES adota as seguintes estratégias:

- Superação do foco de trabalho nas estereotípias e reações negativas do estudante no contexto escolar, para possibilitar a construção de processos de significação da experiência acadêmica;
- Mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, por meio da antecipação da organização das atividades de recreação, alimentação e outras, inerentes ao cotidiano acadêmico;
- Organização de todas as atividades acadêmicas de forma compartilhada com os demais estudantes, evitando o estabelecimento de rituais inadequados, tais como: horário reduzido, aula em espaços separados;
- Reconhecimento da instituição de ensino superior como um espaço de aprendizagem que proporciona a conquista da autonomia e estimula o desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras;
- Adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido;
- Interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de formação, bem como dos fatores extra acadêmicos que possam interferir nesse processo;

- Intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais;
- Identificação das competências de comunicação e linguagem desenvolvidas pelo estudante, vislumbrando estratégias visuais de comunicação, no âmbito da educação acadêmica, que favoreçam seu uso funcional no cotidiano acadêmico e demais ambientes sociais;
- Interlocução com a área clínica quando o estudante estiver submetido a tratamento terapêutico e se fizer necessária a troca de informações sobre seu desenvolvimento;
- Flexibilização mediante as diferenças de desenvolvimento emocional, social e intelectual dos estudantes com transtorno do espectro autista, possibilitando experiências diversificadas no aprendizado e na vivência entre os pares;
- Acompanhamento das respostas do estudante frente ao fazer pedagógico da academia, para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, considerando a multiplicidade de dimensões que envolvem a alfabetização, a resolução das tarefas e as relações interpessoais, ao longo da escolarização;
- Aquisição de conhecimentos teóricos-metodológicos da área da tecnologia assistiva, voltada à comunicação alternativa/aumentativa para estes sujeitos;
- Planejamento e organização do atendimento educacional especializado considerando as características individuais de cada estudante que apresenta transtornos do espectro autista, com a elaboração do plano de atendimento objetivando a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a interação social e a comunicação.

Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a IES disponibiliza acompanhante especializado no contexto acadêmico, nos termos do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.